



Teresinha de Jesus Noske Rossi

Redes sociais e ciberativismo:

Motivações, expectativas e esperança

TESE DE DOUTORADO

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica
da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em
Psicologia

Orientadora: Ana Maria Nicolaci-da-Costa

Rio de Janeiro
Abril de 2017



Teresinha de Jesus Noske Rossi

Redes sociais e ciberativismo:

Motivações, expectativas e esperança

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Psicologia. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Ana Maria Nicolaci-da-Costa

Orientadora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof. Flavia Sollero

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Prof. Daniela Barbuto Romão-Dias

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Prof. Mariana Santiago de Matos

Universidade Estácio de Sá

Prof. Betty Carakushansky Wainstock

Ideia Consumer Insights

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Teresinha de Jesus Noske Rossi

Graduou-se em Psicologia pela PUC-Rio em 2001. Obteve o título de mestre em Psicologia Clínica pela PUC-Rio em 2004. Obteve grau de doutora em 2017.

Ficha
Catalográfica

Rossi, Teresinha de Jesus Noske

Redes sociais e ciberativismo : motivações, expectativas e esperanças / Teresinha de Jesus Noske Rossi ; orientadora: Ana Maria Nicolaci-da-Costa. – 2017.

131 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2017.

Inclui bibliografia

CDD: 150

Dedico este trabalho a memória de minha avó, Jandyra da
Silveira Rossi, que nos deixou durante o processo de
produção do mesmo.

Para meu filho, Wilhelm Ragnar, a pessoa mais importante
da minha vida e para meus filhos caninos e felinos. Sempre
foi por todos vocês!

Agradecimentos

À minha querida orientadora Ana Maria Nicolaci-da-Costa por toda a atenção, auxílio, sugestões e confiança na minha capacidade.

Ao CNPQ pelo auxílio financeiro que possibilitou a produção deste trabalho.

À PUC-Rio pela bolsa acadêmica concedida para a realização deste curso.

Ao Departamento de Psicologia da PUC-Rio, especialmente à professora Andrea Seixas e à equipe de profissionais composta por Marcelina, Verinha, Chico e Val pelos diversos auxílios durante o curso e execução deste trabalho.

Às professoras Solange Jobim e Souza e Simone Wolfgang pelas contribuições no Exame de Qualificação.

À banca examinadora.

Aos professores e colegas de curso e do grupo de pesquisa pelas diversas trocas e sugestões.

À UFF pelo acolhimento e troca em disciplinas externas.

Ao meu marido e aos meus pais.

Aos amigos e familiares que ajudaram de alguma forma para que este trabalho pudesse ser concluído.

Aos ativistas e ciberativistas da causa animal e aos grupos veganos no Facebook pelo apoio, informações e trocas que incrementaram o material de pesquisa e auxiliaram na minha própria transição para o veganismo.

Ao meu filho Wilhelm Ragnar e aos meus felinos e caninos (alguns já não mais presentes neste mundo) por serem meu incentivo a nunca desistir.

Resumo

Rossi, Teresinha de Jesus Noske; Nicolaci-da-Costa, Ana Maria (Orientadora). **Redes sociais e ciberativismo: motivação, expectativas e esperança.** Rio de Janeiro, 2017, 131 p. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Após o surgimento da internet, pudemos observar várias transformações em nosso modo de obter informações, interagir com outras pessoas e até mesmo de nos mobilizar politicamente. Movimentos sociais passaram a utilizar o ciberespaço para divulgar, protestar e captar mais adeptos para suas causas. A chegada das redes sociais facilitou ainda mais a participação política. Em 2013, diversas manifestações tiveram as redes sociais como ponto de partida e troca de informações para organizar protestos, entre eles, as Jornadas de Junho, no Brasil. É possível detectar nesse período um crescimento exponencial do ciberativismo. Através de websites, perfis no Facebook, Youtube, Twitter, Instagram, entre outros, diversos movimentos em prol de mudanças sociais, políticas e ambientais vêm expandindo suas ações e aumentando a quantidade de apoiadores para suas causas. Um dos movimentos destacados neste trabalho é o veganismo, isto é, a luta pelo abolicionismo animal. Com atuação ciberativista intensa, o movimento vem se expandindo e ocasionando mudanças de hábitos e pensamentos, além da desconstrução de vários aspectos da cultura vigente. Este trabalho tem por objetivo investigar os impactos do ciberativismo em nossas vidas e as transformações em nossa configuração subjetiva, ocasionadas por movimentos sociais, com recorte especial no veganismo.

Palavras-chave

Psicologia, movimentos sociais, ciberativismo, veganismo, novas configurações subjetivas.

Abstract

Rossi, Teresinha de Jesus Noske; Nicolaci-da-Costa, Ana Maria (Advisor). **Social networks and cyber-activism:** motivations, expectations and hope. Rio de Janeiro, 2017, 131 p. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

After the emergence of the Internet, we were able to observe several transformations in our way of obtaining information, interacting with other people and even mobilizing us politically. Social movements began to use cyberspace to spread, protest and attract more followers to their causes. The arrival of social networks has further facilitated political participation. In 2013, several demonstrations had social networks as a starting point and exchange of information to organize protests, among them, the June Days in Brazil. It is possible to detect in this period an exponential growth of cyber-activism. Through websites, profiles on Facebook, Youtube, Twitter, Instagram, among others, various movements for social, political and environmental changes have been expanding their actions and increasing the number of supporters for their causes. One of the movements highlighted in this work is veganism, that is, the struggle for animal abolitionism. With intense cyberactivism, the movement has been expanding and causing changes in habits and thoughts, as well as the deconstruction of various aspects of the current culture. This work aims to investigate the impacts of cyber-activism on our lives and the transformations in our subjective configuration, caused by social movements, with a special cut in veganism.

Keywords

Psychology, social movements, cyber-activism, veganism, new subjective configurations.

Sumário

1	Introdução	11
2	Movimentos sociais	18
2.1	Movimentos sociais e redes de mobilização civil no Brasil	23
2.1.1	Movimentos sociais entre as décadas de 1970 e 1990	24
2.1.2	Redes de mobilização civil	26
2.2	Participação política e Internet	28
2.2.1	A esperança na democracia nos primeiros anos de Internet	30
2.2.2	O que é democracia?	31
2.2.3	Democracia e Internet: o que não se concretizou na década de 90	31
2.3	Redes sociais: o resgate da democracia e da cidadania	33
2.3.1	Redes sociais: o que são	34
2.3.2	Redes sociais e cidadania digital	35
2.4	Movimentos sociais e mobilizações civis na Web 2.0: o espetáculo das redes sociais	37
2.4.1	Jornadas de Junho: as manifestações de 2013 no Brasil	39
2.4.2	Mídia tradicional X Mídia independente ou alternativa	44
3	Ciberativismo	49
3.1	Ciberativismo no Brasil	51
3.2	Ciberativismo nas redes sociais da Web 2.0	54
3.2.1	Redes sociais e petições online: ativismo apartidário	57
3.2.2	Hackerativismo ou hacktivism: o coletivo Anonymous	65
3.2.2.1	Hacktivism ou ativismo hacker	68
3.2.2.2	“Nós somos Anonymous”	72
4	Ciberativismo e veganismo: a produção de novas subjetividades	78
4.1	Ciberativismo na Proteção Animal	78
4.1.1	O Caso Royal	81

4.1.2 O Caso do Rodoanel	83
4.2 Veganismo e ciberativismo	87
4.2.1 Veganismo: libertação animal e questões ambientais	91
4.2.2 Veganismo: um novo movimento social?	95
4.2.3 Veganismo: práticas ciberativistas	97
4.2.4 Veganismo: o emergir de uma nova consciência	110
5 Considerações finais: impactos do ciberativismo no dia a dia	119
6 Referências bibliográficas	123

Lista de figuras

Figura 1 – Exemplo de ciberativismo da Mídia Ninja	47
Figura 2 – Exemplo de ciberativismo do Anonymous	48
Figura 3 – Imagem da Fanpage O Holocausto Animal convocando seguidores para votação contra projeto de lei	55
Figura 4 – Exemplo de ciberativismo feminista da artista Carol Rossetti	56
Figura 5 - Imagem de petição contra rodeio publicada no Jornal Extra	62
Figura 6 – Imagem do website oficial do coletivo Anonymous	72
Figura 7 – Reprodução da máscara de Guy Fawkes	74
Figura 8 – Imagem em prol da esterilização de animais domésticos	79
Figura 9 – Imagem de ciberativismo do Caso Royal	83
Figura 10 – Imagem de ativista no caso do Rodoanel	85
Figura 11 – Imagem de evento no Facebook em prol do caso do Rodoanel	86
Figura 12 - Ciberativismo no caso do Rodoanel	87
Figura 13 - Exemplo de ciberativismo vegano com grande circulação nas redes sociais	99
Figura 14 - Exemplo de ação de conscientização utilizada no ciberativismo	100
Figura 15 - Exemplo de manifestação presencial no veganismo	106
Figura 16 - Meme satirizando as relações nos grupos veganos	108
Figura 17 - Exemplo de ciberativismo contra o especismo	109

1 Introdução

Sabemos que o surgimento da Internet trouxe diversas mudanças para o nosso cotidiano. Ao longo dos últimos anos, diversos estudos¹ vêm sendo realizados com o objetivo de identificar as transformações econômicas, históricas, sociais e psicológicas, entre outras, geradas pelo contato com as tecnologias digitais, mais especificamente com a Internet. A Internet nos brindou com mais um espaço de convivência e veiculação de informações, que vem sistematicamente transformando nossas formas de ser e estar no mundo. Por exemplo, se antes era necessário escrever cartas que levariam determinado tempo para chegar às mãos do destinatário ou fazer chamadas telefônicas, que por vezes poderiam ter um alto custo, atualmente podemos enviar um *e-mail* que será entregue ao seu destinatário poucos segundos após ter sido enviado, ou recorrer a algum dos inúmeros recursos de comunicação em tempo real oferecidos na Internet, tais como o Facebook e seu sistema de envio de mensagem.

Esta nova plataforma de vida (Nicolaci-da Costa, 2006) nos fez entrar em uma época de intensas transformações no que se refere ao nosso modo de viver, de nos relacionarmos uns com os outros, apreender conhecimento e obter informações e, mais recentemente, com a inserção da chamada Web 2.0², de produzir informações (Castells, 2013). De acordo com Di Luccio (2010), a primeira fase da Internet, denominada Web 1.0, tinha como característica principal as publicações feitas por especialistas em tecnologia da informação em *sites* e grandes portais. Neste primeiro momento era necessário ter conhecimento em linguagem de programação de computadores para publicar conteúdos *on-line*. Já a Web 2.0 possibilita ao usuário comum “participar ativamente na produção de conteúdo na Rede” (Di Luccio, 2010, p. 108), principalmente a partir de *sites* de relacionamentos e *sites* de redes sociais. Com uma linguagem mais simples, que

¹ Castells (1999, 2003, 2012); Nicolaci-da-Costa (2003, 2005, 2006); Romão-Dias (2001, 2007); Rossi (2004); Turkle (1995, 2011).

² “**Web 2.0** é um termo popularizado a partir de 2004 pela empresa americana O'Reilly Media¹ para designar uma segunda geração de comunidades e serviços, tendo como conceito a "Web como plataforma", envolvendo wikis, aplicativos baseados em *folksonomia*, redes sociais e Tecnologia da Informação. Embora o termo tenha uma conotação de uma nova versão para a Web, ele não se refere à atualização nas suas especificações técnicas, mas a uma mudança na forma como ela é encarada por usuários e desenvolvedores, ou seja, o ambiente de interação e participação que hoje engloba inúmeras linguagens e motivações”. Em http://pt.wikipedia.org/wiki/Web_2.0 Acessado em 10/12/2013. Para maiores detalhes sobre o surgimento e características da Web 2.0 ver Di Luccio, 2010, pp. 104 a 128.

não requer conhecimentos específicos em programação, esses *sites* permitem que o usuário comum seja produtor de informações através da publicação de conteúdos escritos, fotos, vídeos e *links* de sua preferência.

Vale ressaltar ainda a importância dos blogs e fotologs, que antes do surgimento e popularização das redes sociais, já permitiam uma interação mais fácil entre usuários bem como a publicação de fotos e textos sobre os mais diversos temas. Estes acabaram exercendo um papel intermediário de produção e divulgação de informações durante a transição entre a Web 1.0 e Web 2.0.

Os *sites* de redes sociais disponíveis na Web 2.0 vêm ganhando cada vez mais notoriedade pelo número de usuários e pelos recursos que oferecem para interação, sendo o Facebook e o Twitter alguns dos mais utilizados atualmente no Brasil. No Facebook cada usuário monta seu perfil com dados pessoais e profissionais, fotos e preferências diversas (musicais, gastronômicas, literárias e etc.), envia mensagens, conversa em tempo real, posta vídeos, entre outras coisas. Além disso, o *site* disponibiliza um espaço público no qual usuários fazem constantes atualizações, publicam mensagens, reflexões, pensamentos, preferências, fotos e vídeos que serão vistos por toda a rede de contatos de seu perfil. É comum a explicitação de um posicionamento político em relação a determinados assuntos, a crença e a defesa de uma causa social, bem como a publicação de textos de conscientização e esclarecimento sobre os mais diversos assuntos, além das já comuns publicações de cunho pessoal.

Já o Twitter permite a criação de um perfil de usuário com algumas informações pessoais e foto do mesmo. Através desse perfil uma pessoa pode seguir outros perfis, ser seguida por outros usuários e participar de discussões nas mais diversas *hashtags* (tópicos criados para uma discussão sobre um assunto específico, como por exemplo, a *hashtag* #RockinRio, criada para discutir os shows e demais acontecimentos do evento de mesmo nome). No Twitter encontram-se *hashtags*, que versam sobre os mais diversos assuntos imagináveis e colocam diariamente milhares de usuários (que se conhecem pessoalmente ou não) em contato através do *site*.

Um dos efeitos do uso de redes sociais que vem sendo muito discutido atualmente é a exposição da própria intimidade, ou *oversharing*, por parte dos usuários nas mesmas (Bruno, 2005; Sibilia, 2008; Turkle, 2011). Tornou-se comum partilhar fragmentos da própria vida com usuários que fazem parte do

círculo mais íntimo de amigos, ou não. Em outras palavras, parece ter se tornado hábito expor detalhes do cotidiano e aspectos íntimos da própria vida *on-line* para todos através do Facebook e do Twitter. No entanto, a auto exposição é apenas uma das grandes mudanças aparentes a partir do uso de redes sociais na Web 2.0.

Desde janeiro de 2011, pudemos testemunhar através das mídias de massa (jornais impressos, rádio, TV e Internet) o espocar de movimentos sociais em diversos países do mundo. Manifestações populares invadiram as ruas de vários países e instauraram diversas mudanças políticas nestas regiões, a exemplo da “Primavera Árabe” e do “Occupy Wall Street”. “Primavera Árabe”³ foi o nome atribuído ao conjunto de manifestações populares que ocorreu em diversos países do Oriente Médio. Essas manifestações tiveram início em dezembro de 2010 na Tunísia e estenderam-se a países como Argélia, Marrocos, Síria, Líbia, Egito, entre outros. Tinham como objetivo a derrubada de regimes ditatoriais e a reivindicação por melhores condições sociais e caracterizavam-se pela ocupação de espaços públicos e utilização de redes sociais para articulação dos manifestantes. Em todos os casos, foram violentamente reprimidas pelas autoridades governamentais desses países. Posteriormente, seguiram-se protestos similares em países europeus como a Espanha e a Grécia.

Já o “Occupy Wall Street”⁴, é um movimento antiglobalização iniciado após o colapso do mercado imobiliário e a crise econômica nos Estados Unidos da América em 2011. A quebra da economia e a decepção com o governo Obama causaram comoção e indignação na população americana que acabou sofrendo a influência das manifestações acima descritas. As imagens e notícias da Primavera Árabe e dos movimentos ocorridos na Europa acenderam a esperança e a “fé no poder do povo” e a população foi convocada para um grande protesto no dia 17 de setembro de 2011 através da *hashtag* do Twitter #occupywallstreet (Castells, 2013, p. 119). Apesar da repressão policial ao movimento, que culminou em diversas prisões, este se espalhou por outras cidades dos E.U.A. As ações eram coordenadas principalmente através do Youtube, Twitter e Facebook. Em 15 de Outubro do mesmo ano, o movimento organizou-se através de “uma rede global de movimentos Occupy” mobilizando 951 cidades de 82 países na luta por “justiça social e democracia real” (Castells, 2013, p. 9). O Occupy Wall Street tem

³ Para maior aprofundamento sobre a Primavera Árabe, consultar Castells (2013).

⁴ Para maior aprofundamento sobre o Occupy Wall Street ver Gohn (2010) e Castells (2013)

como principal proposta a ocupação do território urbano⁵ para lutar contra os efeitos da globalização e em prol do resgate da democracia. Tudo isso é coordenado através da Internet. O Occupy Wall Street conta, inclusive, com um *site* (<http://occupywallst.org/>) no qual são disponibilizadas diversas informações e artigos sobre política e economia, além de vários *sites* e blogs de grupos e manifestantes que integram o movimento. O movimento mantém ainda um perfil ativo no Facebook, através do qual são veiculadas denúncias e informações sobre protestos.

Na análise do sociólogo Manuel Castells (2013), estes movimentos têm em comum o fato de terem começado, e se articulado, justamente a partir das redes sociais da Internet. Castells acredita que a rapidez da veiculação de notícias, imagens e vídeos e a impossibilidade de controle da Internet por parte do Estado oferecem um terreno fértil para a organização de movimentos sociais.

No Brasil, em junho de 2013, tiveram início manifestações sociais que levaram milhões de pessoas às ruas. Da mesma forma que em outros países do mundo, a mobilização e a organização ocorreram através de redes sociais. Nestas, rapidamente eram veiculadas informações de acontecimentos fisicamente distantes em tempo real. Tornou-se possível o confronto entre versões dos acontecimentos divulgados pela mídia de massa tradicional e aquelas transmitidas por manifestantes presentes nos atos através das redes sociais (que logo ganhavam ampla divulgação). Em nosso país, pudemos presenciar ainda a crescente motivação para participação política em pessoas que anteriormente não apresentavam quaisquer engajamentos em causas similares⁶.

Desta forma, o advento da Internet – e, mais recentemente, das redes sociais disponíveis neste espaço – também parece estar exercendo influências no domínio da política. Segundo Gohn (2010), a própria definição de política passa por uma transformação na atualidade. Se antes a política estava ligada à cena pública da vida e caracterizava-se por uma construção da cidadania de cima para baixo, isto é, do Estado para os cidadãos, atualmente existe um movimento de

⁵ As ocupações aconteceram sob forma de acampamentos integrais (nos quais armam-se tendas e barracas e os manifestantes permanecem por tempo indeterminado no local) ou outras formas de ocupação parciais (nesta modalidade os acampamentos funcionam durante o dia sob a forma de assembléias nas quais os manifestantes discutem ações e protestam). Atualmente, não acontecem novas ocupações, embora o movimento continue ativo na Internet. Para maiores informações sobre as ações e resultados do “Occupy Wall Street” consultar Castells (2013).

⁶ <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/06/pesquisa-mostra-que-46-nunca-tinham-articipado-de-manifestacoes.html> Conteúdo acessado em 03/12/2013.

individualização ou privatização desta cena pública. Sennet (1989) já havia apontado este fortalecimento do privado na esfera pública afirmando que na Modernidade ocorreu uma maior privatização do espaço público a partir da supervalorização do individual. Na atualidade, o que observamos é justamente um movimento de “baixo para cima”, do particular para o público, no qual a sociedade civil emerge como um agente colaborador do Estado nas ações públicas, através de questionamentos e propostas oriundas de grupos específicos.

A Internet e os *sites* de redes sociais permitem que cada cidadão a elas conectado emita opiniões, faça críticas e mantenha contato direto com os representantes das entidades estatais alimentando um processo de elaboração cooperativa das políticas públicas. Já é possível perceber o grande crescimento de publicações e debates com caráter político ou ativismo, que vem sendo denominado ciberativismo. No processo eleitoral ocorrido no Brasil em outubro de 2014, houve uma imensa utilização da Internet e suas redes sociais por parte dos candidatos a deputado estadual e federal, governador e presidente e uma evidente preocupação com a veiculação de informações e troca com os eleitores através destes canais de comunicação. Os candidatos utilizaram ferramentas como o Facebook e o Twitter para manter um diálogo direto com seus eleitores, apresentando e discutindo propostas, tirando dúvidas e convocando os usuários a participar ativamente de suas campanhas. O ativismo político em prol de candidatos tomou conta das discussões desses canais originando, inclusive, discussões bastante acaloradas entre os usuários das redes sociais e culminando, muitas vezes, em término da amizade entre eleitores de candidatos adversários na disputa eleitoral (Landim, 2014). No decorrer do ano de 2015, foi possível observar a continuidade das discussões políticas com críticas acirradas ao governo da Presidente Dilma Rousseff. O ciberativismo pró e contra o governo continuou ocorrendo e gerou outros conflitos entre aqueles que defendiam o governo e aqueles que o criticavam. No início do ano 2016, o agravamento da crise econômica e política no Brasil fez surgir uma nova cisão entre os internautas. De um lado, movimentos como “Brasil Livre”, “Vem pra rua” e “Revoltados ONLINE”⁷, entre outros, divulgaram diversos vídeos e textos nas redes sociais

⁷ <https://www.facebook.com/mblivre/?fref=ts>
<https://www.facebook.com/VemPraRuaBrasil.org/?fref=ts>
<https://www.facebook.com/revoltadosonline/?fref=ts>

pedindo a renúncia ou *impeachment* da presidente. No outro extremo, a mídia alternativa como a Revista Fórum e Ninja ⁸ divulgaram questionamentos sobre a condução das investigações da “Operação Lava-Jato” e levantaram a causa “Não vai ter golpe”, em defesa da permanência do governo federal⁹. Importante assinalar que de ambos os lados milhares de internautas engrossaram e reproduziram o discurso pró ou contra o Governo, que resultou ainda em diversas manifestações nas ruas de várias cidades do país.

A participação e engajamento políticos cresceram exponencialmente durante os anos de 2011 a 2016. Movimentos sociais, ONGs, lutas por causas específicas e movimentos em rede aproveitaram os recursos oferecidos pela internet e redes sociais para fazer ciberativismo em prol de seus ideais. O principal objetivo do presente trabalho é, justamente, investigar as transformações advindas do engajamento político e social, mais especificamente o ciberativismo, via Internet. Em nível macro, buscarei apreender as principais mudanças sociais e culturais geradas pela Internet no tocante à participação política e ao ciberativismo. Em uma instância mais particular, os objetivos da investigação concentrar-se-ão em averiguar possíveis transformações subjetivas geradas pelo ciberativismo nos usuários da Rede.

No capítulo 2, farei um levantamento histórico dos movimentos sociais até chegarmos às causas minoritárias, ou redes de associação civil, da atualidade. Além disso, poderemos ver como o surgimento da internet e das redes sociais fortaleceu essas redes de associação, possibilitando novos canais de divulgação de informações, interação entre ativistas e simpatizantes e captação de mais voluntários para suas causas.

No capítulo 3, nos aprofundaremos no ciberativismo e suas diversas formas de atuação. Será possível perceber que o ativismo no ciberespaço surge praticamente junto com a própria internet, mas é próximo da virada do milênio que ele começa a tomar os contornos que nos acostumamos a ver na segunda década do século XXI.

⁸ <https://www.facebook.com/forumrevista/?fref=ts>

<https://www.facebook.com/midiaNINJA/?fref=ts>

⁹ A Operação Lava-jato, iniciada em 2014, investigou uma série de denúncias de lavagem de dinheiro e esquemas de corrupção em várias esferas governamentais. Para mais informações <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1548049-entenda-a-operacao-lava-jato-da-policia-federal.shtml>. Acesso em 09 set. 2015.

No capítulo 4, faremos um recorte para discorrer sobre as principais características, motivações e formas de atuação do movimento da proteção animal, mais especificamente, o veganismo¹⁰, que é o objeto de estudo através do qual investigaremos o ciberativismo na internet e redes sociais e seus impactos sobre economia, cultura, sociedade e subjetividade na contemporaneidade. Vale ressaltar que, além do levantamento bibliográfico copilado para a composição deste trabalho, foi realizada ainda uma extensa e profunda observação participante em websites, perfis do Twitter e Facebook, fanpages do Facebook, canais do Youtube e grupos veganos no Facebook com o objetivo de apreender as principais características, processos de interação e processos subjetivos relacionados ao envolvimento das pessoas com o ciberativismo e o veganismo.

Por fim, discutiremos os principais impactos do ciberativismo sobre nossas vidas. Por ora, para entender mais minuciosamente as diferenças instauradas pela comunicação através das redes sociais, é necessário analisarmos previamente o histórico de movimentos sociais anteriores ao seu surgimento, como veremos a seguir.

¹⁰ A escolha pelo veganismo e proteção animal deu-se por conta da própria autora estar inserida e ser ativista nestas causas. É possível observar processos similares de ciberativismo e mudanças subjetivas em outras frentes de luta como feminismo, luta antirracismo e contra a homofobia.

2 Movimentos sociais

As definições de movimentos sociais nas áreas de ciências sociais, sociologia e psicologia social são as mais diversas. Sabemos que lutas sociais aconteceram em diferentes momentos da história da humanidade. Os estudos sociológicos de Marx (investigando a luta de classes e/ou lutas trabalhistas) no século XVIII, e até mesmo algumas obras anteriores, como a de Spinoza ainda no século XVII, descrevem e discutem temas e acontecimentos como organização social, conceito de democracia e levantes populares. De fato, alguns levantes populares foram observados, investigados e amplamente discutidos como a Revolução Francesa, por exemplo. No entanto, a categoria “movimentos sociais” é bem mais recente.

“... os autores clássicos, em sua maioria, falam em ‘comportamento coletivo’ e ‘ação social’. A referência deles aos movimentos sociais, ainda que de grande importância, é apenas indireta. A ideia de ‘movimentos sociais’, tal como a concebemos hoje, não consistia, por si, em tema específico de investigação” (Machado, 2007, p. 250).

Os atuais profissionais deste campo de saber apresentam diferentes definições para explicar os movimentos sociais. Para Castells, movimentos sociais são ações coletivas que “transformam valores e instituições” (Castells, 2001, p. 20). Já Scherer-Warren, os define como “uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção)” (Scherer-Warren, 1989, p. 20). Citando Melucci, Machado informa que este autor define movimentos sociais como ações coletivas “nas quais as dimensões da solidariedade, do conflito e da ruptura com a lógica do sistema social se inter-relacionam” (Melucci, 1996 em Machado, 2007, p. 252).

Já para o próprio Machado, movimentos sociais são “formas de organização e articulação baseadas em um conjunto de interesses e valores comuns, com o objetivo de definir e orientar as formas de atuação social” (Machado, 2007, p. 252). Ele acredita que o objetivo de tais ações coletivas é

pressionar a mudança na “ordem social existente”, seja no âmbito de políticas públicas ou em questões que envolvem “valores ou comportamentos sociais”.

De acordo com outro autor importante na Sociologia, Tilly (2010), os movimentos sociais como uma “elaboração coletiva de reivindicações que, alcançando sucesso, conflitariam com os interesses de outrem”, surgem na América do Norte e Europa Ocidental ao fim do século XVIII, posteriormente espalhando-se pelo mundo ocidental (Tilly, 2010, p. 136).

Para Tilly, os movimentos sociais são uma “forma específica de política contenciosa”, pois, em sua maioria, têm como objetivo a luta (ou contenda) a ser travada com autoridades no cenário político de cada localidade. Essas autoridades podem ser governamentais ou particulares (como grandes corporações) e se tornam alvo dos movimentos sociais ao serem identificadas como prejudiciais, ou contrárias, ao interesse dos integrantes desses movimentos. Tilly diferencia os movimentos sociais de outros eventos coletivos como “campanhas eleitorais, celebrações patrióticas, demonstrações de força militar, investidas de autoridades públicas e luto coletivo”. Para ele, movimentos sociais são caracterizados por uma campanha contínua de reivindicações direcionadas a um alvo (ou autoridade), norteadas por um conjunto de ações como “reuniões públicas, declarações à imprensa e demonstrações” e reforçadas por representações públicas de: 1) valor (comportamento e valores sociais), 2) unidade (acessórios como emblemas, faixas, roupas e canções, hinos ou slogans), 3) números (quantidade de pessoas dedicadas ao movimento) e 4) comprometimento (comparecimento, participação visível e resistência à repressão) referentes à causa (Tilly, 2010, p. 142). Além disso, ele ressalta que os movimentos sociais são uma combinação de reivindicações referentes ao programa (apoio ou oposição ao objeto da causa), identidade (o coletivo de pessoas unidas em prol da causa) e à posição (laços e similaridades entre os atores sociais como, por exemplo, diferentes grupos minoritários). Dessa forma, para Tilly, os movimentos sociais são histórica e socialmente específicos, pois diferentes culturas reagem de determinada forma ao contexto sócio-histórico em que as pessoas se encontram. Tendo analisado diferentes momentos de levantes sociais, o autor demarca que as características que compõem um movimento social podem ser observadas de forma mais homogênea a partir de 1750, quando cresceram os governos democráticos e a produção industrial no Ocidente.

Com uma observação similar a de Tilly, Machado (2007) acredita que até 1960 a concepção de movimentos sociais predominante era a de que a ação destes movimentos estava diretamente ligada “às rápidas mudanças da sociedade industrial” (Machado, 2007, p. 251). Dessa forma, a maioria das análises sociológicas dos movimentos sociais até 1960 os definia como “um produto da ação histórica da sociedade, ante as contradições do sistema capitalista” (Machado, 2007, p. 253), perpetuando a idéia de luta de classes e conflito nas relações de produção da sociedade industrial identificadas por Marx anteriormente. Os movimentos sociais até então, apareciam como uma reação a um sistema político e de produção que exacerbava a desigualdade sócio-econômica na relação produtor - produção - operário. “Associava-se esse tipo de ação a anomia social e a tensões estruturais existentes” (Machado, 2007, p. 251). Entretanto a proliferação de grupos lutando por causas diversas como a paz, igualdade de direitos e preservação ambiental, entre outros, forçou uma reformulação da concepção clássica (marxista-estruturalista) e surgiu a denominação “novos movimentos sociais” para descrever esses coletivos.

“Tais movimentos, a maioria de base urbana, estavam bastante afastados do caráter classista dos movimentos sindical e camponês, atuando, não raras vezes, em cooperação com o sistema econômico e no escopo político das instituições vigentes. A diversificação dos movimentos sociais ocorreu em um processo intimamente ligado ao aprofundamento dos mecanismos e instituições democráticas nas sociedades ocidentais capitalistas. Só não existiam movimentos sociais nas sociedades ‘sem classes’ socialistas, devido à própria repressão que o regime exercia sobre qualquer movimento reivindicativo cuja origem estivesse fora do espaço de controle do governo ou do partido. Tais regimes impediam que as tensões sociais pudessem vir a manifesto através de canais ou ‘escapes’ espontâneos da sociedade civil, que não fossem os meios oficiais permitidos. Nesse contexto, o ‘movimento social’ estava, em tese, incorporado às estruturas do governo, já que ele deveria confundir-se com o próprio processo revolucionário, expressão última da vontade das massas e base do governo ‘proletário’ ” (Machado, 2007, p. 253).

Para Machado, após o término da guerra fria entre a União Soviética e os Estados Unidos da América e a queda de regimes socialistas, a “simbiose” da democracia ocidental e capitalismo possibilitou que os movimentos sociais fossem aceitos como parte do processo democrático e, inclusive, coordenassem e operassem ações junto às autoridades governamentais, sendo entendidos então como “atores sociais importantes para a promoção dos direitos civis e da cidadania” (Machado, 2007, p. 254).

É, justamente, a partir de 1960 que a investigação dos movimentos sociais ganha força e um campo de estudos particular nos Estados Unidos (com o movimento pelos direitos civis dos negros nas décadas de 1950 e 1960) e na Europa (com a revolta estudantil de 1968 na França), como pontua Bringel (2011). De acordo com ele, a sociologia dos movimentos sociais, destinada a investigar e produzir conhecimento sobre estas formas de atuação, baseava-se prioritariamente em aspectos e teorias focadas nas vivências ocidentais. Este modelo, ao qual o autor se refere como colonialista, permanece como principal referência até a década de 1990, quando então surgem os questionamentos para sua aplicabilidade em outras culturas. Após a década de 1990, é crescente a reformulação e ampliação deste campo de saber tanto na Europa e Estados Unidos quanto em outras partes do mundo. Bringel dá ênfase ao crescimento dos movimentos sociais surgidos na América Latina:

“E quando nos deparamos com o desafio de interpretar os movimentos sociais latino-americanos contemporâneos, encontramos-nos novamente com uma problemática fundacional mal resolvida: as noções, categorias e conceitos utilizados para a "sociologia dos movimentos sociais", emergente na década de 1960, estavam construídos principalmente a partir das experiências europeias e norte-americanas [...] e não a partir das lutas anticoloniais e anti-imperialistas estendidas pela América Latina e África” (Bringel, 2011, p. 187).

Nesse sentido, ele destaca os recortes sociais oriundos de estudos feministas e pan-africanos como grandes contribuições para problematizar a utilização exclusiva dos modelos de produção de conhecimento dos movimentos sociais até então existentes. De acordo com o autor, os modelos utilizados até a década de 1990, em sua maioria, são fortemente influenciados pela visão colonialista na Ásia, África e América do Sul, isto é, a visão impregnada nesta forma de estudo exclui subjetividades e vivências específicas dessas regiões.

Como alternativa aos modelos coloniais, Bringel cita a importância de estudos como o de Stavenhagen (1971), que “propôs a passagem de um observador participante” a um “observador ativista”, reiterando a importância do conhecimento para a transformação social (Bringel, 2011, p. 193). Além disso, para entender os movimentos sociais mais recentes, Bringel ressalta que é necessário repensar a epistemologia desse campo da sociologia, intensificando o diálogo com os próprios movimentos sociais para gerar conhecimentos que incluam a identidade, construção e diversidade destes.

“Em outras palavras: o debate pós-colonial supõe um importante avanço normativo, aporta uma filosofia e uma inspiração política de liberação, uma visão de mundo e posicionamento na realidade social, mas ainda não tem sido adequadamente explorado entre os estudiosos da ação coletiva e dos movimentos sociais” (Bringel, 2011, pp. 194-195).

Para aprofundar o estudo, compreensão e discussão dos movimentos sociais, Bringel afirma que é fundamental considerar o local e a construção social onde estes acontecem. Bringel destaca ainda a importância do que denomina “trabalho de tradução”, isto é, “quem são os tradutores de práticas sociais e saberes e como funciona esse processo em diferentes casos”, além das formas como os discursos, informações e mensagens são transmitidos por estes tradutores. Para ele, é de extrema importância considerar esses aspectos específicos de cada movimento social para construir e difundir saberes em Sociologia a respeito dos mesmos.

Já Jesus (2012) discute a problemática do estudo dos movimentos sociais na Psicologia Social, onde estes são entendidos “como resultantes dos esforços de determinadas pessoas em resolver coletivamente problemas que elas têm em comum, em relação a um estado mental de insatisfação”. Ela ressalta que ações coletivas originadas em grupos organizados apartidários são capazes de influenciar a difusão de novas ideias e concepções de mundo, subvertendo as esferas de poder ao fazerem emergir e serem problematizadas reivindicações de minorias na sociedade. Tomando como exemplo as marchas e movimentos organizados em prol de direitos específicos, como a Marcha das Vadias, o Movimento LGBT e o Movimento Negro, Jesus afirma que os grupos marginalizados, e frequentemente excluídos pelo Estado, ganham visibilidade e poder de mudanças visíveis no tecido social a partir de sua organização e ação coletiva por mais direitos.

Para ela, após a queda do regime militar e abertura política na década de 1980, surgiram “novas formas de lidar com os problemas sociais” e os movimentos sociais se consolidaram “como espaços alternativos de reivindicação popular”, que incluem cidadãos “de diferentes estratos socioeconômicos, origens geográficas, cores, etnias, gêneros, idades, orientações sexuais, habilidades físicas, religiões, entre outras dimensões da diversidade, [que] têm reconhecido e

demandado efetivamente o seu direito a se expressar e a participar politicamente em prol da garantia de seus direitos fundamentais” (Jesus, 2012, p. 171).

No entanto, de acordo com Jesus, na Psicologia Social a tendência a buscar o individual no coletivo e as críticas de que os pesquisadores têm uma posição mais militante do que empírica acabam prejudicando o processo de compreender a dinâmica, importância e contribuições dos movimentos sociais para uma sociedade mais justa e igualitária:

“Superando concepções reducionista de ciência, entende-se que o pensar e fazer psicológico no mundo contemporâneo, como todo e qualquer outro pensar e fazer científico, é eminentemente crítico, desde que busque conhecer e descrever fidedignamente qualquer realidade social, sem abrir mão da autonomia de pensamento” (Jesus, 2012, p. 181).

Machado (2007) também destaca a importância da luta por causas específicas para a transformação dos valores em cada sociedade:

“Podemos afirmar que esta dimensão universalista vai bem mais além da temática dos direitos humanos. Relaciona-se ao compartilhamento cada vez mais amplo de valores vinculados aos direitos das minorias, à liberdade de expressão, à conservação ambiental, direito à diversidade cultural, liberdade religiosa, igualdade racial, igualdade de gênero, qualidade de vida e a uma distribuição mais justa dos benefícios sociais da economia global, etc. Trata-se também de temas que hoje são centrais nas agendas dos governos e dos organismos multilaterais. A luta coalizacional dos movimentos sociais caminha cada vez mais em paralelo com a incorporação de tais valores e aspirações às leis e às práticas políticas dos governos nacionais e locais” (Machado, 2007, p. 258).

De fato, o que podemos observar atualmente é um crescimento exponencial de lutas em prol de diversas causas. Muitas delas vêm trazendo mudanças em diversos países, incluindo o Brasil. No entanto, poderiam ser todas classificadas como movimentos sociais? Passemos a uma discussão mais detalhada a este respeito.

2.1

Movimentos sociais e redes de mobilização civil no Brasil

No decorrer de sua obra, a socióloga Maria da Glória Gohn (2003, 2010, 2012), apresenta e discute as ações coletivas e o desenvolvimento das mesmas no Brasil, dando ênfase às categorias movimentos sociais e redes de mobilizações civis. Estas ações concretizam-se, principalmente, a partir de parcerias entre movimentos e associações, ONGs e instituições governamentais.

Para Gohn, os movimentos sociais se caracterizam por “ações sociais coletivas de caráter sóciopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (Gohn, 2003, p. 13). De acordo com ela, esses movimentos utilizam estratégias como denúncias, manifestações e ocupações, entre outras, e atuam através de redes sociais, isto é, o conjunto das relações e interações entre os atores sociais, que podem ser “locais, regionais, nacionais e internacionais” (Gohn, 2003, p.13).

Na atualidade, Gohn ressalta a importância de uma outra forma de atuação da sociedade civil: as redes de mobilização, que são uma modalidade mais ativa de apresentar propostas e exigir mudanças sociais com recortes mais fragmentados de causas específicas, como as lutas minoritárias de gênero e etnia, por exemplo. Nesta categoria encontram-se majoritariamente ONGs, associações comunitárias, fóruns e assembléias. A associação entre essas e outras redes é constante, constituindo o que a autora chama de redes de mobilização civil.

Ela assinala ainda que os movimentos sociais atuais, tanto quanto as redes de mobilização civil, fazem uso frequente das novas tecnologias de informação e comunicação como a Internet. Passemos a uma discussão mais detalhada dessas formas de ação coletiva.

2.1.1 Movimentos sociais entre as décadas de 1970 e 1990

Em fins da década de 1970 e durante a década de 1980, Gohn esclarece que os movimentos sociais tinham a característica de reivindicar direitos universais, direitos sociais e fazer oposição à classe política dominante: o regime militar no Brasil. Tais movimentos conseguiram diversas conquistas na área dos direitos sociais que se tornaram leis presentes na Constituição de 1988. Entretanto, após a queda do regime militar, notou-se uma desaceleração desses movimentos com diminuição de manifestações e passeatas, por exemplo.

A partir do início da década de 1990, a autora destaca três grandes movimentos sociais no Brasil: o movimento dos indígenas (que culminou na demarcação de terras para os índios), o movimento dos funcionários públicos (que buscava melhores condições de trabalho e remuneração) e o movimento dos

ecologistas (a partir do qual se originaram diversas ONGs preocupadas com a questão ambiental).

Durante essa mesma década, ela aponta o surgimento de formas de organização popular, mais institucionalizadas, através da criação de fóruns de discussão sobre os problemas sociais vigentes, como o Fórum Nacional de Luta pela Moradia. Nesta época emergem ainda parcerias entre a sociedade civil organizada e o poder público, que buscam uma maior “participação dos cidadãos na gestão dos negócios públicos” (Gohn, 2003, p. 20) e resultam em programas como o “bolsa-escola”, por exemplo. Neste mesmo período, faz-se presente o movimento Ética na Política, que culmina no *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello, além da organização de diversos grupos que lutam por causas específicas como o combate à discriminação de gênero, etnia, orientação sexual, as lutas pela paz e pelo fim da violência urbana e as lutas de categorias profissionais, como a dos profissionais de transporte alternativo.

Vale ressaltar a proliferação das ONGs durante a década de 90, focadas não somente na luta ambiental, mas também em outras questões como os cuidados com crianças carentes, idosos, na luta pela educação e pela moradia, entre outras. Essas organizações, além de assinalar os problemas ambientais ou sociais, passam a trabalhar para a “execução de políticas públicas de parceria entre o poder público e a sociedade, atuando em áreas onde a prestação de serviços sociais é carente ou até mesmo ausente” (Gohn, 2010, p. 22).

Desse modo, surge uma nova forma de atuação dos movimentos sociais, que não apenas protestam contra as injustiças, mas participam, debatem e oferecem propostas para a resolução dos problemas sociais. De acordo com Gohn:

“[...] o perfil dos movimentos sociais se alterou na virada do novo milênio porque a conjuntura política mudou [...] ao longo dos anos 90 os movimentos sociais [...] tiveram que abandonar algumas posturas e adotaram posições mais ativas/propositivas. Passaram a atuar em rede e em parceria com outros atores sociais, dentro dos marcos da institucionalidade existente e não mais à margem, de costas para o Estado, dentro da sociedade civil [como no período] do regime militar. A nova fase gerou práticas novas, exigiu qualificação dos militantes. ONGs e movimentos redefiniram seus laços e relações” (Gohn, 2003, p. 30).

Os movimentos sociais passam a se articular em redes e formam parcerias com outros movimentos, instituições, ONGs e demais atores sociais. Para Gohn, tais redes são um tipo de relação social característico da sociedade contemporânea, globalizada e informatizada. As redes podem se constituir de

diferentes formas como, por exemplo, as redes de sociabilidade (laços familiares e de amizade), redes locais (um bairro ou comunidade), redes virtuais (como o movimento antiglobalização), redes específicas (como o movimento LGBT), redes de entidades como ONGs, entre outras.

Dessa forma, ainda durante a década de 90, começam a se destacar redes de associação para mobilização civil, com lutas mais direcionadas a buscar direitos para causas específicas, mas que não substituem os grandes movimentos sociais. Segundo a autora, as mobilizações sociais sempre estiveram presentes no seio dos grandes movimentos sociais, mas a partir do século XXI emergem como uma categoria de análise social com “vida, significado e dinâmica própria” (Gohn, 2010, p. 22).

Vale assinalar que na nomenclatura clássica, a categoria movimento social estaria ligada ao passado das ações sociais, no qual a luta de classes, categorias trabalhistas e sindicatos proliferaram em abundância, enquanto a mobilização civil é uma forma de atuação da atualidade, na qual os próprios cidadãos se engajam e tomam parte nas políticas públicas. Um outro fator importante é a chegada da Internet em nossas vidas, permitindo que grupos e cidadãos tenham voz ativa e se unam em prol de ideais em comum, independente de filiações partidária e livre de controle do Estado.

Segundo Gohn, ambas as formas de ação coletiva estão presentes nos dias de hoje, já que os próprios movimentos sociais acabaram redirecionando suas formas de atuação, inclusive tornando-se ONGs ou associando-se às já existentes, e abrigam em sua teia de relações as redes de mobilização civil.

2.1.2

Redes de mobilização civil

Com a mudança no cenário político e cultural da década de 1990, os movimentos sociais reinventam e remodelam suas práticas tornando-se mais ativos e propositivos. A partir do ano 2000, começam a se destacar com maior frequência os grupos, ou redes, voltados para a mobilização civil.

“A sociedade fragmentada e polimorfa que se configurou a partir dos anos de 1990, o modelo de associativismo que está se consolidando ao longo dos anos 2000, caracteriza-se pela tendência dos grupos e movimentos sociais organizados

de se articularem em redes e criarem fóruns a partir dessas redes” (Gohn, 2010, p. 9).

De acordo com Gohn (2010), as associações civis organizadas em redes dividem-se em três grandes eixos: 1) movimentos e ações de grupos identitários (grupo das minorias étnicas, de gênero e etc.) que lutam por direitos sociais, econômicos, culturais; 2) movimentos e lutas que buscam melhorias e direitos nas áreas urbana e rural e 3) movimentos globais sociopolíticos e culturais que atuam através de fóruns e conselhos.

Além da forte atuação a partir das novas tecnologias digitais, as redes de mobilização civil têm a característica de construir identidades através de práticas e discursos que oferecem aos atores e grupos sociais uma sensação de pertencimento (Gohn, 2010). Os movimentos atuais buscam a igualdade de direitos e o respeito à diversidade como é o caso do Movimento LGBT, que além de lutar por direitos civis iguais para casais hétero e homossexuais, busca o reconhecimento e aceitação dos diversos modelos de família existentes na contemporaneidade.

De uma forma geral, segundo a análise de Gohn, as ações coletivas da atualidade saem do foco dos temas mais universais presentes nos movimentos dos anos de 1970 e 1980 como “direito a ter direitos” (Gohn, 2010, p. 14). Os movimentos sociais anteriores não visavam causas de grupos específicos, e sim uma parcela mais ampla da população, enquanto os movimentos atuais articulam suas lutas a partir de “vínculos sociais comunitários organizados segundo critérios de cor, raça, idade, gênero, habilidades e capacidades humanas” (Gohn, 2010, p.9). Desse modo constituem-se redes de associação, ou redes temáticas, orientadas por interesses específicos tais como faixa etária, etnia, questões ambientais, entre outras. Essas redes atuam principalmente, através da comunicação mediada por computador.

As associações de mobilizações civis acabam por ocasionar transformações políticas em um nível mais amplo, ao conseguir diversas transformações nas políticas públicas a partir da luta por causas específicas na contemporaneidade. Ao passo que as antigas políticas públicas eram formuladas e sancionadas na direção “de cima para baixo”, ou seja, do Estado em direção aos cidadãos, atualmente ocorre um movimento inverso, no qual, reivindicações de grupos

minoritários se fazem cada vez mais presentes na elaboração de leis que garantam os direitos dos mesmos. Um exemplo dessa mudança pode ser identificado em causas como o Movimento Negro, que lutando contra o preconceito étnico, conseguiu a aprovação de uma lei nacional que torna o racismo um crime.

Ao se apropriarem do potencial de interatividade e troca de informações da Internet como forma complementar de luta por suas causas, as redes de mobilização civil alcançam larga escala da população. Além de veicularem artigos, informações e organizarem manifestações, estas redes mantêm canais de diálogo aberto com seus seguidores e simpatizantes promovendo debates e discussões e incentivando o ativismo e participação política. Diversos autores já vêm pontuando um significativo aumento na participação política após o surgimento da Internet, como veremos a seguir.

2.2 Participação política e Internet

Muito vem se discutindo, ao longo dos últimos anos, sobre os impactos da globalização na política mundial. Bauman (1999), por exemplo, acredita que a globalização apresenta características como a redefinição de tempo e espaço, já que esta época é marcada por um constante movimento e afirma que “a imobilidade não é uma opção realista num mundo em permanente mudança” (Bauman, 1999 p. 8). Dessa forma, um mundo em constante movimento acaba por provocar, além de atravessamentos culturais, a perda de poder decisório dos governos centralizados já que, segundo o autor:

“[...] o que quer que se mova a uma velocidade aproximada à do sinal eletrônico é praticamente livre de restrições relacionadas ao território de onde partiu, ao qual se dirige ou que atravessa” (Bauman, 1999, p. 63).

Neste novo mundo globalizado não há poderes centralizados como anteriormente verificava-se nas Nações-Estado da Modernidade: soberanas, territoriais e produtoras de normas, cultura e valores. Para o autor, atualmente, ninguém está no comando. A entrada da Internet em nossas vidas alimenta a globalização. A rapidez com que informações são veiculadas, para Bauman, é um dos fatores que contribuem para o enfraquecimento dos governos centralizados e promovem a exclusão das sociedades menos desenvolvidas economicamente. É necessário destacar que países ditatoriais, como a China, por exemplo, tentam

controlar o uso das novas tecnologias de informação através de proibição ou restrição dos conteúdos veiculados na Internet em seus territórios.

Já para Castells (1999), a chegada da Internet ao nosso cotidiano vem gerando impactos nas sociedades contemporâneas como um todo, ao introduzir diversas transformações no mercado de trabalho, na economia global, no acesso a informações e nas formas de interação entre as pessoas. Essas transformações acabam por gerar uma nova forma de sociedade:

“[...] a Internet é – e será ainda mais – o meio de comunicação e de relação essencial sobre o qual se baseia uma nova forma de sociedade que nós já vivemos – aquela que eu chamo de sociedade em rede” (Castells, 2003b, p. 256).

Castells acredita que a Internet é o “tecido de nossas vidas” atualmente, tendo se tornado um meio de comunicação, interação e organização social (2003b). Para ele, a Internet é um espaço autônomo, livre do controle governamental e empresarial característicos da Modernidade, pelo fato de ter recebido, ainda durante sua criação, o espírito libertário e contestador de movimentos que buscavam autonomia em relação ao Estado. Outra característica apontada pelo autor é o processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento da Internet, que mescla a produção tecnológica especializada e o uso feito desta tecnologia pelos usuários. Em outras palavras, profissionais de TI (tecnologias da informação) criam programas e *sites* pensando na demanda dos usuários, enquanto estes últimos podem dar os mais diversos usos a tais criações e incentivar o aprimoramento das mesmas ou a criação de novas ferramentas por parte da área de TI. Castells acredita que uma sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas. Por sua vez, essas ferramentas também são moldadas pelo uso que a sociedade faz delas. Ao longo dos últimos anos, é possível observar que a própria participação política via Web encontra-se imbricada neste contexto. Em um primeiro momento da Internet, foram criados *sites* de instituições governamentais que tinham como objetivo proporcionar um maior diálogo entre governantes e cidadãos. Esses, no entanto, não atingiram o objetivo inicial. Posteriormente, é o uso dado pelos usuários aos *sites* de redes sociais que possibilita esta aproximação, como será discutido adiante.

2.2.1

A esperança na democracia nos primeiros anos de Internet

No final da década de 90, autores entusiastas dos efeitos da inserção das tecnologias digitais (ou tecnologias de informação) em nosso cotidiano, como o próprio Castells (2003a, 2003b) e Lévy (1999), entre outros, previam que a Internet poderia ter importantes implicações para a participação política civil e trazer grandes avanços para a democracia. Para Castells, por exemplo, “a Internet poderia ser um instrumento de participação cidadã extraordinário; de informação da classe política, dos governos e dos partidos aos cidadãos em seu conjunto, e de relação interativa” (Castells, 2003b, p. 279). No entanto, o autor ressalta que a classe política, salvo raras exceções, parecia enxergar a Internet somente como um “quadro de anúncios”, descartando o potencial de interatividade da ferramenta como forma de maior aproximação com os cidadãos.

Já para Lévy o ciberespaço (ambiente virtual da Internet) poderia favorecer o aflorar de discussões, debates, parcerias, “ajuda mútua, maior participação da população nas decisões políticas” configurando o que o autor denomina democracia eletrônica (Lévy, 1999, p. 186). A democracia eletrônica seria a possibilidade de os cidadãos participarem de debates, deliberações e decisões sobre políticas públicas utilizando o potencial de interatividade disponível na Internet. Entretanto, o autor pontua que a democracia eletrônica em si ainda não havia se concretizado nessa época, em que predominavam apenas propagandas governamentais na utilização destes recursos, sem possibilidade de participação ativa do cidadão comum.

Machado (2007) é outro autor que destaca o potencial de participação política oferecido pela Internet:

“Em suma, a rede é um espaço público que possibilita novos caminhos para interação política, social e econômica. Principalmente pelo fato de que nela qualquer cidadão pode assumir, ao mesmo tempo, uma variedade enorme de papéis – como cidadão, militante, editor, distribuidor, consumidor, etc. – superando as barreiras geográficas e, até certo ponto, as limitações econômicas” (Machado, 2007, p. 269).

Entretanto, passados alguns anos após o advento da Internet, a discussão tendeu justamente para a ideia de que o potencial da rede não havia trazido a revolução democrática esperada. Alguns estudos, visando o aprofundamento e

discussão desse tema, concluíram que a falta de motivação política por parte da sociedade civil e a inadequação na utilização das ferramentas disponibilizadas *on-line* seriam fatores que contribuem para o não aproveitamento do potencial democrático proporcionado pela Internet (Gomes, 2005; Winkler, 2010). Na verdade, o próprio conceito de democracia na contemporaneidade vem sendo bastante discutido.

2.2.2

O que é democracia?

Gomes (2005) inicia sua análise do problema da falta de participação política questionando a própria ideia de democracia na atualidade. Para o autor, uma democracia participativa deve ter algumas características principais que permitam seu desenvolvimento, tais como: a) conhecimento político satisfatório por parte dos cidadãos, b) possibilidade de o cidadão expressar suas opiniões a partir de debates, contraposições argumentativas e envolvimento em processos deliberativos, c) meios de participação na política como voto, afiliação e participação em eventos públicos e d) possibilidade de comunicação, cobrança de explicações e prestação de contas de forma eficaz, por parte do cidadão para com seus representantes em nível local, nacional ou internacional.

O autor acredita que se há uma falta de participação política é, justamente, por falhas nestes pré-requisitos para uma democracia participativa. Em sua visão, os modelos democráticos atuais parecem não proporcionar à população civil os meios necessários e a convicção de “que há uma conexão de causa e efeito entre a ação do cidadão e o modo como as coisas referentes ao Estado se decidem” (Gomes, 2005, p. 60). Gomes ressalta ainda a falta de credibilidade nas instituições governamentais e nos representantes políticos, além da desconfiança sobre os conteúdos transmitidos pelas mídias de massa tradicionais, como fatores que contribuem para uma baixa participação política na sociedade contemporânea.

2.2.3

Democracia e Internet: o que não se concretizou na década de 90

Com a entrada da Internet em cena, Gomes registra a grande expectativa que se instaurou de que a comunicação via Internet poderia se tornar um meio ideal para a comunicação entre governos e cidadãos. A própria facilidade de não

necessitar de um espaço físico para as discussões e associações políticas, já que tudo pode ser feito através de ambientes *on-line*, é marcada como um grande requisito para o favorecimento da democracia participativa. Soma-se a isso, a possibilidade de veicular informações sem os filtros das mídias tradicionais, os custos relativamente baixos de se propagar informação e utilizar recursos interativos, o amplo alcance de propagação e repercussão das informações veiculadas e o acesso por parte de vozes minoritárias ou excluídas.

No entanto, o autor ressalta que, apesar de todo otimismo gerado pela introdução de um novo meio de comunicação com características tão democráticas, a realidade que se seguiu não correspondeu às expectativas iniciais. Na análise de Gomes, isso ocorreu justamente por não haver uma informação política qualificada (a desconfiança em relação aos conteúdos divulgados continuou prevalecendo), pela desigualdade de acesso à Internet por parte dos cidadãos comuns, pela continuação da predominância dos meios de comunicação de massa tradicionais, pelo fato de o sistema político continuar fechado e utilizar a Internet primordialmente como um meio de fazer propaganda e pelo que Gomes denomina “paranóia” de a Internet possibilitar a invasão de privacidade e acesso a dados restritos. Para o autor, a falta de motivação política, o exagero na crença de que a Internet resolveria todos os problemas da democracia e da participação política, a predominância do mesmo sistema político e a utilização inadequada dos recursos disponíveis na Web figuram entre os principais problemas para a não concretização de uma verdadeira democracia participativa.

Winkler (2010) sugere um desencontro entre as novas tecnologias e a política e compartilha a visão de Gomes (2005) no que tange à utilização da Internet por parte dos governos democráticos. Para a autora, os *sites* de administração pública funcionam “como um quadro de anúncios” e permitem pouca interatividade.

Além disso, Winkler discorre sobre o baixo aproveitamento das possibilidades de transmissão de informação e interatividade disponibilizadas na Web pelos movimentos sociais da atualidade. Em geral, estas ferramentas são utilizadas por ONGs ou grupos específicos que não têm como base a motivação política universal (para toda a sociedade), mas sim a reivindicação de causas individuais ou motivadas por valores culturais, como por exemplo: a luta pelos direitos de um determinado grupo étnico como o dos indígenas, a luta contra o

preconceito racial ou pelos direitos de uma classe de trabalhadores como é o caso do MST (Winkler, 2010).

Em linhas gerais, o panorama da participação política através da Internet antes de 2011 se caracterizava pela utilização dos recursos da Web 2.0, majoritariamente, por parte de grupos associativos ou redes de mobilização civil com o objetivo de lutar por uma causa individual ou específica. No entanto, a partir da grande difusão e utilização das redes sociais da Internet este cenário parece estar em constante mudança, fazendo aflorar, cada vez mais, a esperança de um resgate da participação política dos membros da sociedade civil.

A introdução das redes sociais, como o Twitter, o Youtube e o Facebook, no cotidiano do cidadão comum possibilita que, além de se tornar criador e difusor de informações, ele também possa questionar e discutir políticas públicas, tanto com seus pares quanto com as próprias entidades governamentais. Isso porque, no momento atual, todos os governantes possuem perfis nessas redes, através dos quais eles próprios ou suas equipes de governo mantêm um canal direto de diálogo com os cidadãos. Além disso, o usuário comum pode exercer o ativismo político em prol de uma ou mais causas sem estar diretamente afiliado a um partido político, associação ou ONG, como foi possível observar durante as já citadas Eleições 2014 no Brasil. Independente de estarem ou não afiliados aos partidos dos candidatos, milhares de usuários utilizaram seus perfis pessoais para divulgar e pedir votos para os candidatos de sua preferência.

2.3

Redes sociais: o resgate da democracia e da cidadania

A problemática em torno da “decepção” com o aproveitamento da Internet para fins de participação política permeou os anos 90 e o início do século XXI. Com a introdução da já citada Web 2.0 e o surgimento dos *sites* de redes sociais¹¹, este cenário veio mudando progressivamente até culminar nos grandes eventos que observamos no mundo desde 2011. Os *sites* de redes sociais apresentam-se como espaços virtuais que possibilitam a interação entre usuários, a divulgação e

¹¹ Existem diversas redes sociais em uso nos diferentes países do mundo. No Brasil, algumas se destacaram nos últimos anos por conta da grande adesão de usuários, entre elas, o Orkut, LinkedIn, My Space, Twitter e Facebook. Além das redes sociais, é válido destacar também os aplicativos para celular Instagram e Whatsapp, amplamente utilizados no Brasil.

troca de informações e, mais recentemente, têm sido palco de debates sobre diversas questões da contemporaneidade, desde a discussão sobre políticas públicas e desempenho dos governos a temas mais universais como a preservação ambiental em escala mundial. Mas o que há de diferente em tais ambientes, afinal?

2.3.1

Redes sociais: o que são

A nomenclatura redes ou mídias sociais vem sendo amplamente utilizada na mídia e no cotidiano dos usuários. O termo rede social utilizado nas teorias da Comunicação Social, no entanto, é um pouco mais complexo. Raquel Recuero (2009) entende uma rede social como sendo composta por “atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais)”, ou seja, as redes sociais são o conjunto de relações e pessoas que as compõem e são utilizadas como um modo de investigar como se forma a estrutura social nas sociedades contemporâneas (Recuero, 2009, p. 24). Segundo a autora, para entender o funcionamento das redes sociais na Internet é necessário observar de forma abrangente as conexões feitas pelos atores a partir da estrutura social que se apresenta em tais redes, isto é, “não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões”. Para Recuero:

“O estudo das redes sociais na Internet, assim, foca o problema de como as estruturas sociais surgem, de que tipo são, como são compostas através da comunicação mediada pelo computador e como essas interações mediadas são capazes de gerar fluxos de informações e trocas sociais que impactam essas estruturas” (Recuero, 2009, p. 24).

A autora ressalta importantes aspectos observados em tais ambientes como a busca por uma individualização ou presença do “eu” no ciberespaço, através da utilização de *nicknames* ou perfis detalhados e personalizados em *sites* como o Orkut e Facebook, nos quais, de acordo com ela, os usuários buscam construir e expressar suas identidades, o que favorece as conexões feitas entre os atores. Outro ponto relevante refere-se justamente às conexões estabelecidas nos ambientes virtuais. Para Recuero, as conexões são o “principal foco do estudo das redes sociais, pois é sua variação que altera as estruturas desses grupos” (Recuero, 2009, p. 30). Em linhas gerais, as conexões podem expressar laços fracos ou fortes de acordo com o grau de intimidade entre os atores, bem como conexões

estabelecidas por associação de interesses em comum. Isso posto, Recuero ressalta que os sites de redes sociais (SRSs) são apenas apropriações utilizadas pelos usuários para expressar suas redes sociais e utiliza a seguinte definição:

“Sites de redes sociais são os espaços utilizados para a expressão das redes sociais na Internet. Sites de redes sociais [...] permitem I) a construção de uma persona através de um perfil ou página pessoal; II) a interação através de comentários; e III) a exposição pública da rede social de cada ator”. (Recuero, 2009, p. 102)

Estes espaços permitem então a livre expressão dos atores e a manutenção de seus laços sociais, tornando-se importantes ferramentas para a análise das estruturas sociais, ou seja, do modo como ocorrem e se mantêm as relações entre diferentes atores. Nos dias de hoje os *sites* de redes sociais, além de terem se tornado um rico espaço para a manutenção de relações, também favorecem a expressão de seus usuários sobre os mais variados temas do cotidiano, o debate e discussão entre os diversos atores sociais e vêm sendo apontados como um novo espaço para a participação política.

2.3.2 Redes sociais e cidadania digital

Medeiros (2013) acredita que os *sites* de redes sociais englobam tanto uma característica de espaço público, bem como permitem a expressão de conteúdos individualizados. Para o autor, as redes sociais na Internet funcionam como “instrumentos potencializadores da esfera pública” (Medeiros, 2013, p. 28). Ele afirma que as redes sociais são espaços que favorecem a participação política devido à grande facilidade de veiculação de informações e à característica interativa que permite a troca entre os atores sociais. Dessa forma, as redes sociais acabam funcionando como espaços públicos que permitem uma rápida mobilização e deliberação sobre qualquer assunto. O autor conclui que:

“[...] a interação mediada pelo computador faz com que existam atores capazes de fomentar a discussão da participação política através da rede, utilizando-se de meios descentralizados e democráticos que alavancam movimentos sociais e contribuem para a disseminação de opiniões e informações que permitem ligar ideias e ideais globais e locais” (Medeiros, 2013, p. 32).

Por fim, Medeiros afirma que a Internet e seus *sites* de redes sociais permitem o resgate de uma cidadania rompida entre a esfera política e a esfera civil. A mesma crença está presente em Rego (2012). Tomando como base os

trabalhos de Castells (1999) sobre os impactos das tecnologias de informação na economia, sociedade e cultura, que culminam na atual “sociedade em rede”, e de Beck (1992), que discute a necessidade de “uma maior participação da sociedade civil nos processos de tomada de decisão política”, principalmente diante do risco ambiental iminente em que nosso planeta se encontra, Rego acredita que tal ameaça ambiental, o avanço desenfreado do desenvolvimento tecnológico, os efeitos nocivos da globalização e o fracasso dos governos em lidar com estas questões, além do surgimento da Internet, favorecem o que denomina de cidadania digital.

Segundo Rego, a descrença no antigo modelo de Estado-Nação e os recursos interativos proporcionados pela Internet, que permitem a quebra de barreiras geográficas e a manifestação de lutas locais e globais, tem impulsionado “uma participação mais activa, comprometida e esclarecida por parte da sociedade civil nos desafios globais que enfrentamos” (Rego, 2012, p. 2). Rego ressalta que antes do surgimento da Internet as lutas em prol de melhorias sociais ficavam mais restritas a uma “escala local, regional ou nacional” e atualmente o que se percebe são lutas mais universais como o “combate a pobreza, preservação do ambiente ou a paz” (Rego, 2012, p.5).

Assim, a cidadania digital é a possibilidade de ampliar a cidadania tradicional através do uso da Internet. Se anteriormente era necessário o engajamento em discussões políticas através da afiliação partidária ou de associações e instituições voltadas para a discussão e defesa de questões ambientais, por exemplo, o atual avanço das tecnologias de informação oferece a Internet como um espaço no qual é possível a “mobilização para a participação cívica e política” através da busca de informações, interação e debates entre os usuários da mesma. Isto é, a internet possibilita uma participação política sem a necessidade de se filiar a associações ou instituições políticas. Para defender uma causa ou ideal, basta estar conectado. Rego acredita que a Internet potencializa a participação cívica, principalmente após o surgimento das redes sociais, que têm características primordiais como a participação e interação e, como já discutido anteriormente, permitem que usuários comuns sejam vetores de divulgação de informação independentes dos meios de comunicação tradicionais. A possibilidade de alcance global, rapidez, baixo custo e autonomia em relação às

mídias tradicionais, oferece aos usuários um prodigioso meio de participação cidadã.

“Neste sentido, a importância das redes sociais para a cidadania traduzem-se essencialmente no seu carácter agregador e mobilizador em torno de uma determinada causa ou movimento com potencial de difusão mediática e a uma temporalidade vertiginosa inigualável por qualquer outro meio de comunicação na nossa era” (Rego, 2012, p. 6).

É possível perceber que o surgimento das redes sociais da Internet vem reacendendo a esperança de uma maior participação política na atualidade. Desde 2011 observamos com cada vez mais frequência a utilização das mesmas para manifestações de carácter político em todo o mundo, como veremos mais detalhadamente a seguir.

2.4

Movimentos sociais e mobilizações civis na Web 2.0: o espetáculo das redes sociais

Como já foi dito, a partir de 2011, em diversos países, as redes sociais passaram a ser utilizadas como instrumento de protestos e manifestações, através de divulgação de acontecimentos que as mídias tradicionais ocultavam da grande população, a marcação de manifestações presenciais em prol de movimentos libertários de cunho político e a discussão de ideias e objetivos a serem conquistados (Castells, 2013). Desta forma, vimos acontecer no mundo, e no Brasil, o pipocar de movimentos sociais organizando-se primordialmente via redes sociais e, posteriormente, ganhando as ruas de nossas cidades.

Em sua análise de tais manifestações, Castells (2013) ressalta o fato de essas terem se iniciado a partir das redes sociais da Internet. Além de ser um espaço de liberdade e autonomia, ele acredita que a Internet é um meio de comunicação de massa, já que permite que a informação chegue a inúmeras pessoas e conseqüentemente às inúmeras redes, locais ou globais, das quais elas fazem parte. A difusão da informação é tão ampla quanto aquela realizada pelos meios de comunicação de massa tradicionais como rádio, TV e jornais e com potencial de alcance ilimitado já que um único receptor pode passar a informação adiante para vários outros. Castells destaca ainda a característica do que denomina autocomunicação, “o uso da internet e das redes sem fio como plataformas de

comunicação digital”, que permite que a produção da mensagem se dê de modo autônomo pelo remetente. Cada emissor decide o conteúdo da informação a ser compartilhada, o que confere autonomia aos atores sociais, e dessa forma as “redes de comunicação interativa” acabam se tornando de difícil controle por parte de governos e empresas (Castells, 2013, p. 11). O autor faz referência ainda a um “hipertexto global de informações” que pode ser acessado, modificado e direcionado pelo emissor para discorrer, discutir e realçar assuntos específicos de seu interesse. Assinalando estas características, ele acredita que “as redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida” (Castells, 2013, p. 14).

Desta maneira, Castells afirma que as redes sociais proporcionaram o surgimento de uma subversão nas relações de poder antes instituídas através da coerção ou da construção de significados na mente das pessoas por parte do Estado. Com a possibilidade de se comunicar de forma livre do controle do Estado, das empresas e da mídia de massa tradicional, os indivíduos passaram a se organizar em redes de interesse comum e a discutir e coordenar ações para reivindicar mudanças sociais. Para o autor, o medo, antes instituído pelo poder do Estado, tornou-se indignação e a indignação transformou-se na esperança e na luta por uma sociedade melhor e mais justa através dos recentes movimentos sociais em escala mundial.

Ao longo de seu livro *“Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet”* (2013), Castells analisa a participação das redes sociais nos diversos movimentos que eclodiram mundo afora. Tomando como exemplo o caso da Tunísia, ele aponta como estopim do movimento social que se desenrolou neste país, o episódio em que Mohamed Bouazizi, depois de ter sua banca de legumes e frutas confiscada diversas vezes pela polícia local, suicidou-se diante de uma instituição governamental. O último ato de protesto de Mohamed foi registrado em vídeo e distribuído pela Internet gerando grande comoção e indignação na população tunisiana e iniciou a revolução em questão. Através de redes sociais como o Youtube, Facebook e Twitter, além de outras redes disponibilizadas por telefones celulares no país, foram marcadas inúmeras manifestações nas ruas, veiculadas notícias de confronto com as forças do Estado (que divergiam das informações veiculadas pelas mídias de massa tradicionais) e

proporcionada a adesão da população à luta por melhores condições de vida. Para Castells:

“A conexão entre comunicação livre pelo Facebook, YouTube e Twitter e a ocupação do espaço urbano criou um híbrido espaço público de liberdade, que se tornou uma das principais características da rebelião tunisiana, renunciando os movimentos que surgiram em outros países” (Castells, 2013, p. 25).

Os movimentos se espalharam pelo mundo, chegando a países como a Espanha, Estados Unidos e o próprio Brasil, mantendo algumas semelhanças básicas de acordo com Castells. Em todos os movimentos sociais, o autor detectou o objetivo primeiro da “transformação do processo político democrático” (Castells, 2013 p. 109), que se caracterizou por movimentos políticos sem afiliação ou simpatia partidária, ou seja, a população foi às ruas exigindo melhorias na qualidade de vida e uma sociedade mais justa sem a companhia dos partidos políticos. Esses movimentos acabaram sendo reprimidos com hostilidade. Diversos conflitos violentos desenrolaram-se entre manifestantes e autoridades de cada localidade, porém várias das reivindicações foram conquistadas pelos manifestantes. No caso da Tunísia, acima citado, as manifestações culminaram na derrubada de um regime totalitário e na instituição de um novo regime de governo apoiado pela população,

Como já foi visto, as manifestações em diferentes países do mundo foram previamente marcadas via redes sociais como o Twitter e o Facebook. Discussões sobre a pauta das manifestações e ações a serem tomadas foram igualmente travadas através das redes sociais. Além disso, imagens e vídeos sobre os confrontos foram veiculadas em tempo real e contestaram as versões divulgadas nas mídias de massa tradicionais em diversos países dando origem a diversos veículos de mídia alternativa, inclusive no Brasil. Passemos às manifestações em solo brasileiro para entender como tudo aconteceu.

2.4.1

Jornadas de Junho: as manifestações de 2013 no Brasil

No Brasil, o aumento de vinte centavos nas tarifas dos transportes públicos levou o Movimento Passe Livre (MPL) a convocar os cidadãos para uma manifestação nas ruas de São Paulo em junho de 2013. O movimento se espalhou

por outras cidades do país ganhando apoio em massa da população¹². As redes sociais exerceram um papel fundamental nos protestos (Matsuura, 2013). A *hashtag* do Twitter #vempruarua foi uma importante ferramenta para convocar os demais cidadãos para as manifestações, que a princípio contestavam o aumento das passagens dos transportes públicos e, posteriormente, se transformaram em um grito de indignação contra as políticas vigentes. O coletivo *Anonymous*¹³ tornou-se uma referência em ciberativismo e veiculação de informações sobre as manifestações, tanto no Twitter como no Facebook. O povo brasileiro foi às ruas pedindo por reforma política, caça à corrupção e melhores condições de vida.

Na análise de Côrrea & Jobim e Souza (2014), as jornadas de junho (inspiradas nas manifestações ocorridas na Turquia alguns meses antes) apontam para um novo processo de subjetivação, denominado de subjetividade indignada. Diante da perda da dignidade e direitos democráticos, e amparados pela facilidade da comunicação em rede e suas mídias digitais, pessoas em diferentes partes do mundo indignaram-se e foram às ruas exigindo a reformulação dos projetos políticos e a recuperação da democracia. Fazendo referência à releitura do conceito de multidão em Spinoza proposto por Hardt e Negri (2004), as autoras acreditam que a “comunicação em rede permite que a indignação local, ganhe uma força coletiva, através de uma rede solidária à causa” (Côrrea & Jobim e Souza, 2014 p. 24).

Para Espinosa¹⁴ a democracia é a saúde do coletivo. Espinosa (2009) afirma que desejar para o outro aquilo que se deseja para si próprio é a chave para o aumento de potência do coletivo, ou seja, viver em um sistema onde todos possam desfrutar do que é bom e afastar o que é ruim proporciona uma vida em sociedade saudável. Desta forma, se há uma ruptura no que se refere ao bem comum, ao que é desejado para si mesmo e seus semelhantes, naturalmente ocorrerá uma diminuição de potência da cidade (o Estado), o que implica em um aumento de potência na multidão. A multidão é o conjunto dos indivíduos que

¹² Para maiores informações, acessar: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/06/transporte-e-politica-sao-principais-razoes-de-manifestacoes-diz-pesquisa.html> Acesso em em 17/12/2013 e <http://noticias.r7.com/cidades/brasil-para-em-protestos-e-manifestantes-tomam-ruas-em-diversas-cidades-18062013> Acesso em 15/12/2013.

¹³ <https://www.facebook.com/AnonymousBr4sil/?fref=ts>

¹⁴ Baruch Espinosa, ou Spinoza, trata-se do mesmo filósofo holandês que, inclusive, mudou o primeiro nome para Benedito ao longo de sua vida. Como foram utilizadas duas obras distintas com as diferentes grafias do nome, optei por manter nas referências bibliográficas os formatos originais de cada uma para facilitar a busca pelos volumes.

compõem o Estado e se submetem às leis da cidade, isto é, faz parte do todo e possui sua própria potência. O Estado só persevera na medida em que os indivíduos que o compõem abrem mão de certas coisas, aderem a certas regras e criam estratégias através de alianças para que o mesmo possa perseverar.

“Com efeito, o direito da cidade determina-se pela potência da multidão que é conduzida como que por uma só mente. Porém esta união de ânimos não pode de maneira nenhuma conceber-se, a não ser que a cidade se oriente maximamente para o que a razão ensina ser útil a todos os homens” (Espinosa, 2009, III, 7, p. 29).

Dessa forma, se a cidade pensa a partir do plano comum e oferece aquilo que é útil a todos os seus cidadãos aumenta sua potência e absorve a própria potência da multidão tendo mais chances de perseverar. Em caso contrário, ocorre justamente o aumento de potência da multidão que se une e luta contra o que é do desagrado de todos, como verificamos nas manifestações que vêm ocorrendo mundo afora nos últimos anos. Essa ideia fica bem clara no trecho abaixo destacado:

“[...] deve ter-se em conta que pertence menos ao direito da cidade aquilo que provoca indignação da maioria. É, com efeito, certo que os homens por inclinação da natureza conspiram, seja por causa de um medo em comum, seja pelo desejo de vingar algum dano comumente sofrido. E uma vez que o direito da cidade se define pela potência comum da multidão, é certo que a potência e o direito da cidade diminuem na medida em que ela própria ofereça para que vários conspirarem” (Espinosa, 2009, cap. III, art. 9, p. 30).

A indignação mencionada por Spinoza no século XVII parece ser exatamente a mesma detectada por Castells (2013) nos recentes movimentos ocorridos no século XXI. Castells afirma que por trás de todos os movimentos existe a indignação e a revolta com governos ou políticas que solapam o direito do cidadão.

Nos movimentos em solo brasileiro detectou-se esta mesma indignação. Os protestos iniciados contra o aumento de passagem em São Paulo, amplamente divulgados via rede sociais, e reprimidos com violência por parte das forças do Estado, fizeram surgir movimentos em diversas cidades pelo país. No Rio de Janeiro, um milhão de pessoas tornou-se “um só corpo, uma só mente” e ocupou as ruas da espinha dorsal do centro da cidade, a Avenida Presidente Vargas, após a convocação via Facebook e Twitter, para protestar não somente contra o

aumento¹⁵ das passagens, mas contra as condições indignas de vida impostas pelas políticas públicas em vigência. As pautas de reivindicações, amplamente discutidas nas redes sociais, passaram a versar então sobre a melhoria da qualidade do sistema de transportes públicos, melhorias na saúde pública, melhorias na educação pública e reforma política, entre outras.

Nas palavras de Castells, o povo brasileiro foi às ruas para defender a “dignidade de cada um. Ou seja, o direito humano de ser respeitado como ser humano e como cidadão” (Castells, 2013, p. 178). Retomando as proposições de Spinoza, poderíamos dizer que a cidade diminuiu sua potência e perdeu sua autonomia enquanto a potência da multidão aumentou frente à indignação com o abuso do direito da cidade. Observamos aí a quebra do contrato social baseado na democracia e na ideia de que é necessário fazer aquilo que é o útil para todos.

Corrêa e Jobim e Souza (2014) alertam, no entanto, que é necessário ter cuidado ao analisar e interpretar as manifestações sociais no Brasil e no mundo. Para as autoras, “vivemos em um momento paradigmático cujo futuro e conseqüências não podem ser apreendidas ainda” (Corrêa e Jobim e Souza, 2014, p. 26). Elas acreditam que manifestações, como as jornadas de junho, podem ser explicadas pelo conceito de acontecimento desenvolvido por Deleuze. O acontecimento é uma reação a uma situação inesperada, que rompe com a repetição – ou neste caso, com o cotidiano - e abre novas possibilidades de olhar, sentir e agir no mundo, não encerrando uma solução em si, mas favorecendo mudanças diante da realidade em que se apresenta. Para elas, o movimento Passe Livre, que se iniciou com a indignação pelo aumento das passagens nos transportes públicos foi abrigando outras reivindicações de cunho libertário e democrático. Diante do intolerável, o acontecimento “produziu uma nova subjetividade, indignada, com anseios democráticos e libertadores” (Corrêa e Jobim e Souza, 2014, p. 38). Elas concluem que os movimentos perduram, pois buscam uma “dignidade que se perdeu”.

Manifestações diversas continuaram acontecendo no país nos anos de 2014 e 2015. Nas redes sociais, os ciberativistas questionaram as políticas do Estado, transmitindo informações de cunho político e conclamando os demais usuários à

¹⁵ <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/06/transporte-e-politica-sao-principais-razoes-de-manifestacoes-diz-pesquisa.html>

luta por uma sociedade melhor¹⁶. A marcha #vemprarua, movimentos que almejam o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e movimentos contra a corrupção, continuaram convocando adeptos para manifestações presenciais e praticando diariamente o ativismo virtual, ou ciberativismo, nas redes sociais.

O ciberativismo ganhou tamanha força com as manifestações de 2013 no Brasil que novos termos surgiram, como o “sofativismo” ou “ativista de sofá”, referindo-se àquelas pessoas que não se juntam a multidão das ruas, mas continuam *on-line*, acompanhando os protestos, transmitindo informações em tempo real para os manifestantes presenciais e para os demais usuários conectados, justamente através de redes sociais, como o Youtube, Twitter e Facebook (Gomes, 2013). Nas manifestações de 2013, e em algumas posteriores, foi possível observar ainda que a transmissão do sinal das operadoras de telefonia era bloqueado no local onde tais eventos ocorriam. Grupos como o coletivo *Anonymous*, pediam para que seus seguidores liberassem o sinal de *wi-fi*, isto é, retirassem a senha necessária para utilizar os serviços de conexão à Internet, para que os manifestantes pudessem informar o que acontecia nos protestos. Ataques hackerativistas, como a invasão de *sites* governamentais, ocorreram nessa mesma época reforçando a aliança entre ações presenciais e virtuais.

Um fato a ser ressaltado foi o constante embate entre informações divulgadas nas mídias de massa tradicionais e o que era divulgado pelos manifestantes. Este já vem, inclusive, se tornando assunto de discussão nos meios acadêmicos:

“... o que está se discutindo é o poder das mídias irradiadas de massa em relação às mídias distribuídas de multidão. Hoje cada vez mais se explora e se esgarça o confronto entre os veículos da informação massiva e as interfaces da comunicação coletiva” (Malini, F, Antoun, H, 2013, p. 153).

Durante as manifestações em diversos países, e ainda atualmente, observamos as constantes denúncias feitas por uma espécie de mídia alternativa e com ideais libertários, sempre confrontando o que é disponibilizado nas mídias tradicionais, como veremos a seguir.

¹⁶ Diversas manifestações foram marcadas no final de 2013 e início de 2014, como o evento marcado via Facebook pelo Movimento Passe Livre para o dia 20/12/2013 no Rio de Janeiro, como Primeiro Ato de Protesto contra um suposto novo aumento das tarifas de transporte público (contando com mais de nove mil usuários confirmados em dezembro de 2013). Acesso em 18/12/2013, disponível em <https://www.facebook.com/events/1444658219091026/?previousaction=join&source=1>

2.4.2

Mídia tradicional X Mídia independente ou alternativa

É sabido que o desenvolvimento tecnológico digital, em especial os novos veículos de transmissão de informação, implicou em diversas mudanças nas formas de captar, produzir e transmitir conteúdos informativos. As facilidades da comunicação mediada por computador, por exemplo, permitiram aos usuários da Internet o acesso rápido a informações de locais geograficamente distantes, a transmissão de notícias livre de um controle mais rígido e, mais recentemente, a própria elaboração e transmissão de informações por parte de qualquer usuário.

Ao longo dos últimos vinte anos, é possível observar alguns efeitos da inserção das tecnologias de informação na vida de usuários comuns, como o próprio excesso de informação (Rossi, 2004), bem como os impactos gerados sobre os veículos de mídia tradicionais, como a contestação de notícias veiculadas por elas através da “mídia alternativa”. Ainda em 2003, ano da invasão do Iraque pelos E.U.A. após os atentados de 11 de setembro em solo norte-americano, já é fácil detectar o crescimento dos veículos alternativos de transmissão de informações, como no trecho abaixo destacado:

“A guerra de informação durante a invasão do Iraque foi um exemplo emblemático das novas formas de atuação. Enquanto a grande mass media estadunidense e mundial se inclinava para uma “leitura” claramente pró- EUA, agências menores de notícias, mídia árabe, bloggers, coletivos sociais antiguerra, ativistas diversos e a imprensa independente davam outras versões do conflito. Esse eclético “mass media alternativo” difundia notícias e imagens que normalmente não chegavam aos telespectadores pelas emissoras de TV e grandes agências internacionais. Seus conteúdos proliferavam rapidamente pela rede, alcançando milhões de pessoas conectadas, ávidas por informações do conflito. Ademais, havia uma grande difusão de e-mails, mensagens SMS, comunicações por telefonia móvel e transmissões ao vivo do front, via satélite. Isto desencadeou uma verdadeira guerra de informação para conquistar corações e mentes” (Machado, 2007, p. 263).

Para Machado, a utilização criativa dos recursos disponibilizados pelas tecnologias de informação e comunicação permitiu que pessoas insatisfeitas com a atuação governamental, políticas ambientais, sociais e econômicas, direitos humanos e outras questões pertinentes percebessem a força da contestação através de ações coletivas. Dessa forma, ele pontua que coletivos e associações antes

separados organizaram-se em redes para lutar por determinadas causas em comum, bem como produzir e difundir informação livremente.

As formas de mídia alternativa são bastante discutidas por Castells (2013) em sua análise das manifestações sociais iniciadas em 2011, chamadas por ele de autocomunicação, como vimos anteriormente. Na Tunísia, por exemplo, ele destaca a importância do Youtube e das redes televisão por satélite, particularmente a Al Jazeera:

“Houve uma relação simbiótica entre jornalistas, cidadãos utilizando seus celulares para carregar imagens e informações no Youtube, e a Al Jazeera, usando feeds por eles enviados e depois transmitindo-os à população em geral (40% dos tunisianos de áreas urbanas assistiam à Al Jazeera, já que a televisão oficial fora reduzida a uma primitiva ferramenta de propaganda)” (Castells, 2013, p. 29).

Já no Brasil, com as manifestações de 2013, tivemos a ascensão da “Mídia Ninja”, que é um modelo de transmissão de informações em tempo real - dentro das próprias manifestações - realizadas através de telefones celulares e demais dispositivos similares. De acordo com o artigo de Natália Mazotte (2013), intitulado “*Mídia NINJA: um fenômeno de jornalismo alternativo que emergiu dos protestos no Brasil*”, a nomenclatura Ninja significa “Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação”. A Mídia Ninja surgiu a partir do coletivo cultural “Fora do Eixo”, que se caracteriza pela união de produtores culturais independentes para viabilizar produções e eventos artísticos fora dos meios tradicionais, dando assim oportunidade aos artistas independentes.

Mazotte explica que coletivo “Mídia Ninja” dá ênfase ao ativismo midiático, isto é, proporciona cobertura jornalística enquanto atua nas próprias manifestações. Para os “ninjas” e seguidores, a insatisfação do público com as versões dos acontecimentos apresentadas pelas mídias tradicionais aumenta a procura pela mídia “independente”. Transmitindo direto do cerne de manifestações, as versões apresentadas por esta forma de mídia alternativa são entendidas como mais próximas da realidade dos acontecimentos. As transmissões de vídeos e imagens realizadas pelos “ninjas” são enviadas para os perfis do coletivo em redes sociais como o Facebook e Twitter, entre outras¹⁷. Por ocasião

¹⁷ <https://www.facebook.com/Midia-Ninja-172110486295371/?fref=ts>
<https://twitter.com/midianinja>
midianinja.tumblr.com/
<http://us.twitcasting.tv/midianinja>

das manifestações de 2013, o coletivo conquistou uma legião de ativistas “ninjas” e seguidores nas redes sociais, posteriormente, contabilizando mais de 350 mil seguidores na fanpage do Facebook em outubro de 2015.

No entanto, existem aqueles que não são tão simpáticos a ideia proposta pelo coletivo, como o jornalista Fernando Gabeira (2013). Para ele, a falta de qualidade na reprodução das imagens transmitidas e a falta de imparcialidade diante dos acontecimentos são características negativas no exercício do jornalismo. Com pensamento contrário, o blogueiro Luiz Nassif (2013) afirma que na visão da mídia tradicional “tudo é compartimentalizado – posições ideológicas, partidos políticos, formas de fazer jornalismo, modo de produção. Na nova narrativa há a explosão de todas as formas de compartimentalização e o estímulo a toda forma de trabalho coletivo, em rede” e que a imparcialidade defendida pelos jornalistas tradicionais de fato não acontece.

Peruzzo (2013) ressalta que a mídia alternativa “vem sendo recriada nas últimas décadas”, pois durante o regime militar já se apresentava como um veículo para combater a ditadura no Brasil. Ela enfatiza que a Mídia Ninja se destacou nas manifestações de junho de 2013 por ser um veículo que parecia mais confiável para os que acompanhavam os protestos, já que transmitia diretamente dos acontecimentos. Como os próprios veículos de mídia tradicional passaram a ser vistos com desconfiança pela população, as transmissões da Mídia Ninja acabaram, muitas vezes, servindo de fonte para eles em momentos em que não foram aceitos no interior das manifestações.

“Por exemplo, no dia 18 de junho só a Mídia Ninja cobriu o confronto entre manifestantes e a Tropa de Choque da PM na Rua Augusta, em São Paulo, com imagens feitas de um smartphone e postadas no canal online PosTV” (Peruzzo, 2013, p. 90).

Para Vieira (2013-2014), a atuação do coletivo Mídia Ninja é um movimento social que traz grandes questionamentos para a Comunicação Social e o jornalismo. Dessa forma ele coloca que o “fato de o Jornal Nacional da Rede Globo ter retransmitido imagens capturadas pelos ‘ninjas’ já representa uma ‘ocupação’ para além do asfalto e da calçada”, legitimando o movimento como “fonte jornalística”. Para ele, uma das principais contribuições do coletivo é o debate sobre o fluxo de informações, questionando práticas tradicionais e reforçando a importância das práticas colaborativas coletivas impulsionadas pelo

advento da Internet. Assim como Gabeira (2013), Vieira questiona a continuidade do coletivo após as manifestações de 2013 por tratar-se de um movimento jovem, questionador e que ganhou visibilidade justamente durante este período. Entretanto, é possível verificar que a atuação da Mídia Ninja não foi apenas momentânea visto que, ao longo dos anos de 2014 e 2015 o coletivo continuou ativo e operando sob a alcunha “Ninja”, classificada na fanpage do Facebook como mídia/notícias/publicidade¹⁸.

De fato, podemos verificar que no final do ano de 2015 a fanpage Ninja continuou acompanhando e informando sobre protestos diversos realizados por diferentes motivos no Brasil. Em publicação do dia 17 de novembro de 2015, na *fanpage* do Facebook, a Ninja noticiou o protesto realizado no Rio de Janeiro em frente à Companhia Vale do Rio Doce responsabilizando-a pelo rompimento da barragem de resíduos químicos da mineradora Samarco, ocorrido em 6 de novembro de 2015 no município de Mariana, em Minas Gerais¹⁹. A Ninja, além de estar presente em diversas manifestações que ainda ocorriam pelo Brasil, utilizava seu espaço de veiculação de informações para difundir e praticar o ciberativismo, como na imagem abaixo, publicada em 17 de novembro de 2015 ainda sobre o rompimento das barragens em Mariana - MG:



Figura 1 - “Os Gêmeos botam a cara no sol contra a Vale, a Mídia e os políticos financiados pela mineração. #ValeMata #NaoFoiAcidente #CrimeAmbiental” publicação no perfil de Facebook Ninja, em 17 de novembro de 2015.

¹⁸ <https://www.facebook.com/midiaNINJA/?fref=ts>

¹⁹ Para maiores informações acessar http://www.diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=barragem_da_samarco_rompe_em_mariana_e_soterra_distrito&id=162210

Assim como a Ninja, o coletivo *Anonymous* Brasil e outros espaços de ação ativista online, continuam investigando, produzindo e divulgando informações muitas vezes ignoradas pelos veículos de mídia tradicional e praticando o ciberativismo em prol de diversas causas.



Figura 2 - Publicado na fanpage Anonymous Brasil em 17 de novembro de 2015.

Dessa forma, é difícil não notar o grande poder disponibilizado pelas redes sociais ao cidadão comum. Os movimentos sociais ocorridos a partir de junho de 2011 no mundo demonstram a força da utilização destas ferramentas para fins de participação política. É importante destacar que o crescimento e a presença do ciberativismo na vida cotidiana dos usuários das redes sociais da Web 2.0. pode estar gerando transformações efetivas na sociedade, como será discutido no próximo capítulo.

3 Ciberativismo

Ainda nos primeiros anos após o surgimento da Internet, movimentos sociais, Ongs e redes de associação já atuantes na era pré-internet passaram a utilizar as ferramentas disponibilizadas por este novo espaço de interação para difundir suas ideias e captar mais adeptos para suas causas.

“[...] a Internet fornece a base material para movimentos sociais no engajamento da produção de uma nova sociedade. Dando uma nova dinâmica a ideologias já questionadas antes mesmo do seu advento, a rede expande manifestações contra os efeitos da globalização e do neoliberalismo, expressando descontentamentos através da promoção de ações coletivas” (Diniz, I.G.F & Caleiro, 2011, p. 44).

Ao longo dos últimos anos, ferramentas como e-mail, blogs, fotologs e mais recentemente, as redes sociais, vem sendo utilizadas como forma de atuação coletiva e cidadã, desde movimentos sociais buscando organizar e divulgar campanhas na luta contra sistemas considerados hegemônicos até simples ações humanitárias como a divulgação de pessoas ou animais desaparecidos. Qual de nós, usuários da Internet, nunca se deparou com uma mensagem divulgando uma criança desaparecida? Da mesma forma, é difícil imaginar um internauta que nunca tenha se deparado com uma mensagem do grupo ambientalista Greenpeace, ou da organização de ajuda humanitária Médicos Sem Fronteiras, divulgando suas ações e requisitando ajuda para a continuidade de seus trabalhos.

Estas últimas podem ser caracterizadas como ações ciberativistas. Segundo Silveira (2010), “por ciberativismo podemos denominar um conjunto de práticas em defesa de causas políticas, socioambientais, sociotecnológicas e culturais, realizadas nas redes cibernéticas, principalmente na Internet” (Silveira, 2010 p. 31). De forma similar, Rigitano (2003) citando Sandor Vegh (2003), define ciberativismo como “a utilização da Internet por movimentos politicamente motivados” (VEGH, 2003, p.71 *apud* RIGITANO, 2003, p. 3). Vegh divide o ciberativismo em três categorias principais. Na primeira, o objetivo principal é a conscientização e divulgação de um problema ou questão. Nesse caso, a Internet é muito utilizada por ONGs buscando conscientizar sobre um problema, como o desmatamento no caso do Greenpeace, e obter apoio para a causa. Dessa forma, pessoas de qualquer localidade tomam conhecimento da questão e podem passar a

apoiar a causa com doações e/ou com a continuidade do ativismo ajudando a divulgar para mais pessoas, como no exemplo abaixo destacado:

“Você pode ajudar o Greenpeace participando de nossas campanhas pela internet, somando forças a milhares de pessoas que buscam um país mais limpo e justo. Há muitas maneiras para se tornar um ciberativista. Você pode assinar e compartilhar nossas petições on-line, comentar nossas notícias, publicar reportagens, vídeos e banners do Greenpeace em sua rede social ou blog. Cada uma destas ações é fundamental para que mais pessoas se engajem e se mobilizem pelo meio ambiente. O Greenpeace também está presente nas principais redes sociais. Torne-se um seguidor, acompanhe as novidades e compartilhe nossas campanhas com seus amigos. Faça todo mundo saber que você se importa com o ambiente. **Faça parte desse time!** ” (Texto convocando ciberativistas no site do Greenpeace)²⁰.

Na segunda categoria, a Internet é utilizada para organizar e mobilizar ações. Essas mobilizações são divididas em 3 tipos: 1) convidar pessoas através da Internet para ações presenciais, como foi o caso das manifestações de Junho de 2013 no Brasil em que os protestos nas ruas eram previamente convocados por eventos no Facebook ou hashtags do Twitter; 2) mobilizar usuários para ações que poderiam ser presenciais, mas acabam sendo eficientes utilizando os próprios recursos da Rede, como enviar e-mails em massa para que deputados aprove ou rejeitem um projeto de lei que entrará em votação e 3) mobilizar usuários para ações que só podem acontecer on-line, como a doação para campanhas de *crowdfunding*, que consiste na arrecadação financeira para uma causa ou evento.

Essas campanhas são iniciadas em sites como o <http://www.kickante.com.br/campanhas-crowdfunding>, podendo se destinar, por exemplo, a arrecadar dinheiro para a aquisição de um imóvel para um santuário de animais, como ocorreu em 2015 com a campanha do Santuário Ecológico Rancho dos Gnomos²¹. A campanha foi amplamente divulgada nas redes sociais e atingiu 83% do objetivo de arrecadação.

Na última categoria de Vegh, encontra-se o hacktivismo. Esse modo de ciberativismo caracteriza-se por ações mais radicais como a invasão de sites como forma de protesto. Pudemos ver um exemplo desse tipo de atuação em setembro de 2013, quando o coletivo Anonymous invadiu o perfil do Twitter do G1 (um dos maiores portais de notícias do Brasil) para publicar mensagens convocando a

²⁰ <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Participe/Ciberativista/?gclid=CKePjaWAawcCFZRahgodX78JJQ->

²¹ <https://www.kickante.com.br/campanhas/santuاريو-animal>

população a participar dos protestos planejados para o 7 de setembro” do mesmo ano²².

Isto posto, é importante observar que uma das redes sociais mais utilizadas no Brasil, o Facebook, apresenta todas as formas de ciberativismo propostas por Vegh, além de novas modalidades de ação on-line. O Facebook, desde sua criação em 2004, registra atividades de ativismo no ciberespaço a partir da criação de perfis voltados para causas humanitárias, ambientais, sociais e em prol dos animais. A partir de 2013 as discussões de cunho político e ações ciberativistas cresceram substancialmente. De forma similar, o Twitter é outra rede social que registra um crescimento grande de ações ciberativistas. Através das “*trending topics*”, isto é, as hashtags mais utilizadas em um determinado período de tempo, os usuários do site organizam protestos e outras ações ciberativistas levantando a discussão sobre um tema específico. Passemos a uma breve discussão do ciberativismo no Brasil para entender a relevância do surgimento das redes sociais para esta prática.

3.1 Ciberativismo no Brasil

O ciberativismo começa a surgir em meados dos anos 90 no Brasil²³, principalmente a partir de ativistas políticos, sociais e ambientais. A facilidade e velocidade na transmissão de informações, além da possibilidade da transmissão de conteúdos para um grande público em potencial, parecem ser algumas das maiores vantagens desse tipo de ativismo. As atuações, no entanto, não costumam limitar-se ao ambiente virtual. Buscando transformações na luta pelas causas que defendem, ativistas costumam organizar protestos presenciais e outras atividades que complementam a atuação no ciberespaço.

Em “*O ativismo digital*”, Moraes (2001) faz um resumo da inserção de ONGs no ambiente virtual com o objetivo de divulgar, promover e conquistar adeptos para suas lutas específicas. De acordo com os relatos fornecidos por representantes das mesmas, antes da Internet era preciso utilizar telefonemas, cartas, panfletos e passeatas para coordenar grandes ações. Já nos anos da década

²² http://noticias.terra.com.br/brasil/anonymous-invade-perfil-do-jornal-o-globo-no-twitter_850fd1d3a44f0410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html

²³ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ciberativismo>. Acesso em 15 dez. 2013.

de 1990, Moraes assinala as táticas de utilização de *homepages/websites*, grupos de discussão e correio eletrônico como principais ferramentas para opor-se aos efeitos do neoliberalismo e da globalização econômica. Através destes recursos, ativistas de movimentos em prol dos direitos humanos, preservação ambiental e igualdade de direitos, entre outros, puderam estreitar laços com outros grupos atuantes e/ou simpatizantes de suas causas para promover discussões, coordenar ações, apresentar denúncias, pressionar governantes, angariar fundos e conquistar mais pessoas para a luta. Entre as ONGs citadas no artigo aparecem nomes como o Greenpeace, MST, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Sociedade Viva Cazuza, entre outros. Algumas das táticas frequentemente utilizadas nas reivindicações apontam a utilização da Internet como um meio rápido de organizar protestos, tanto virtuais como presenciais, como no trecho abaixo destacado:

“Pode-se inundar de e-mails as caixas postais dos patrões e de organismos governamentais; denunciar, em tempo recorde, demissões e abusos, conclamando os consumidores a boicotarem determinados produtos; e convocar afiliados para assembléias conjuntas, manifestações de rua” (Moraes, 2001).

Segundo Moraes “ao adotarem táticas de ‘guerrilha’ virtual, os ciberativistas optam por modalidades de ação direta, com efeitos imediatos”. Além disso, o autor assinala a importância da interatividade proporcionada pela Internet, bem como o fato dela estar livre do controle da mídia tradicional, governos e instituições militares favorecendo a liberdade de expressão. Dessa forma, Moraes acredita que a Internet se apresenta como um dos meios para atingir uma cidadania mundial, estimulando o resgate de valores como solidariedade e compaixão:

“Graças à plataforma digital, os chamados à mobilização social ultrapassam barreiras geográficas, atropelam fusos horários e desconhecem grades de programação. Os intercâmbios tornam-se rápidos e acessíveis. O ciberativismo alicerça campanhas e aspirações à distância, no compasso de causas que se globalizam (combate à fome, defesa do desenvolvimento sustentável, preservação do equilíbrio ambiental, direitos humanos, luta por um sistema de comunicação pluralista). As entidades civis valem-se da Internet enquanto canal público de comunicação, livre de regulamentações e controles externos, para disseminar informações e análises que contribuam para o fortalecimento da cidadania e para o questionamento de hegemonias constituídas” (Moraes, 2001)²⁴.

²⁴ As citações sem número de página são provenientes de documentos online, sem paginação definida.

O artigo de Moraes refere-se à utilização da Internet na década de 1990, antes do surgimento da Web 2.0. Apesar de mencionar causas globalizadas, é fácil notar que algumas das instituições citadas, como a Sociedade Viva Cazuza e o Greenpeace, enquadram-se na definição de redes de mobilização civil como proposta por Gohn (2010). Em grande parte, são lutas por causas específicas que acabam por tomar uma dimensão global por conta do potencial de divulgação e interação proporcionado pela Internet. Como discutido anteriormente, é justamente o movimento através das redes de mobilização civil da atualidade que vem utilizando, de forma mais abrangente, todo o potencial de democracia disponibilizado na Web 2.0. (como exemplificado acima, o movimento das manifestações no Brasil em 2013, iniciou-se a partir do Movimento Passe Livre, que é uma rede de associação com atuação constante por melhorias no transporte público). É também nesta forma de mobilização que se evidencia, com maior frequência, o ciberativismo.

Principalmente após o advento da web 2.0 é possível observar a atuação ciberativista através de práticas como a criação de blogs, perfis e/ou páginas em redes sociais como o Facebook, Twitter, Youtube e aplicativos para telefone celular como o Instagram e o Whatsapp, para divulgar causas e planejar ações que determinados grupos defendem. Um exemplo dessa prática é o movimento “Operação Dandara”, uma ocupação que luta pela reforma agrária rural e urbana em Belo Horizonte. Além da ocupação presencial do espaço físico através de acampamento, o movimento disponibilizou blogs *on-line* para informar sobre os acontecimentos e discutir reivindicações. Os ativistas utilizaram ainda outros elementos no ciberespaço como a publicação de vídeos e um perfil no Twitter (D’Andréa e Alcântara, 2009).

Outra forma de ciberativismo cada vez mais comum são as petições virtuais. Existem *sites* especialmente direcionados para a criação de petições online como o <http://www.avaaz.org/po/> (com alcance mundial) e o www.peticaopublica.com.br (site brasileiro). Estas petições podem ser iniciadas por grupos ou por um usuário comum e ter como foco os mais diversos assuntos, tais como: conclamar autoridades a diminuir o desmatamento na Amazônia, protestar contra o uso de botos como isca para pesca, denunciar e exigir resolução em um caso de estupro, exigir julgamento de pessoas que cometeram crimes, lutar pela aprovação de leis e etc. Estes sites têm milhares de acessos e os links para assinar as petições são

amplamente divulgados através das redes sociais e correio eletrônico, coletando milhares de assinaturas em poucas horas. Estas petições servem como uma forma de manifestação da vontade popular em relação a determinado assunto e, em muitos casos, acabam pressionando a tomada de decisão por parte das instituições governamentais.

Observamos ainda como ações ciberativistas; 1. a continuação de ações como envio de e-mail em massa para uma autoridade ou empresa para reivindicar posicionamento político ou cobrar ações; 2. comentários em massa em perfis de autoridades, celebridades e empresa, entre outros, em apoio ou repúdio a ações ou declarações publicadas nos mesmos; 3. denúncia de perfis que veiculam mensagens de ódio ou intolerância e 4. qualificação negativa de fanpages no Facebook.

Por fim, temos ainda a ação de hackers, denominada hacktivismismo ou hackerativismo, que consiste na invasão de sites, e muitas vezes na retirada temporária destes da Internet, como forma de protesto (Vegh, 2003). Passemos a uma discussão mais detalhada dessas formas de ciberativismo e seus impactos na sociedade.

3.2 Ciberativismo nas redes sociais da Web 2.0

Como não reconhecer a influência das redes sociais em nossas vidas? Basta observar não somente as publicações em sites e aplicativos como Facebook, Youtube, Twitter e Instagram, entre outros, mas também as próprias mídias de massa tradicionais para percebermos a enorme importância que esses espaços de interação e veiculação de informações ganharam em nosso cotidiano. Para citar somente um exemplo da enorme importância das redes sociais na sociedade brasileira podemos detectar o impacto de publicações on-line até no Senado Federal. Durante a sessão da Comissão do Impeachment da Presidente Dilma Rousseff, para admissibilidade do parecer no Senado Federal, surgiu uma discussão entre senadores por conta de conteúdo publicado pela fanpage do Senador Lindberg Farias do PT no Facebook:

“A reunião começou por volta das 10h30 da manhã. Assim que o presidente da comissão, Raimundo Lira (PMDB-PB), deu início aos trabalhos, o senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) pediu a para reclamar de uma postagem nas

redes sociais do senador Lindbergh Farias (PT-RJ), que seria contra o senador Aécio Neves (PSDB-MG) e teria informações mentirosas, segundo Lima” (Amorim e Marchesan, 2016).

A discussão entre os senadores demorou alguns minutos levando à interrupção da sessão. Sites como o Facebook e Twitter têm sido utilizados amplamente como espaço de aproximação e discussão entre políticos e eleitores. O próprio Senado Federal disponibiliza, frequentemente, a possibilidade de cidadãos votarem contra ou a favor de projetos de lei no Portal E-cidadania, através de sua fanpage no Facebook²⁵ e de seu perfil no Twitter. Em muitos casos, a possibilidade de participar dessa votação inicia um forte ativismo nas redes sociais para que mais pessoas participem.

No dia 30 de junho de 2016, a fanpage ativista “O Holocausto Animal: pelo fim do especismo”²⁶ convocou seus seguidores para participar da votação aberta pela página do Senado Federal sobre o projeto de lei 24/2016 do Deputado Federal Capitão Augusto²⁷, que versa sobre transformar rodeios, vaquejadas e similares em “patrimônio cultural imaterial do Brasil”. A publicação de “O Holocausto Animal”, orientando para que os cidadãos votassem contra o projeto de lei em questão, foi amplamente divulgada através de compartilhamento em grupos de proteção animal e nos perfis de defensores dos animais. Os defensores de rodeios e vaquejadas também convocaram seguidores simpatizantes para votar a favor do projeto de lei. Em poucos dias, o número de votos contra o projeto de lei chegou a quase 19 mil enquanto os votos a favor chegaram a quase 10 mil.



²⁵ <https://www.facebook.com/SenadoFederal/?fref=ts>

²⁶ <https://www.facebook.com/pelofimdoespecismo/posts/1745061922406483:0>

²⁷ <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=125802>

Figura 3 - Imagem publicada pela fanpage “O Holocausto Animal, pelo fim do especismo” e amplamente difundida em grupos contra o projeto de lei.

Semanalmente, milhares de pessoas votam contra ou a favor de diversos projetos de lei no portal E-cidadania do Senado Federal e os resultados dessa simples ação podem ser surpreendentes, como será discutido mais detalhadamente adiante.

Outras formas de atuação constante são as próprias publicações de fanpages do Facebook, perfis no Twitter e canais no Youtube. Um exemplo é a página da designer e artista feminista Carol Rossetti no Facebook²⁸, que já ultrapassou a marca de 300 mil curtidas. A artista utiliza sua arte para trazer reflexão sobre várias formas de opressão sofridas pelas mulheres na sociedade contemporânea. No ano de 2014, em entrevista sobre ciberativismo ao blog “No meio da moda”, Carol Rossetti explica que o Facebook é uma importante ferramenta para causas como o feminismo e muitas outras. Ela afirma que “o virtual é real, porque causa impacto nas pessoas, informa e conscientiza tanto quanto um protesto na rua²⁹”. Através de sua fanpage, ela divulgou e obteve milhares de compartilhamentos da série que aborda temas polêmicos como o aborto e a culpabilização da vítima em casos de estupro, por exemplo.

²⁸ <https://www.facebook.com/carolrossettidesign/?ref=ts&fref=ts>

²⁹ Disponível em <https://com104moda.wordpress.com/2014/06/10/vai-muito-alem-do-ciberativismo/> - “Blog integrante da disciplina *COM 104 – Comunicação e Tecnologia*, da faculdade de comunicação da UFBA, ministrada pelo professor André Lemos”. Acesso em 15 out. 2016.

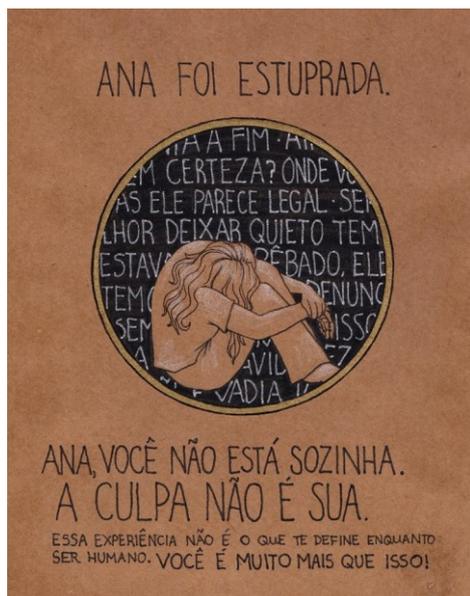


Figura 4 - Exemplo do trabalho de Carol Rossetti publicado no blog “No meio da moda” em 2014.

O blogueiro e ativista em direitos dos animais, Jota Caballero, é outro que utiliza as redes sociais para divulgar e defender variados temas relativos à causa animal. Além de uma fanpage com mais de 65 mil curtidas no Facebook, o blogueiro também mantém um canal no Youtube, no qual defende várias formas de ação em prol dos animais. Em um vídeo publicado em seu canal³⁰ no dia 24 de junho de 2015, ele ressalta a importância do ciberativismo na Internet. Caballero argumenta que as redes sociais possibilitam e favorecem a divulgação da causa animal, fazendo informações chegarem a mais pessoas.

Dessa forma, é possível notar que o ciberativismo vêm levantando diversas discussões de cunho social e político, principalmente nas redes sociais da Web 2.0. Seja através de perfis pessoais, páginas, canais ou sites, o conclave para a problematização de questões como feminismo, racismo, homofobia e direitos dos animais está em franco crescimento, visto que, qualquer pessoa que utilize essas redes pode se tornar um ciberativista sem estar ligada à grupos ou partidos políticos.

3.2.1

Redes sociais e petições online: ativismo apartidário

³⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=PH0U-UtZ15o>

Uma forma de ciberativismo que se tornou comum no dia a dia dos usuários da Internet são as petições online. Elas são amplamente divulgadas através de e-mail, Twitter e Facebook e representam uma forma de exercer a participação cívica. Essas petições, como já foi dito, podem ser iniciadas por qualquer pessoa e versar sobre qualquer tema. Em geral são destinadas a autoridades governamentais ou grandes empresas e coletam de centenas a milhares de assinaturas em poucas horas ou dias. Os sites mais populares de petições online são o www.change.org e o www.avaaz.org:

“Existem vários sites de petições, mas aquele que atualmente é o mais promissor é o <http://www.avaaz.org/en/> que levou o ciberativismo a um novo nível. O termo “avaaz” significa “voz” em Urdu e Persa e é muito adequado a um site que além das convencionais petições online já agrega mais de 14 milhões de membros em todo o globo” (Prophetarum, 2012).

O trecho acima foi destacado de uma matéria online escrita por *Clavis Prophetarum* e publicada em 14/09/2012 em um site de Portugal. O Avaaz foi criado em 2007 com o objetivo de promover a utilização do espaço virtual para mobilização social. O próprio Avaaz dá o tom da atuação da Ong em seu site ao informar que “tem uma missão democrática simples: fechar a brecha entre o mundo em que vivemos e o mundo que queremos³¹”. A instituição conta, no ano de 2016, com mais de 44 mil membros cadastrados em 194 países.

Na monografia “*Ciberativismo no Facebook: Avaaz e a petição da cassação do mandato do Senador Renan Calheiros*”, Parma (2013) faz um estudo sobre o ciberativismo da Avaaz focando no ativismo realizado no caso que intitula o trabalho. Tendo renunciado ao cargo de presidente do Senado Federal após ser acusado de corrupção em 2013, o senador foi novamente apontado como favorito ao cargo e eleito poucos meses depois. O acontecimento gerou descontentamento na sociedade brasileira e uma das reações foi a petição iniciada por um usuário da Internet no site Avaaz pedindo a cassação do mandato de Renan Calheiros. Parma nos diz que, de acordo com a repercussão de uma petição, “a Avaaz abraça a causa e amplia sua divulgação no ciberespaço em um dos sites de redes sociais, o Facebook, por meio da sua *fanpage*” (Parma, 2013 p. 12), como ocorreu no Brasil em 2013, quando a Avaaz tomou parte em algumas das manifestações que

³¹ <http://www.avaaz.org/po/community.php>

aconteciam no país. De acordo com ele, a Avaaz ainda atua financiando campanhas, fazendo contato com instituições governamentais e organizando manifestações presenciais com o objetivo de “garantir que os valores e visões da sociedade civil global informem as decisões governamentais que afetam todos nós” (Parma, 2013 p. 28). Segundo Lupion (2013), “na campanha contra Calheiros, a Avaaz visitou gabinetes de senadores e contratou uma pesquisa Ibope” para ouvir a população sobre o afastamento do senador.

Dessa forma, Parma acredita que a Avaaz abrange os três diferentes níveis de atuação em políticas sociais propostos por Scherer-Warren (2006). Esta autora divide a mobilização política em associativismo local (ativismo comunitário em esfera local), articulação inter-organizacional (articulação para empoderar a sociedade civil representando a esfera local e demais organizações sociais) e mobilização na esfera pública (mobilização de cidadãos e demais entidades, como as ONGs, para pressionar e dar visibilidade à causa em questão). Para Parma, a Avaaz atua nesses três níveis dando espaço ao associativismo local quando possibilita que qualquer pessoa inicie uma petição no site trazendo uma causa à tona, contempla a articulação inter-organizacional ao divulgar esta petição através de seus recursos e assim colaborar para a associação de mais pessoas em prol desta causa e, por fim, a ONG atua diretamente na mobilização pública quando organiza um protesto em prol da causa.

Segundo Parma, “o processo de criação de uma petição, [...] ao ser finalizado por seu criador possibilita que se divulgue através de três formas para o usuário disponibilizar nas suas redes de relacionamentos na internet: a) disponibilização do link da petição via e-mail; b) sites de redes sociais (como o Twitter e Facebook); c) link para utilizá-lo em outras plataformas”. A metodologia de pesquisa do trabalho de Parma incluiu a observação da fanpage da Avaaz no Facebook por 25 dias, que contava à época com 800 mil curtidores, enquanto o perfil do Twitter somava 500 mil seguidores. O autor foi motivado a pesquisar a ação ciberativista da Avaaz por acreditar que esta ONG oferece representatividade aos cidadãos e provoca impactos na sociedade contemporânea.

Nasi & Raddatz (2009) ressaltam como características do ativismo da Avaaz a abrangência de questões tanto locais quanto globais como a luta pela preservação ambiental, por exemplo, e a criação de um novo espaço de expressão para as pessoas. Para as autoras, o grande número de adesões às petições da

Avaaz poderia estar ligado ao fato de as pessoas não terem tempo disponível para se engajar em movimentos sociais como antes, encontrando nessas petições uma forma de expressão e participação em questões importantes.

“Quando o ativismo se consolida e consegue causar impacto com suas ações, pode-se compreender também que funcione como uma forma de comunicação. No caso da rede Avaaz, o objetivo é garantir que a população mundial seja ouvida no âmbito das grandes discussões, que tradicionalmente envolvem só as elites. Assim, cria-se um espaço de diálogo onde este não existia, e mesmo que as decisões continuem a ser tomadas sem se considerar a voz das minorias de todo o mundo, ao menos ela encontra um espaço de emissão” (Nasi & Raddatz, 2009 p. 12).

Medeiros (2011) reforça essas características além de sinalizar o efeito positivo do ativismo da Avaaz ao pressionar atitudes e tomadas de decisão no mundo empresarial. Para ela, a possibilidade de empresas terem uma qualificação negativa por parte de potenciais consumidores gera preocupações para este segmento de atividade pois, “ter a opinião pública voltada contra si pode significar um desgaste de reputação que pode ser fatal às marcas” (Medeiros, 2011 p.4). Ela acredita que as novas formas de interação via redes sociais, a liberdade de expressão nesses canais e a possibilidade de se engajar em qualquer tema local ou global através dessas redes contribuem para pressionar as grandes corporações em suas tomadas de decisão. Dessa forma, ela ressalta que uma das principais estratégias da Avaaz é justamente a de difundir as petições criadas no site nas redes sociais para captar mais adeptos e ganhar mais visibilidade.

Em seu artigo Medeiros faz um breve estudo de três casos, ocorridos na Europa, África e Oriente Médio, entre os anos de 2009 e 2011, nos quais a Avaaz esteve presente com o ativismo através de suas petições. As petições e ativismo iniciados no site tiveram grande participação de seguidores e repercutiram na mídia tradicional internacional tendo sido, inclusive, mencionadas em diversos veículos clássicos de jornalismo como a rede BBC e o jornal Guardian. A autora ressalta que os casos provavelmente atingiram os resultados buscados pelas petições, não em função dessas, mas por meio de pressões políticas e acordos diplomáticos entre países. No entanto, ela destaca uma característica importante no caso do Oriente Médio: “o Avaaz incentivou os manifestantes a postarem nas páginas oficiais da [empresa] Red Bull” mensagens contra a realização de uma corrida de fórmula 1 que ocorreria em Bahrein. A petição foi elaborada para tentar impedir que o Red Bull Racing tivesse uma competição realizada em Bahrein

após o governo utilizar armas de fogo para conter manifestantes contrários à sua gestão nesse país. Segundo o site, mais de 20 mil mensagens foram enviadas após o conclave para o ativismo. Medeiros diz que é difícil precisar o impacto da campanha do Avaaz sobre o resultado final: o cancelamento da prova. Entretanto, ela ressalta que a petição e ativismo eram bastante conhecidos pelas “partes em questão, já que teve ampla cobertura de mídia internacional” (Medeiros, 2011 p. 12).

Apesar dos autores acima apontarem algumas vantagens oferecidas pelo ativismo da Avaaz, eles também fazem críticas quanto à validade e representatividade dessa ferramenta. Isso acontece porque apenas em alguns países da Europa, e nos Estados Unidos, as petições online ganharam tanta repercussão que os governos desses locais desenvolveram meios de acolhê-las como formas de reivindicação e participação política popular. Na Alemanha, por exemplo, o parlamento criou uma plataforma oficial para a assinatura dessas petições que, ultrapassando 50 mil assinaturas, são obrigatoriamente discutidas pelos deputados (Lupion, 2013). Já no Brasil, somente os abaixo-assinados físicos são reconhecidos pelas autoridades governamentais. Apesar de já ter sido mencionada a possibilidade da criação de uma PEC ou projeto de lei que reconheça petições online como uma forma de participação cidadã, até o ano de 2016 não havia nada de efetivo neste sentido³².

Uma outra crítica refere-se ao fato da Avaaz não possuir um espaço para o diálogo e deliberações em seu site e não aproveitar o espaço da fanpage do Facebook para a discussão com seus seguidores. Parma (2013) observou, durante sua pesquisa, que a instituição “não se apropria da possibilidade de interação com seus usuários [e] em nenhum momento se insere dentro dos posts comentando, afirmando, refutando, esclarecendo ou convocando aqueles que lá expuseram suas opiniões” (Parma, 2013 p. 78). Entretanto, ele ressalva que a mobilização e o ciberativismo no Facebook ocorre através dos próprios usuários que participam, divulgam, debatem e convocam os amigos para se juntar ao ativismo da petição. Medeiros (2011) traz uma crítica similar ao entender que a Avaaz tem uma estrutura centralizada e “a ausência de um espaço para debate dentro do site [que] podem restringir o caráter democrático da organização” (Medeiros, 2011 p. 12).

³² <http://www.oabrj.org.br/materia-tribuna-do-advogado/17813-Democracia-que-vem-das-redes>

Ela acredita que a possibilidade do debate poderia trazer mais legitimação ao trabalho da Avaaz pois “quanto maior for o grau de envolvimento e participação da opinião pública em determinada causa política, maior será seu estímulo para cobrar mudanças” (Medeiros, 2011 p. 13).

Mesmo não tendo reconhecimento oficial, a prática de criar petições online parece crescer cada vez mais. Alguns exemplos de petições que alcançaram grandes proporções e chegaram a ser tema de matérias nas mídias tradicionais foram:

1. Petição contra a realização de rodeio no município de Maricá (RJ): no dia 18 de novembro de 2015 uma liminar encaminhada por ativistas impediu que o evento “Festa do Peão Boiadeiro” realizasse provas utilizando animais no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro. O evento ocorreria entre os dias 19 e 22 de novembro e gerou grande desconforto para os ativistas da causa animal no município. Uma petição foi prontamente iniciada no site Change.org e coletou mais de 7 mil assinaturas contra o rodeio anunciado pelos organizadores do evento³³.

Apesar da petição não ter sido anexada a liminar, ela foi citada como forma de manifestação da vontade popular. O evento ocorreu sem a utilização de animais. Tanto a petição quanto a proibição através de liminar foram noticiadas no Jornal Extra³⁴:

³³ <https://www.change.org/p/prefeitura-de-maric%C3%A1-rj-cancele-a-festa-do-pe%C3%A3o-boiadeiro-4363cbcc-1b79-448c-9148-816b0254c1ed>

³⁴ <http://extra.globo.com/noticias/rio/apos-campanha-na-internet-justica-proibe-rodeio-na-festa-do-peao-de-boiadeiro-de-marica-18084539.html>



Figura 5 - Imagem do jornal EXTRA, publicada em 18/11/2015

2. Petição contra o Ato Médico: iniciado em maio de 2016, no site Petição Pública³⁵, o abaixo assinado endereçado ao Senado Federal, pedia que os senadores vetassem o projeto de lei 350/2014, de autoria da Senadora Lúcia Vânia. Nas redes sociais, o projeto passou a ser chamado de “PL da Tattoo” pois em sua íntegra colocava que procedimentos de transformações corporais deveriam ser realizados somente por profissionais da medicina³⁶. Profissionais ligados as atividades como tatuagem e piercing, procedimentos estéticos em geral e profissionais com outras formações que atuam na área hospitalar imediatamente iniciaram a divulgação e coleta de assinaturas, que chegaram a quase 18 mil em um curto espaço de tempo.

Em 21 de julho do mesmo ano, o jornal O Globo noticiou que a consulta pública aberta pelo Senado Federal no portal E-cidadania³⁷ ultrapassou

³⁵<http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR90745>

³⁶<http://www.hypeness.com.br/2016/07/projeto-de-lei-quer-restringir-praticas-de-modificacao-corporal-como-a-tatuagem/>

³⁷<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=119167>

rapidamente os 100 mil votos contra a votação do projeto³⁸. O projeto teve sua tramitação encerrada ainda em 2016.

3. Petição pedindo a cassação de Eduardo Cunha: uma das petições que mais circulou nas redes sociais em 2016 foi a que pedia a cassação do mandato do então deputado federal e presidente da Câmara, Eduardo Cunha, no site Avaaz³⁹. A petição foi criada por Carolina D. em 22 de outubro de 2015 e rapidamente coletou mais de um milhão de assinaturas segundo atualização feita em abril de 2016. Em outra atualização, a autora do documento pede que as pessoas o compartilhem em busca de mais assinaturas:

“Atualização 11h, 5 de maio de 2016: Incrível! O Supremo Tribunal Federal acabou de suspender o mandato de Cunha. Mas isto é apenas o começo. Agora, vamos aumentar a pressão no Conselho de Ética e pedir que eles sigam a liderança do STF e garantam que Cunha seja afastado de uma vez por todas. Assine e compartilhe com todos e todos os lugares”. (Atualização da petição criada por Caroline D. Alemanha, a ser entregue ao Conselho ao Conselho de Ética da Câmara dos deputados. Contando com mais de 1 milhão e 300 mil assinaturas em 17/05/2016).

O mandato do deputado foi finalmente cassado em 13 de setembro de 2016⁴⁰.

Não podemos afirmar em que proporção as petições online vêm gerando resultados. No entanto, elas parecem ser percebidas como uma ferramenta de mobilização social e participação política cada vez mais presente. Em matéria de 2013, em O Estadão, Lupion já apontava para o estado de alerta que as petições online trouxeram para os políticos do país. No artigo, ele afirma que a “novidade piscou no radar da classe política, que ainda tenta aprender a lidar com esse mecanismo de pressão” (Lupion, 2013). No mesmo artigo, vale destacar dois pensamentos sobre a tendência. O primeiro citando o diretor da Avaaz, Pedro Abramovay, que acredita que o ato de compartilhar as petições já é uma escolha política pois a pessoa que compartilha declara abertamente sua posição sobre aquele assunto. O segundo é do professor Jorge Machado da USP que acredita que as petições podem ter êxito ao pressionar políticos já que podem mexer

³⁸ <http://blogs.oglobo.globo.com/tattoo/post/votos-populares-contra-projeto-de-lei-que-inibe-atividade-de-tatuadores-passam-dos-100-mil.html>

³⁹ https://secure.avaaz.org/po/petition/Conselho_de_Etica_da_Camara_Pela_cassacao_do_mandato_de_Eduardo_Cunha/

⁴⁰ <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/09/eduardo-cunha-e-cassado-ao-fim-do-mais-longo-processo-da-camara.html>

diretamente com a imagem destes frente ao eleitorado. Fato é que elas acabaram se tornando um meio de expressão e de pressão dos cidadãos em relação aos seus representantes políticos.

É válido ressaltar que existem algumas iniciativas da sociedade civil, e outras das próprias instâncias governamentais, que buscam aproximar o cidadão à atividade do Legislativo. O site “Vote na web” foi criado por profissionais de diferentes áreas, como Jornalismo e Direito entre outras, e tem como objetivo “fortalecer a democracia no mundo”⁴¹. Descrevendo-se como “um site de engajamento cívico apartidário”, tem como atividade disponibilizar aos usuários cadastrados a votação (contra ou a favor) de projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional e, posteriormente, encaminhar os resultados para o mesmo. A votação pode ser feita no próprio site ou através do perfil do Facebook de cada usuário. Já no âmbito governamental, foi criado pelo Senado Federal em 2012 o Portal E-Democracia⁴², mencionado na seção anterior. O site informa que sua proposta é utilizar a Internet para “incentivar a participação da sociedade no debate de temas importantes para o país” e que acreditam “que o envolvimento dos cidadãos na discussão de novas propostas de lei contribui para a formulação de políticas públicas mais realistas e implantáveis⁴³”. Através do E-Democracia é possível participar de discussões sobre projetos de lei já existentes ou sugerir discussões sobre novos temas para discussão. As convocações para votar contra ou a favor de projetos de lei é feita pela fanpage do Senado Federal no Facebook e pelo perfil do mesmo no Twitter⁴⁴.

Uma forma de ciberativismo que pode ser frequentemente observada nas redes sociais em 2016, é justamente a junção das votações no site oficial do Senado aliada à assinatura de petições sobre um mesmo tema. A divulgação do e-mail de deputados e senadores para pressionar a aprovação ou anulação de um projeto de lei não é rara e, em último caso, os ativistas partem para a convocação para manifestações nas ruas. Um exemplo que ilustra essa ação conjunta é a luta contra a aprovação do projeto de lei 24/2016, citada anteriormente neste trabalho, que transforma vaquejada e rodeios em patrimônio imaterial do Brasil. Para lutar contra a aprovação do PL foram criadas petições, foi aberta uma consulta pública

⁴¹ <http://www.votenaweb.com.br/sobre> . Acesso em 10/05/2016.

⁴² <http://edemocracia.camara.gov.br> . Acesso em 10/05/2016.

⁴³ http://edemocracia.camara.gov.br/o-que-e#.VzuP_4e5e1s Acesso em 10/05/2016

⁴⁴ <https://twitter.com/senadofederal?lang=pt>

no E-cidadania⁴⁵ e ativistas da causa animal mandaram e-mails em massa para os deputados federais que votariam o projeto. Por fim, no dia 27 de novembro de 2016 ocorreram manifestações, previamente marcadas através de eventos no Facebook, nas ruas de 38 cidades pelo Brasil.

Para Silva (2013), a “participação em petições on-line dá a voz a uma multidão de pessoas conectadas na web” e proporcionam aos usuários a oportunidade de se manifestarem em escala global. Uma outra forma de demonstrar a insatisfação popular e pressionar governos e grandes corporações é o hackerativismo, como veremos a seguir.

3.2.2 Hackerativismo ou hacktivismo: o coletivo Anonymous

Ao mencionar o termo “hacker” uma das primeiras imagens que podemos visualizar é a dos filmes hollywoodianos com seus “experts” em computação capazes de invadir qualquer sistema digital ou eletrônico. Para citar um exemplo clássico temos o personagem Neo, do filme Matrix (1999), que através de sua atuação como hacker encontra o misterioso Morpheu e se depara com uma realidade totalmente diversa daquela na qual estava inserido: um mundo pós-apocalíptico governado pela inteligência artificial. Em 2015, o filme Hacker também aborda o tema centrado no personagem Nicholas Hathaway, um ex-presidiário e gênio da informática que auxilia policiais na investigação para desmantelar uma organização criminosa. Fora das grandes telas também podemos observar a frequente utilização do termo hacker nas páginas dos veículos de mídia digital, impressa, de rádio e televisão.

Diferente do que é mostrado nos filmes policiais, para os hackers do mundo real, a invasão de um sistema pode levar dias, semanas ou meses (Silveira, 2010) e a identificação e captura dos responsáveis é extremamente difícil. Em sua maioria, os hackers permanecem anônimos, apesar de a prática aumentar cada vez mais, principalmente a partir de coletivos políticos, ideológicos e libertários.

O hackerismo consiste basicamente na invasão de plataformas digitais diversas, como destaca Machado (2007):

“Um ataque digital ocorre quando um grupo hacker obtém acesso não-autorizado a um sistema on-line e realiza modificações em algum de seus

⁴⁵ <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=125802>

componentes - portanto, conceitualmente não se trata apenas de invasão. Tais ataques digitais aumentam em períodos de conflito político” (Machado, 2007, p. 271).

Machado (2007) destaca que o *hackerismo* motivado pelo ativismo político-ideológico cresceu tanto nos últimos anos que vem sendo comumente chamado de hacktivism. Ele assinala que a atividade hacker pode ser realizada de muitas formas diferentes e impactar questões abrangentes como “o direito internacional, a democracia, as liberdades civis, as formas de organização política e identidades e valores sociais” (Machado, 2007, p. 271). Desse modo, o hacktivism vem trazendo muitas preocupações para governos e grandes corporações. Machado informa que uma das maiores empresas de segurança cibernética do mundo, a Mi2G, identificou mais de 100 mil ataques em 2004. De acordo com a empresa, foram gastos mais de 500 bilhões no combate às ações de hackers. Para ele, um dos principais entraves no combate ao hackerismo e ao hacktivism se dá por serem crimes que ocorrem no ciberespaço, isto é, não há uma territorialidade específica. Da mesma forma, uma grande parte dos países ainda não possui legislações específicas para lidar com esse tipo de crime.

Murilo Machado (2015) diz que, segundo Levy (2010) os primeiros indícios da atividade hacker podem ser encontrados ainda nos anos 1950 a 1960, nos laboratórios do MIT (Massachusetts Institute of Technology), com a chamada primeira geração de hackers:

“Levy mostra que, no cerne da cultura *hacker*, está a noção de que as informações devem ser totalmente livres e de que o uso dos computadores, por seu potencial revolucionário, deveria ser tão universal quanto possível” (Machado, 2015, p. 1533).

Já Castells (2003) acredita que a “cultura hacker” é um dos componentes que ajudaram a moldar e expandir a própria Internet. De acordo com ele, tendo como pilares principais a liberdade de acesso à informação, emancipação através da informação e a colaboração coletiva e conjunta de programadores das novas tecnologias de informação, os hackers contribuíram para o próprio espírito libertário da Internet.

Em Silveira (2010) encontramos a mesma ideia de liberdade de informação associada aos hackers:

“Em geral, na matriz do pensamento *hacker* está enraizada a ideia de que as informações, inclusive o conhecimento, não devem ser propriedade de ninguém,

e, mesmo se forem, a cópia de informações não agride ninguém dada a natureza intangível dos dados. A informação quer ser livre é uma frase atribuída a Stewart Brand (1985, p. 49) que é central no ideário *hacker*” (Silveira, 2010, p. 34).

Silveira acredita que a motivação política sempre esteve presente no ativismo hacker ou hacktivismismo. Segundo ele, ainda em meados de 1980, o pesquisador Stefan Wray (2010) identifica as primeiras ações ciberativistas realizadas por ativistas políticos. No entanto, Silveira destaca que é na primeira década do século XXI que o hacktivismismo ganha força e se expande aparecendo em diversas ações com objetivos políticos, no Brasil e no mundo.

Para Barros (2013) o hacktivismismo é tão antigo quanto a própria internet. Ela esclarece que ao mesmo tempo em que a atividade hacker surge com a internet, também acaba contribuindo e favorecendo a expansão desta:

“[...] a partir do momento em que a rede se fez disponível para a sociedade, programadores e outras pessoas que possuíam habilidades com computadores puderam interligar-se e trocar informações. À medida que aprendiam e inventavam novas tecnologias, compartilhavam este conhecimento com os outros e ao mesmo tempo expandiam a internet. Essa é a cultura hacker. Embora “colaborativo” pareça ser a palavra da atualidade, ela vem acompanhando a internet desde sua invenção, em 1969. Colaborar é um verbo que está enraizado na cultura da internet” (Barros, 2013).

Diante do que foi apresentado até aqui, já podemos caracterizar o hackerismo como a invasão de um sistema através de computadores, majoritariamente motivado por questões de cunho político e que vem se fazendo presente desde os primórdios da própria internet. Passaremos então a uma discussão mais detalhada sobre as origens, motivações, objetivos e formas de atuação dos ciberativistas hackers ou hacktivistas.

3.2.2.1 Hacktivismismo ou ativismo hacker

Pudemos averiguar que a atividade hacker ocorre praticamente desde o início da própria internet. Machado (2015) com base em Levy (2010) destaca que o hacking surge, já com traços políticos, entre as décadas de 1950 e 1960.

“O autor ainda constata que aqueles primeiros hackers de computador não se organizavam por meio de hierarquias; desconfiavam (e, por vezes, zombavam) da autoridade; promoviam ações colaborativas e descentralizadas; compartilhavam os resultados de seus trabalhos; e serviam, sempre que possível, ao restante da comunidade. Seguindo o curso da história, os hackers da chamada segunda geração –

que marcou os anos 1970 e se tornou conhecida como a dos “hackers de hardware” – ansiavam por mudar as máquinas, tornando-as menores, mais interativas e amigáveis. Um de seus objetivos era tirá-las do controle exclusivo dos técnicos especializados, levando-as ao máximo número possível de indivíduos, empoderando-os” (Machado, 2015, p. 1533).

No entanto, o hacktivismo tal qual entendemos hoje, começa a surgir em meados da década de 1990. Barros (2013) informa que o termo hacktivismo foi utilizado pela primeira vez, em 1996, pelo coletivo “The cult of the dead crow” em uma troca de e-mails. O objetivo deste coletivo era desenvolver softwares que permitissem a comunicação entre pessoas de diferentes países sem a interferência dos governos de cada localidade. Wray (2010) ressalta que o “ativismo computadorizado” dá seus primeiros sinais de existência em meados da década de 1980. No entanto, é no ano de 1998 que ele identifica as maiores ações ciberativistas com o surgimento do grupo Electronic Disturbance Theater, que através da criação do software FloodNet, chamou a atenção para o Movimento Zapatista no México. Barros (2013) informa que o EDT conseguiu a atenção da mídia mundial ao efetivar diversos ataques cibernéticos a instituições ligadas ao governo mexicano, que oprimia povos indígenas na ocasião.

Para Wray (2010) o ano de 1998 destaca-se pela emergência de dois fenômenos: o hacktivismo e a desobediência civil eletrônica. Além das ações do EDT contra o governo mexicano, ele informa que ações similares começaram a ocorrer em vários continentes. O autor destaca a ação hacktivista de um jovem britânico que invadiu mais de 300 sites e para publicar mensagens com conteúdo anti-nuclear. Ações similares começaram a acontecer com frequência e o hacktivismo ganhou espaço na mídia.

Para Barros (2013) o “hacktivismo é um ativismo online, ou ciberativismo, que herda a cultura hacker”. Ela explicita que um hacker nada mais é que uma pessoa com conhecimentos técnicos profundos, principalmente em informática, e apta a resolver problemas de formas não convencionais neste ambiente. Sobre a cultura hacker Barros afirma que, a partir da criação da internet, essas pessoas dotadas de habilidade de criar e modificar programas e redes começaram a interagir e compartilhar informações sempre guiadas pela ideia de que o conhecimento deve ser livre. Para ela o “principal papel do hacktivismo é dar voz às causas que muitas vezes não conseguem visibilidade expressiva somente através de métodos de compartilhamento tradicionais”.

Barros explica que a maior parte dos ataques hacktivistas têm como objetivo atingir instituições governamentais ou particulares que demonstrem divergência do interesse público em geral. Em ações como a invasão e publicação de dados anteriormente secretos, por exemplo, os hacktivistas acabam por dar visibilidade a questões de interesse político e social e ameaçam a imagem pública da instituição atacada. Ela conclui que o “hacktivismo é a cultura hacker se impondo e se manifestando em favor de causas políticas e sociais, é a desobediência civil eletrônica cada vez mais legitimada” (Barros, 2013).

Machado (2015) entende que as ações hackers sempre estiveram atreladas a uma motivação de origem política. Ele diz que a preocupação da primeira geração de hackers se direcionava às questões políticas envolvendo softwares e hardwares, isto é, esses hackers buscavam formas de compartilhar o conhecimento de programas, torná-los mais “amigáveis” e “popularizar” o computador. Já os hacktivistas, segundo o autor, vão mais além ao transpor “mais claramente esse caráter político ao plano social, realizando ações diretas de desobediência civil (Machado, 2015, p. 1533) ”.

Dessa forma, ele define o ativismo hacker “como o uso de ferramentas digitais tendo em vista fins exclusivamente políticos, que não raro são logrados de maneiras transgressivas e/ou disruptivas (Machado, 2015, p. 1533) ”. Lembrando a sociedade de controle, conceito amplamente discutido por Deleuze (1992), Machado explica que o hacktivismo se posiciona justamente como uma forma de enfrentamento e resistência política ao controle exercido através das próprias tecnologias digitais:

“ [...] as tecnologias digitais de comunicação tornaram-se algumas das principais ferramentas da sociedade de controle, sendo que a internet passou a ser uma de suas maiores expressões, e os hackers, um de seus mais relevantes atores políticos. Afinal, as novas tecnologias de comunicação e as redes informacionais são, antes de qualquer coisa, tecnologias e redes de controle. Permitem um controle horizontal, disperso e distribuído. Com a crescente e irreversível digitalização das informações, combinada ao uso irrefreável dessas tecnologias, todo (ciber) cidadão é passível de ser controlado a todo momento” (Machado, 2015, p. 1535).

O autor argumenta que o controle ocorre de duas formas principais. Na primeira, está a vigilância do cidadão através de atividades rastreáveis nas redes digitais, tais como compras, operações bancárias, utilização de programas de

computação, entre muitas outras. Na segunda forma, ele diz que “o controle opera por meio do bloqueio de acesso aos mais diversos conteúdos”. Nessa categoria encontram-se justamente “as informações confidenciais, os segredos de Estado e principalmente as questões que envolvem softwares, linguagens de programação, padrões, formatos e protocolos, todos abundantes na rede” (Machado, 2015, p. 1535).

Silveira (2010) recorre a definição de Samuel (2004, p. 2), que classifica o hacktivismo como o “uso não violento, legal ou ilegal, de ferramentas digitais para perseguir finalidades políticas”. Ele salienta que para utilizar a internet é necessário se aceitar os protocolos previamente estabelecidos, como o TCP/IP e http, por exemplo. Essa obrigatoriedade é atribuída novamente ao modelo de sociedade de controle de Deleuze. Dessa maneira, os hackers e hacktivistas, através de suas quebras de protocolo, atuam no sentido de opor-se e enfrentar esse controle. O autor conclui que “o verbo ‘hackear’ deve ser entendido como ‘reconfigurar’, explorar novas características, ir além do que os protocolos delimitaram, buscar a superação do controle” (Silveira, 2010, p. 38).

Entre algumas das ações hacktivistas mais frequentes, encontramos a quebra de sigilos e protocolos com o objetivo de liberar “informações de interesse público; promover a proteção da privacidade dos internautas; criptografar comunicações; desenvolver *softwares* inclusivos cujo uso independa de empresas e empreender ações digitais diretas em protesto a atos de governos e/ou corporações” (Machado, 2015, p. 1536).

Um exemplo de ação hacker ocorreu nos Estados Unidos em 21 de outubro de 2016⁴⁶, quando sites como “Twitter, Spotify, Reddit, Airbnb e Vox, entre outros”, ficaram inacessíveis aos moradores da costa leste por duas horas após a invasão de um provedor que servia de suporte para eles. O Yahoo é outra empresa que vem sofrendo constantes ataques com o objetivo de roubar dados de usuários do serviço⁴⁷.

No Brasil, as ações se intensificaram durante o ano de 2016. O impeachment da presidente Dilma Rouseff e sua substituição por Michel Temer na presidência da república, trouxe muitas divergências e insatisfação para uma parte da

⁴⁶ <http://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/ataque-hacker-derruba-parte-da-internet-nos-eua-20332302>

⁴⁷ <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/yahoo-diz-que-hackers-roubaram-dados-de-mais-de-1-bilhao-de-usuarios.ghtml>

população brasileira, que entendeu todo o trâmite como um golpe. Em 27 de setembro, hackers invadiram o site do Ministério da Saúde e, como forma de protesto, alteraram a agenda do ministro Ricardo Barros com a inclusão de dois eventos: “a renúncia do (vice) presidente da República Michel Temer” e “reunião com ministros e líderes da base aliada do GOLPE”⁴⁸. O conteúdo alterado foi amplamente divulgado na Internet. As ações hacktivistas cresceram tanto no país que começam a gerar discussões sobre seus impactos e possíveis mudanças na área política. Uma das principais ações é justamente a liberação de dados considerados importantes para os cidadãos:

“Muitos dos hacktivistas brasileiros participam de comunidades digitais que tem como principal objetivo usar seus conhecimentos para obter e reorganizar os dados governamentais públicos de forma fácil e acessível para todos” (Campi, 2011).

Como podemos observar, as ações hacktivistas podem gerar transtornos e preocupações diversas para corporações empresariais e instâncias governamentais, sendo consideradas muitas vezes como ações criminosas e, até mesmo, terroristas. Entretanto, continuamos a registrar o crescimento do hacktivismo, motivado principalmente por ações políticas, especialmente após o surgimento do coletivo Anonymous.

O Anonymous ficou mundialmente conhecido após sua atuação durante o episódio envolvendo a organização WikiLeaks e o governo americano. O WikiLeaks torna públicos diversos documentos e arquivos secretos de governos que possam ser de interesse geral das nações. Em 2010, o Anonymous realizou diversos ataques de negação de serviço (DDoS, em inglês) contra corporações que se recusaram a repassar doações para o WikiLeaks. Esse tipo de ação consiste em sobrecarregar um provedor ou página com solicitações até que estes fiquem inoperantes. Para Machado (2015) o Anonymous marca uma nova e importante etapa do hacktivismo. Passemos a ele!

3.2.2.2 **“Nós somos Anonymous”**

⁴⁸ <http://veja.abril.com.br/brasil/hackers-invadem-site-de-ministerio-e-incluem-renuncia-de-temer/>

“Nós somos Anonymous. Nós somos legião. Nós não esquecemos. Nós não perdoamos. Aguardem-nos”. Essa mensagem inicial pode ser lida nos principais websites e perfis em redes sociais ligados ao coletivo Anonymous.



Figura 6 - Imagem na página inicial do website <http://anonofficial.com/>

Para Machado (2015), o coletivo Anonymous é a “principal expressão do ativismo hacker” na contemporaneidade, apesar de não ser composto somente por hackers ou pessoas diretamente ligadas ao ramo tecnológico. Nas palavras do autor:

“Anonymous não é um grupo, tampouco um conjunto unificado, formal ou permanente de indivíduos. Trata-se de uma ideia e uma forma de ação compartilhadas por uma ampla, difusa e heterogênea rede de grupos e indivíduos. Por se tratar de uma ideia, não conta com donos, liderança central ou centro geográfico. Para aderi-la, não é preciso pedir permissão ou passar por qualquer tipo de processo seletivo” (Machado, 2015, p. 1536).

Machado explica que Anonymous não tem liderança ou hierarquia. Para aderir ao movimento, basta entrar nos canais de discussão das operações em andamento. Qualquer pessoa pode participar, discutir, sugerir ou até mesmo iniciar ações, já que o movimento é composto por diversas células que se comunicam via internet. Anonymous se caracteriza pela heterogeneidade já que é composto por diversos indivíduos e grupos. No entanto, de acordo com ele, uma das ideias que norteia o coletivo é justamente a de uma identidade coletiva, na qual as individualidades dos participantes e seguidores permaneçam ocultas. Ele destaca que sempre que “determinado nick tenta se expor mais do que a ideia ou a causa, tende a ser marginalizado” pelos demais (Machado, 2015, p. 1543). Dessa forma, o autor distingue o Anonymous dos “novos movimentos sociais”, como o feminismo, por exemplo. Enquanto este último, e outros similares, busca se organizar através da identificação pessoal e sensação de pertencimento de seus adeptos e seguidores com a causa e o grupo, Anonymous busca a identidade coletiva sem se ater a singularidade de seus adeptos e seguidores.

Barros (2013), acredita que o Anonymous é produto do desenvolvimento tecnológico e social aliado à insatisfação com as formas de representação políticas

e com as formas de agir das grandes corporações. Para ela, a ousadia em enfrentar governos e corporações, a irreverência, as ações hacktivistas e o forte teor político que caracteriza o coletivo acabaram por ganhar a simpatia de uma boa parte da população mundial, consolidando o Anonymous como um “movimento permanente, com milhões de adeptos e simpatizantes”. Para dar somente um exemplo, basta acessar o perfil do Facebook de notícias Anonymous (@anonews.co) no endereço <https://www.facebook.com/anonews.co/> para constatar que o mesmo conta com mais de 5 milhões de seguidores.

Fontanella (2010) explica que o termo *anonymous* tem origem em fóruns online como o 4chan. Nessas plataformas, os usuários podiam publicar imagens e textos para abrir discussões. Era possível a identificação por e-mail, entretanto, o autor informa que a grande maioria dos usuários preferia não preencher este espaço e acabava sendo identificado no canal pela palavra *anonymous*, o que levou os usuários a chamarem uns aos outros de *anons*. Ele esclarece que:

“Anonymous, usado como substantivo próprio, é a incorporação dessa identidade social nas comunidades dos chans. Anonymous tem uma voz e uma narrativa própria, uma memória em que os feitos da comunidade ganham um ator. Ele pode ser generoso e justo ou imaturo e cruel, refletindo as contradições e vicissitudes do agregado social que representa. Longe de ser uma identidade fechada, é uma referência flexível o suficiente para permitir que os diversos membros da comunidade reconheçam a si mesmos no que têm em comum” (Fontanella, 2010, p. 8).

Para Fontanella, o anonimato é não só uma forma de proteção dos anons, mas também o que permite que o coletivo mantenha a característica de uma organização sem lideranças e hierarquia, já que evita que participantes se destaquem perante aos demais.

Os protestos contra a Igreja da Cientologia são apontados como uma das primeiras ações políticas organizadas pelo Anonymous. O protesto foi denominado Operação Chanologia, uma fusão entre as palavras chan e cientologia, e iniciou-se com um vídeo em que o coletivo declarava guerra à Igreja da Cientologia, acusada por eles de violar a liberdade de expressão ao tentar censurar denúncias contra a instituição na Internet. Em seguida, Anonymous utilizou a já citada tática de negação de serviços (DDoS) em sites da Igreja. Além disso, espalharam denúncias e imagens debochadas (memes) contra a Igreja em diversos websites e redes sociais. A ação culminou na manifestação presencial em

frente à diversas sedes da Igreja da Cientologia em vários países do mundo. Fontanella destaca que:

“[...] o ponto alto da guerra de Anonymous contra a Cientologia foram os protestos realizados em frente às igrejas, em que flash mobs compareceram usando a máscara do sabotador inglês Guy Faukes, popularizada pela série em quadrinhos V for Vendetta. Houve pouca margem para que a Igreja da Cientologia pudesse reagir, já que não haviam líderes identificáveis e as ações ocorriam de forma imprevisível” (Fontanella, 2010 p. 9).

A ação deu visibilidade aos anons, aumentando a quantidade de adesões e simpatizantes do coletivo. A máscara de Guy Fawkes, divulgada mundialmente nos cinemas com o filme “V de Vingança” (2005), se tornou uma das marcas do Anonymous.



Figura 7 – Reprodução da máscara de Guy Fawkes⁴⁹

Em 2010, como já citado anteriormente, o Anonymous volta a aparecer na mídia mundial com a Operação Pay Back (#OpPayBack) em apoio ao WikiLeaks. Machado (2015) vê esse momento como o surgimento das primeiras ações do Anonymous Brasil. Segundo ele, uma parte dos usuários que vieram a compor o Anonymous Brasil já tinha participação em canais e operações em outros países. No entanto ele afirma que:

⁴⁹ Imagem publicada em <http://revistadominios.com.br/index.php/noticias/detalhes/83/quem-sao-os-anonymous-e-por-que-estao-se-tornando-os-novos-herois-da-sociedade>

“A #OpPayBack é responsável por mudar esse cenário. Por conta de sua repercussão, em especial após o envolvimento das retaliações ao WikiLeaks, vários brasileiros passaram a buscar informações sobre o engajamento em atos de apoio aos Anonymous. Um desses espaços privilegiados, que exerceu papel fundamental na criação da vertente brasileira do coletivo, foi o fórum What Is The Plan (WITP)” (Machado, 2015, p. 1537).

Dessa forma, se organizaram os primeiros canais anon brasileiros e diversas ações começaram a ocorrer no Brasil. Em 2013, diversas células do coletivo (Anonymous Brasil, Anonymous Rio, Anonymous SP, entre outras) participaram das manifestações que ficaram conhecidas como “jornadas de junho”, militando e convocando a população a engrossar os protestos nas ruas do país⁵⁰. As ações e ciberativismo nos sites e perfis do Facebook e Twitter continuaram frequentes. Alguns exemplos de ação noticiados pela mídia tradicional ocorreram no ano de 2016, como a exposição de dados de membros da gerência da Anatel em protesto contra a limitação do uso de dados da internet fixa, e posteriormente, a ameaça de vazar dados de senadores que votassem a favor das mudanças propostas pela Anatel, em julho de 2016⁵¹.

Conflitos e discordâncias entre os participantes são frequentes, principalmente no que tange aos modos de ação durante as operações, como observado por Machado (2015), no decorrer de uma das operações desencadeadas no Brasil: a #OpWeeksPayment. Durante essa operação, Anonymous fez vários ataques aos sites dos principais bancos durante a semana de pagamento em 2012. A cada dia um site era derrubado ficando algumas horas fora do ar. Enquanto uma parte do coletivo apoiou e divulgou as ações, outros participantes fizeram críticas baseadas no fato da ação prejudicar diretamente o trabalhador brasileiro. A discordância causou cisão no coletivo com manifestação contra e a favor da ação em diversas páginas e perfis de redes sociais. No entanto, o autor destaca que apesar das discordâncias, como não há lideranças, os participantes continuaram a usar “a marca” Anonymous em diversas outras operações.

Vale ressaltar que como as células são independentes, as atuações podem ser direcionadas para diversas causas, como o ativismo ambiental ocorrido em 2015 contra a caça às baleias. Anonymous derrubaram cinco websites do governo

⁵⁰ <http://www.com.ufv.br/cibercultura/ciberativismo-e-anonymous/>

⁵¹ <http://exame.abril.com.br/brasil/anonymous-expoe-dados-da-diretoria-da-anatel-em-protesto/>
<http://exame.abril.com.br/brasil/anonymous-ameca-senadores-que-votarem-por-internet-limitada/>

irlandês em protesto contra a prática⁵². Ainda em 2015, Anonymous declarou guerra ao Estado Islâmico após este assumir o atentado contra o jornal francês Charlie Hebdo⁵³.

Se por um lado Anonymous conquistou a simpatia e o apoio de milhares de pessoas em diferentes países do mundo, por outro o coletivo mostra-se como um grande problema para as instituições tradicionais. Como as bases do coletivo são o anonimato, a heterogeneidade e a falta de lideranças e hierarquia, Anonymous é difícil de entender e classificar. Segundo Machado (2015), a mídia incorre frequentemente no erro de chamar Anonymous de “um grupo de hackers”. Anonymous é mais que um grupo de hackers pois é composto por pessoas dos mais variados setores e transforma-se o tempo todo e a cada operação deflagrada. Com a utilização de redes, canais e perfis que são constantemente apagados ou abandonados após as operações, torna-se extremamente difícil identificar os autores responsáveis por determinada ação.

Um dos aspectos criticados é justamente o anonimato do coletivo. Kalyinka Cruz (2013), questiona o anonimato e as reais intenções do coletivo durante sua atuação nas “jornadas de junho”. Para ela, Anonymous incitou o desrespeito às leis em vários momentos através de seus canais de militância. Cruz alerta para os perigos do que chamou de “cibermanipulação”, afirmando que é necessário refletir e despertar a consciência política com responsabilidade.

No entanto, para os demais investigadores do Anonymous (Barros, 2013; Fontanella, 2010 e Machado, 2015), o coletivo se apresenta como uma forma de resistência política ao controle exercido através de dados informáticos e protocolos. Como diz Machado, “os Anonymous se tornam uma via concreta, informal e convidativa para o engajamento político, culminando com um alto nível de envolvimento ativista nas operações de maior repercussão (Machado, 2015, p. 1547) ”.

Aquém das grandes operações, podemos perceber que o ciberativismo vem permeando e impactando cada vez mais o nosso cotidiano. O engajamento político, discussão de temas sociais, pressão por mudanças políticas crescem em grandes proporções afetando diversos setores de nossas vidas. Sabemos que o

⁵² <http://www.anda.jor.br/01/12/2015/anonymous-derrubam-sites-islandeses-protesto-caca-baleias>

⁵³ <http://revistagalileu.globo.com/Tecnologia/Internet/noticia/2015/02/anonymous-alerta-estado-islamico-de-agora-em-diante-nao-ha-lugar-online-seguro-para-voces.html>

advento da internet e tecnologias digitais ocasionou o emergir de novas configurações subjetivas (Nicolaci-da-Costa, 2002, 2005). É possível supor que as ações realizadas pelo ciberativismo estejam permeando nossas vidas também nos processos de subjetivação. Passaremos a uma discussão mais detalhada sobre esta questão no próximo capítulo.

4 Ciberativismo e veganismo: a produção de novas subjetividades

Um movimento com forte ciberativismo em sua luta é o da Proteção Animal. Retomando as análises de Gohn (2010), este movimento pode ser classificado como uma rede temática de mobilização civil em prol dos direitos dos animais. No escopo da Proteção Animal nos deparamos com diferentes vertentes de luta pelos direitos dos animais, como veremos a seguir.

Neste momento, vale ressaltar um grupo de ativistas e ciberativistas que vem crescendo exponencialmente: os veganos. Passaremos à exposição de alguns casos de destaque na causa animal para, em seguida, investigar a repercussão e impactos do ciberativismo na configuração subjetiva dos homens e mulheres da atualidade, com ênfase no movimento ciberativista em prol do veganismo.

4.1 Ciberativismo na Proteção Animal

Como dito anteriormente, o ciberativismo utiliza as ferramentas disponíveis na Internet para a divulgação, conscientização e apoio de pessoas em prol de uma causa, mas na maioria dos casos, não se limita somente a essa atuação virtual.

Tomando o exemplo da causa ambiental (uma das grandes vertentes de atuação ciberativista), podemos fazer um recorte mais específico em torno da luta em prol dos direitos dos animais, denominada de forma mais ampla de Proteção Animal.

Entre algumas das bandeiras da Proteção Animal⁵⁴ encontram-se a luta contra o abandono e maus-tratos de animais domésticos, a luta pelo fim da utilização de animais como cobaias para testes e pesquisas realizadas em laboratório, a luta pela preservação das espécies selvagens e permanência das mesmas em seus ambientes naturais, a luta contra tradições culturais humanas que envolvem sofrimento animal (como touradas e rodeios), entre tantas outras. Este grupo de ativistas promove não somente ações ciberativistas através das redes sociais e outros recursos disponíveis na Internet como também a manifestação presencial por seus ideais.

⁵⁴ Para maior aprofundamento acessar: www.pea.org.br

Assim acontece com diversas ONGs, Associações e projetos independentes que atuam junto aos animais abandonados. Há todo um trabalho prático no qual se incluem o resgate (retirando o animal da situação de risco em que se encontra), o restabelecimento da saúde do animal, esterilização, vacinação e encaminhamento para adoção. Além disso, estes grupos fazem o ativismo na Internet que visa não somente a divulgação das etapas acima mencionadas e do próprio animal para adoção, como também a propagação de mensagens de conscientização contra maus tratos e abandono e a favor da posse responsável e esterilização. Um exemplo dessa forma de ciberativismo é a imagem abaixo, amplamente divulgada em diversas redes sociais:

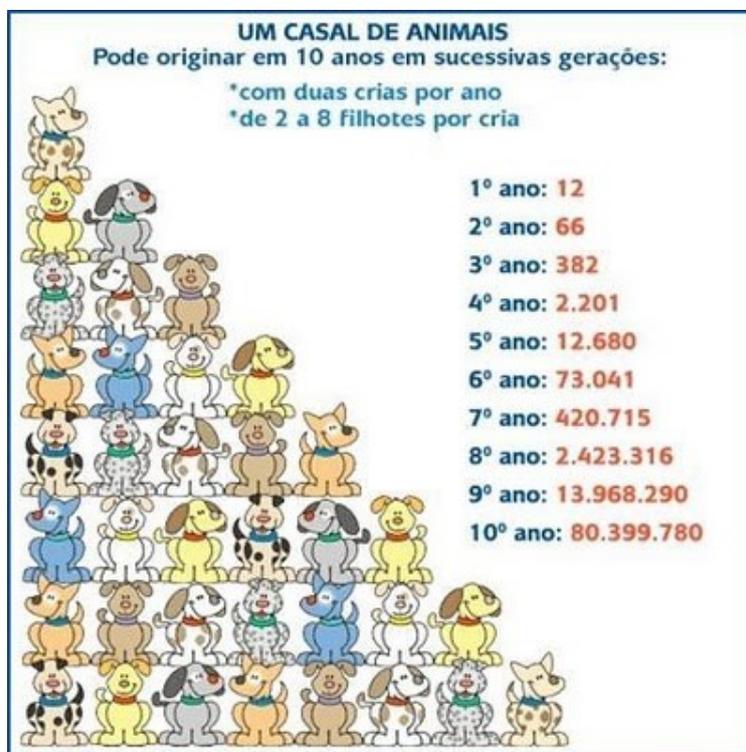


Figura 8 – Imagem em prol da esterilização de animais domésticos

Outro exemplo de ciberativismo é o Vista-se⁵⁵, um portal na Internet que difunde o veganismo, que é um estilo de vida livre de consumo de produtos de origem animal, incluindo a alimentação, vestuário e produtos de higiene pessoal, entre outros, e que luta pelo abolicionismo dos animais não humanos. O portal Vista-se atua conscientizando pessoas através de seus endereços na internet e

⁵⁵ www.vista-se.com.br e <https://www.facebook.com/#!/vistase?fref=ts>

redes sociais, com a divulgação de artigos e entrevistas, além de atuações presenciais como palestras e eventos beneficentes, entre outras.

Muitos grupos e pessoas atuam na proteção dos animais antes do surgimento da Internet, que parece ter trazido muitos benefícios para a divulgação da causa em prol dos animais. Esse é o caso da ONG carioca Suipa (<http://www.suipa.org.br/>), que atua no resgate, tratamento e adoção de animais em situação de rua ou abandono, desde 1943. Atualmente a instituição possui site e endereços em redes sociais que complementam e ajudam na divulgação de sua atuação presencial. Desse modo, após o surgimento da Internet comercial ao Brasil na década de 1990, diversos grupos como ONGs, associações, projetos independentes de proteção animal (grupos de pessoas sem registro de ONG, mas que atuam da mesma forma que aquelas) e protetores independentes (pessoa física que faz trabalho de resgate, reabilitação e adoção de animais) passaram a utilizar ferramentas como websites e e-mail para divulgar e captar ajuda para os animais por eles acolhidos. Posteriormente, surgiram os blogs em 1997, porém sendo amplamente utilizados a partir do ano 2000 (<http://sos-vida-animal.blogspot.com.br/>), os fotologs em 2002 (http://www.fotolog.com/pet_esperanca) e a extinta rede social Orkut, em 2004, que passaram a ser utilizados da mesma forma. Em 2004, a criação do Facebook, rede social que disponibiliza todos os recursos oferecidos pelos sites anteriores, culminou na migração dos usuários para esta nova ferramenta. Como já mencionado anteriormente, o Facebook traz diversos benefícios para divulgação de conteúdos e interação entre usuários, sendo uma das ferramentas mais utilizadas no ciberativismo voltado para proteção animal atualmente⁵⁶.

Para ilustrar tais benefícios, vale apresentar e discutir alguns acontecimentos de casos que tiveram forte ciberativismo nas redes sociais, bem como ganharam destaque nas mídias tradicionais, tais como o Instituto Royal, localizado em São Roque (SP) e o acidente com a carreta de porcos no Rodoanel (SP).

⁵⁶ <http://www.tecmundo.com.br/redes-sociais/33036-a-historia-das-redes-sociais-como-tudo-comecou.htm> e <https://linhasdigitais.wordpress.com/2009/11/25/como-surgiram-os-blogs/>

4.1.1 O Caso Royal

O caso iniciou-se com um pedido de instauração de CPI para a averiguação de supostos maus tratos sofridos por animais submetidos a testes laboratoriais no Instituto Royal. O referido instituto vinha sendo investigado pelo Ministério Público desde 2012. Face à demora na realização da investigação e recusa do Instituto Royal em permitir a entrada de ativistas para verificação das condições de vida dos animais no local, foi organizado um protesto presencial na porta de entrada do mesmo no dia 12/10/2013⁵⁷.

O protesto contou inicialmente com a presença de alguns ativistas que atuam em prol dos direitos dos animais. Estes ativistas relataram em entrevistas concedidas para jornais e televisão, e também divulgaram nas redes sociais, diversas tentativas de acordo com o Instituto Royal para que este permitisse a entrada de uma comissão de avaliação composta por um representante dos ativistas, um veterinário e autoridades locais com o objetivo de averiguar as condições de vida dos animais residentes no local. Durante o período da ocupação em frente ao Instituto Royal foram fornecidas informações diárias sobre o andamento do protesto através de perfis no Facebook, Twitter e *sites* das organizações envolvidas. Com a grande repercussão do caso nas redes sociais o grupo inicial foi ganhando mais integrantes. Ativistas e defensores dos direitos dos animais de diversas cidades do Brasil encaminharam-se para a porta do Instituto para aderir à manifestação. O grupo ganhou amplo apoio nas redes sociais. Mais manifestantes dirigiram-se ao local e o Instituto Royal passou a ser pressionado por ciberativistas para liberar a entrada da comissão de avaliação.

Uma grande manifestação foi agendada para a manhã do dia 18/10/2013, porém, na madrugada deste mesmo dia, o grupo de ativistas acampados no local, movido pela alegação de latidos e choros altos dentro do Instituto, invadiu suas dependências e retirou do mesmo 178 cães da raça beagle e 7 coelhos que eram utilizados em testes laboratoriais. As suspeitas de que os animais seriam eutanasiados (justificativa dada pelos ativistas para a invasão) foram previamente enviadas a grupos de Proteção Animal, via redes sociais, pedindo socorro para

⁵⁷<http://anda.jusbrasil.com.br/noticias/111938353/ativistas-permanecem-acorrentados-aos-portoes-do-instituto-royal-pelo-fim-dos-testes-em-animais> Conteúdo acessado 21/10/2013

eles⁵⁸. Como o caso vinha sendo acompanhado por milhares de militantes da causa animal, as imagens, vídeos⁵⁹ e declarações sobre o resgate invadiram o Facebook e Twitter e geraram inúmeras declarações contra ou a favor da ação dos ativistas. O caso repercutiu amplamente na mídia tradicional (rádio, TV e jornal) e, por diversas vezes, versões apresentadas na mídia foram contestadas através das redes sociais pelos próprios ativistas que estiveram presentes na ação. O portal vegano Vista-se fez cobertura ao vivo sobre todo o acontecimento relativo ao Instituto Royal do dia 17/10/2013 ao dia 20/11/2013 passando as principais informações sobre o caso⁶⁰.

As repercussões do ativismo em São Roque e o que se sucedeu via ciberativismo geraram diversas discussões e conquistaram simpatizantes para a causa. Publicações com informações sobre alternativas aos testes com cobaias e divulgação de inúmeras petições *on-line* em favor dos direitos dos animais⁶¹ marcaram presença forte e constante em blogs e perfis de Facebook e Twitter.

Os protestos iniciados em outubro, aliados à ação ciberativista e adesão de políticos simpatizantes da causa, culminaram na interdição e suspensão do alvará de funcionamento do Instituto Royal em 25/10/2013⁶² e, pouco tempo depois, na aprovação do Projeto de Lei 6602/2013, que reduz progressivamente e regula a utilização de animais como cobaias para testes cosméticos⁶³.

O Caso Royal ilustra bem o potencial de utilização e o aproveitamento que vem sendo feito da Web 2.0 para mobilizações civis, com toda sua capacidade de rápida veiculação de informação e “recrutamento” de simpatizantes para uma causa. A comoção gerada pela difusão da informação de sofrimento por parte de animais incapazes de se defender dos supostos maus tratos, fez com que diversos defensores dos animais se juntassem aos ativistas iniciais para o resgate dos

⁵⁸Para maiores informações acessar: <http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2013/10/alem-de-178-beagles-sete-coelhos-tambem-foram-levados-de-empresa.html> Conteúdo acessado em 18/10/2013.

⁵⁹ Exemplo de vídeo que foi veiculado, primeiramente pelos ativistas nas redes sociais, e posteriormente na mídia tradicional <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/10/18/video-mostra-beagles-apos-resgate-em-laboratorio-de-pesquisa.htm> Conteúdo acessado em 19/10/2013.

⁶⁰ <http://vista-se.com.br/aovivo/arquivo.htm>

⁶¹ Exemplo de petição que circulou no Facebook e Twitter e coletou mais de 500 mil assinaturas em menos de uma semana: http://www.avaaz.org/po/petition/MANIFESTATION_ROYAL_INSTITUTE/ Conteúdo acessado em 21/10/2013

⁶² Para maiores informações acessar <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,instituto-royal-tem-atividades-suspensas-por-60-dias,1089715,0.htm> Conteúdo acessado em 25/10/2013.

⁶³ PL aprovado no dia 05/06/2014 em trâmite para aprovação no Senado Federal. Para maiores informações <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597587>.

mesmos. As discussões que se seguiram nas redes sociais após a invasão foram bastante acaloradas e carregadas de emoções, tanto por parte dos defensores dos animais quanto por parte das pessoas que se posicionaram contra a invasão realizada em São Roque. Para os primeiros, o sofrimento de seres indefesos justificava a invasão, já no caso dos opositores a invasão caracterizava um crime e os responsáveis mereciam punição judicial. A discussão sobre testes alternativos continua acontecendo inclusive em páginas de órgãos governamentais no Facebook, como a fanpage do Senado Federal que em 2015 fez enquete pedindo a opinião dos seguidores sobre o tema⁶⁴. O ciberativismo contra o uso de animais para testes em laboratórios é constante, já que o PL aprovado não proibiu terminantemente esta prática.



Figura 9 – Imagem de ciberativismo do Caso Royal

4.1.2 O Caso do Rodoanel

Outro caso emblemático da luta em prol dos animais ocorreu no dia 25/08/2015 quando uma carreta que transportava porcos para um abatedouro

⁶⁴<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/09/25/restricao-ao-uso-de-animais-em-testes-na-industria-de-cosmeticos-pode-ser-votada-na-terca>

tombou no Km14 oeste do Rodoanel em São Paulo⁶⁵. A carreta transportava 110 animais dos quais 19 morreram no impacto do acidente e posteriormente quando houve uma tentativa em vão de desvirar o veículo. O resgate, considerado dramático e um dos “mais complicados resgates de animais já realizados no Brasil”⁶⁶, levou mais de 15 horas para ser concluído e causou um engarrafamento de 10 quilômetros no local⁶⁷.

O acidente repercutiu nos principais veículos de mídia tradicional, sendo inclusive tema do programa Domingo Espetacular da Rede Record⁶⁸ e trazendo à tona a discussão sobre direitos dos animais. Por lei, após o acidente os animais não poderiam ser abatidos para consumo⁶⁹. Dessa forma, o grupo de ativistas que chegou ao local logo após o acidente, além de ajudar nos cuidados e remoção dos suínos, pleiteou a guarda dos mesmos junto ao Frigorífico Rajá, que seria o destino final dos animais⁷⁰.

Após muita negociação os animais sobreviventes foram removidos para um santuário de animais para receber os devidos cuidados e posteriormente serem encaminhados para adoção. Ativistas acompanharam o caso transmitindo informações do local em tempo real, principalmente nas comunidades veganas do Facebook, e organizando campanhas de arrecadação de doações para os cuidados necessários com os animais resgatados⁷¹. O portal Vista-se iniciou transmissão ao vivo em seu site às 10:51 do dia 25/08/2015 às 11:59 do dia 01/09/2015 repassando as principais informações sobre o resgate, acomodação e campanha de arrecadação para auxílio aos animais acidentados, como no trecho abaixo destacado:

“12h24: Ainda segundo a advogada, há uma negociação com o veterinário do frigorífico para que os animais sejam entregues aos ativistas.

⁶⁵ Vídeo do acidente: <https://www.youtube.com/watch?v=StGujmWi3II>

⁶⁶ <https://vista-se.com.br/porcos-do-rodoanel-um-dos-mais-complicados-resgates-de-animais-ja-realizados-no-brasil/>

⁶⁷ <http://vejasp.abril.com.br/blogs/bichos/2015/08/carreta-rodoanel-porcos-ativistas/>

⁶⁸ https://www.youtube.com/watch?v=QvZai_IETjM

⁶⁹ <http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/180776/lei-7705-92>

⁷⁰ <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/08/ativistas-se-mobilizam-para-resgatar-porcos-feridos-em-batida-no-rodoanel.html>

⁷¹ <https://www.facebook.com/santuarioterradosbichos/> e

<https://www.vakinha.com.br/vaquinha/santuario-terra-dos-bichos>

12h26: Segundo a advogada, que é membro da Comissão de Proteção Animal da OAB/SP, a negociação foi bem recebida pela empresa.

12h27: No momento estão ativistas e veterinário do frigorífico aguardando uma resposta do dono da empresa.

12h31: Foto mostra ativista tentando dar água para um dos animais, através das grades.

12h33: **IMPORTANTE:** Segundo a Dra. Sandra Limande Lopes, advogada, a empresa liberou os animais para os ativistas. Eles serão levados para um local seguro para receber cuidados” (portal Vista-se, cobertura ao vivo - 25/08/2015, disponível em <https://sites.google.com/a/fabio.co/porcos-rodoanel/ao-vivo>).

As comunidades veganas no Facebook foram tomadas por publicações relativas ao acidente. Informações foram transmitidas em tempo real, houve diversas discussões sobre as medidas a serem tomadas para salvar os animais, foi criada uma campanha de arrecadação através de um site de *crowdfunding* nacional e os membros desses grupos ainda aproveitaram o acontecimento para divulgar os maus tratos a que animais de abate são frequentemente submetidos e difundir o veganismo. Foi possível observar ainda a chegada de novos membros nessas comunidades. Muitas pessoas, comovidas com o sofrimento das “porquinhas do Rodoanel”, decidiram mudar seus hábitos alimentares com o objetivo de não consumir mais carne.



Figura 10 – Imagem de uma ativista fornecendo água para uma das porquinhas acidentadas. Publicada no portal Vista-se durante a cobertura ao vivo em 25/08/2015⁷²

⁷² Disponível em <https://sites.google.com/a/fabio.co/porcos-rodoanel/ao-vivo>

Apesar do sucesso do resgate e das negociações, os ativistas descobriram que antes de sua chegada ao local o “Frigorífico Rajá” havia retirado 22 animais e encaminhado para o abatedouro. Nova onda de comoção surgiu nas redes sociais e deu-se início à campanha para a liberação desses animais. Um evento foi criado no Facebook para liberação dos 22 animais restantes do Rodoanel.



Figura 11- Imagem do evento no Facebook <https://www.facebook.com/events/1606252749623798/>

Ciberativistas da proteção animal utilizaram como ações para pressionar o frigorífico: a troca de suas imagens de perfil pela da campanha “Libera os 22”, qualificação negativa da fanpage do abatedouro no Facebook e a convocação de um protesto presencial na porta do abatedouro no dia 27/08/2015, após o mesmo ter cancelado uma reunião com os ativistas presentes no local. Depois de algumas horas de ocupação na frente do frigorífico e negociação com advogados, os 22 animais foram finalmente liberados e encaminhados para o *Santuário Terra dos Bichos*, onde já se encontravam as porquinhas retiradas da carreta.

No total foram resgatados 89 animais. A estimativa era de que havia entre 108 e 110 porcos na carreta, dos quais 19 vieram a óbito no próprio local do acidente e 25 não resistiram aos ferimentos após o resgate. A campanha de arrecadação bateu recordes de doação e alguns animais conseguiram novos lares⁷³.

⁷³<http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2015/08/g1-mostra-santuario-de-porcoss-resgatados-em-acidente-no-rodoanel.html>

<https://www.youtube.com/watch?v=kXqa5Qezxc&feature=youtu.be>

<http://vista-se.com.br/porcos-do-rodoanel-ativistas-explicam-uso-do-dinheiro-arrecadado-e-falanda-situacao-atual/>

A imagem abaixo mostra um dos banners utilizados para angariar ajuda para os animais resgatados. Vale destacar entre as formas de ajuda a opção 8, que pede ajuda para divulgação do caso nas mídias tradicionais e na Internet.

S.O.S. Porcos do Rodoanel

O Santuário Terra dos Bichos é uma ONG que abriga 500 animais de 18 espécies diferentes retirados de maus tratos. Acolhemos 96 porcos, entre os resgates do acidente do Rodoanel - SP, Diadema, e filhotes que nasceram depois, o que nos gera despesas enormes. Precisamos de ajuda para manter e ajudar cada vez mais os animais!

SAIBA COMO AJUDAR!

- 1 ADOÇÃO**
precisa ser maior de 21 anos, ter espaço adequado e passar por entrevista
ONG Natureza em Forma
(11) 3151-2536 | (11) 3151-4885
www.naturezaemforma.org.br
- 2 APADRINHE UM PORCO**
a situação é emergente! cada um gasta em média R\$300,00 por mês! doe o que puder ou apadrinhe quantos forem possíveis.
Cintia Frattini - Itau
Ag 3740 | Conta Poupança 29.930-4/500
- 3 DOE ALIMENTO**
por dia são consumidos:
200kg de farelo de milho
200kg de milho em grão
100kg de farelo de trigo
+ legumes e verduras
Casa de Ração - Robson: (11) 97438-6158
- 4 DOE \$**
direto na conta do Itau descrita acima ou com seu cartão de débito, crédito ou boleto via PagSeguro no site santuarioterradosbichos.org ou pela campanha: vakinha.com.br/vaquinha/santuario-terra-dos-bichos
- 5 ENCOMENDE DELÍCIAS VEGANAS**
direto do santuário através do email deliciasdosantuario@gmail.com
- 6 SEJA VOLUNTÁRIO**
ajude com a meta de conseguir adoção ou apadrinhamento para 1 porco entre seus amigos.
- 7 EVENTO BENEFICENTE**
desenvolva com seus amigos um evento beneficente (como por exemplo um bazar, brechó, almoço...)
- 8 DOE ESPAÇO NA SUA MÍDIA**
radio, tv, site, revistas, mídias sociais, vídeos para divulgarmos adoção e apadrinhamento.

CONTATO
 /santuarioterradosbichos
santuarioterradosbichos@gmail.com
www.santuarioterradosbichos.org

SANTUÁRIO TERRA DOS BICHOS

Figura 12 - Ciberativismo no caso do Rodoanel

Como pudemos ver os casos “Instituto Royal” e “Porcos do Rodoanel” alargaram o círculo de discussão sobre direitos dos animais. Se anteriormente casos como esses ficavam mais restritos a grupos de discussão sobre a causa animal e alguns compartilhamentos públicos por parte de ciberativistas, principalmente os veganos, os casos citados ganharam grande repercussão nas redes sociais e na mídia tradicional.

Os termos veganismo e vegano também começaram a aparecer com mais frequência em revistas, jornais e TV, já que a maior parte dos ativistas envolvidos no resgate do Rodoanel era de veganos.

4.2 Veganismo e ciberativismo

O veganismo é um dos movimentos que mais cresce na atualidade. O termo “vegan” foi criado em 1944 pelo britânico Donald Watson e um grupo de

cinco amigos vegetarianos que, além de carnes, não consumiam ovos, leite e derivados. Nascia nesse momento, um movimento distinto do vegetarianismo, iniciando a busca pelo "fim do uso dos animais pelo homem para alimentos, matérias-primas, trabalho, caça, vivissecção, e por todos os outros usos relacionados com a exploração da vida animal pelo homem"⁷⁴.

O jornalista David Ariocho, atribui ao filósofo grego, Pitágoras, e à Siddhārtha, o Buda, “as primeiras referências de uma consciência que mais tarde ajudaria a moldar o veganismo”, visto que ambos levantaram o questionamento em defesa dos animais, ainda em tempos remotos⁷⁵. Ele cita ainda outros nomes de figuras ilustres da história que aderiram e contribuíram para a disseminação do vegetarianismo ao longo dos séculos, tais como: o filósofo grego Plutarco, Michel de Montaigne, Jean-Jacques Rousseau, Mary Shelley, Leonardo da Vinci, George Bernard Shaw e Ghandi, entre outros. No entanto, Ariocho destaca que com o surgimento do romantismo, no século XIX, é que encontramos uma maior transformação e crescimento do movimento em prol dos animais:

“Em 1802, Joseph Ritson lançou o livro *“An Essay on Abstinence from Animal Food: as a Moral Duty”*, seguido por *“The Return to Nature, or, a Defense for the Vegetable Regimen”*, de 1811, escrito por John Frank Newton. Em 1813, Percy Bysshe Shelley publicou *“A Vindication of Natural Diet”*. Já em 1815, William Lambe endossou o discurso em favor do vegetarianismo com a obra *“Water and Vegetable Diet”*. Esses quatro escritores britânicos, que também eram ativistas vegetarianos e lutavam pelos direitos dos animais, se tornaram precursores do que conhecemos hoje como veganismo” (Ariocho, 2016).

Em termos gerais, o veganismo é a luta pela libertação, ou abolicionismo, animal. A definição oficial de veganismo foi criada pela *The Vegan Society*, em 1979:

"Veganismo é um modo de vida que procura excluir, na medida do possível e praticável, todas as formas de exploração e crueldade para com os animais, para comida, roupa ou qualquer outro propósito" (The Vegan Society)⁷⁶.

Dessa forma, aqueles que aderem ao veganismo são pessoas que passam a não consumir qualquer tipo de carne oriunda de um animal (existem diversos tipos de “carne” vegetal como as de soja e de jaca verde, por exemplo), nem os produtos

⁷⁴http://www.veganismo.org.br/p/veganismo_25.html

⁷⁵ <https://davidariocho.com/2016/08/05/a-historia-do-veganismo/>

⁷⁶ "veganism is a way of living which seeks to exclude, as far as is possible and practicable, all forms of exploitation of, and cruelty to, animals for food, clothing or any other purpose." Disponível em: <https://www.vegansociety.com/about-us/key-facts>

gerados por animais, como leite, ovos, mel, seda, lã e os produtos derivados destes. Veganos também dispensam a utilização de produtos que contenham qualquer tipo de ingrediente animal ou sejam testados em animais, como alimentos, produtos de higiene pessoal, cosméticos, produtos de limpeza e vestuário. Além disso, os adeptos do veganismo são contra o aprisionamento de animais em zoológicos e aquários marinhos, a utilização de animais para fins de locomoção ou tração, a utilização de animais para testes ou pesquisas em laboratório, a utilização de animais para fins de entretenimento (como rodeios, sea worlds, circos), a reprodução de animais para fins de venda de filhotes ou qualquer outra situação que prive animais de seus direitos naturais à vida e à liberdade.

É válido esclarecer brevemente algumas diferenças entre veganismo e o vegetarianismo, termo amplamente difundido para definir pessoas que não consomem carne de animais. Existem quatro tipos principais de vegetarianos: 1. **Ovolacto vegetarianos**, são aqueles que não consomem carne de qualquer tipo animal, porém consomem ovos, leites, mel e derivados; 2. **Lactovegetarianos**, não consomem carnes, ovos e derivados, porém consomem leite e derivados; 3. **Vegetarianos estritos**, não consomem nada de origem animal na alimentação, mas não necessariamente deixam de consumir outros produtos (cosméticos, higiene, limpeza e etc) que possuam ingredientes de origem animal e 4. **Veganos**, não consomem nenhum produto que contenha ingredientes de origem animal ou testado em animais.

O crescimento do veganismo vem sendo noticiado frequentemente nas mídias de massa tradicionais. É difícil obter uma porcentagem exata dos vegetarianos e veganos espalhados pelo mundo. No entanto, fatores como o aumento de produção e venda de produtos “vegetarianos estritos” nos mercados de diferentes países nos servem como indicadores de que esse nicho populacional vem crescendo em grandes proporções nos últimos anos. A taxa de pessoas que se declaram vegetarianas ou veganas costuma ficar em torno de 10 a 20 % da população total em alguns países da Europa e América do Norte, com maior incidência do público jovem. São apontados como países em franco processo de “veganização”: Reino Unido, Suécia e Alemanha. Outros países onde o percentual

de vegetarianos e veganos vem aumentando são Israel, Índia, Canadá, Estados Unidos e Nova Zelândia⁷⁷.

No Brasil, uma pesquisa realizada pelo IBOPE em 2012, aponta que 15,2 milhões de brasileiros se declaram vegetarianos, isto é, aproximadamente 8% da população total do país naquele ano⁷⁸. A faixa etária entre 65 e 75 anos representou o maior índice, contando com 10% de vegetarianos. A iniciativa Mapa Veg⁷⁹, que busca mapear vegetarianos, veganos e simpatizantes no Brasil conta, em 2016, com 21.600 cadastrados, entre os quais, 13.578 pessoas (62,9%) declaram-se vegetarianas, 6.171 pessoas (28,6%) declaram-se veganas e 1.851 pessoas (8,6%) declaram-se simpatizantes ao vegetarianismo/veganismo.

Em uma matéria publicada na Revista Exame, em agosto de 2016, Ana Laura Prado informa que o setor relacionado a produção e venda de produtos veganos tornou-se uma boa oportunidade de investimento perante a crescente demanda por itens de alimentação, cosméticos e higiene isentos de ingredientes de origem animal e que não utilizam testes em animais. Na matéria, a jornalista cita a empresa de cosméticos Surya Brasil e a empresa adventista de produtos vegetarianos Superbom, ambas com produtos de excelente aceitação e procura pelo público vegano no Brasil, além de exportarem para outros países. Prado reproduz a fala de Cristina Ferreira, gerente industrial da Superbom, para ilustrar a possibilidade de sucesso neste ramo de atividades “O que mais tem facilitado nosso crescimento é a demanda. Com ela, podemos mostrar para os investidores relatórios que provam que há mercado para crescer mais. O veganismo é um movimento que veio para ficar e tem muito a crescer”.

No cenário internacional, também podemos ver várias publicações que apontam para o crescimento do veganismo. Nos Estados Unidos, a empresa *Follow your heart*, que fabrica produtos vegetarianos e veganos, se tornou um investimento milionário⁸⁰. No Reino Unido, o jornal “The London Economic”, informou que a venda de produtos veganos cresceu 1500% no país, entre os anos de 2015 e 2016⁸¹. Diante destes fatos, é relevante investigar que fatores poderiam

⁷⁷ http://www.conquistesuavida.com.br/noticia/mundo-vegano-conheca-os-9-paises-que-mais-praticam-o-veganismo-atualmente_a2612/1

⁷⁸ <https://vista-se.com.br/ibope-2012-152-milhoes-de-brasileiros-sao-vegetarianos/>

⁷⁹ <https://www.mapaveg.com.br/estatisticas#>

⁸⁰ <http://www.bbc.com/portuguese/geral-38323523>

⁸¹ <https://www.mapaveg.com.br/vendas-de-produtos-veganos-cresceram-1500-no-reino-unido>

estar impulsionando o crescimento do mercado de produtos veganos e a expansão do veganismo no Brasil e no mundo, já que a adesão ao movimento implica em uma grande transformação dos próprios hábitos e modo de vida por parte de seus adeptos.

4.2.1

Veganismo: libertação animal e questões ambientais

Como vimos acima, o veganismo vem ganhando cada vez mais espaço nas mídias de massa. Já não é difícil nos depararmos com matérias em grandes jornais, revistas e programas de TV abordando esse estilo de vida. Com certeza, um estilo de vida divergente do convencional desperta curiosidade e favorece debates. Uma matéria publicada, em 2014, no site Portugal Mundial⁸² ilustra bem a preocupação e benefícios da adesão ao movimento. Com o título “*ONU recomenda mudança global para dieta sem carne e laticínios*”, o artigo discorre sobre o relatório publicado pela Organização das Nações Unidas que versa sobre os impactos ambientais e sociais do consumo de carne e laticínios. De acordo com o relatório, uma “dieta vegana” é essencial para reduzir as mudanças climáticas e combater a fome no mundo. Isso se deve ao fato da criação de animais para abate consumir em demasia água, combustíveis e grandes áreas para pasto (que poderiam ser utilizadas para agricultura ou replantio de espécies nativas), além de ser responsável por 19% da emissão de gases que aumentam o efeito estufa no planeta.

O documentário *Cowspiracy: The Sustainability Secret* (A Conspiração da Vaca: O Segredo da Sustentabilidade), lançado em 2014, a partir dos mesmos relatórios da ONU, aborda profundamente os impactos negativos da criação de animais para abate sobre o clima do planeta. De autoria do cineasta Kip Andersen e com produção executiva do ator Leonardo DiCaprio, *Cowspiracy* é repleto de entrevistas e dados estatísticos que confirmam o enorme problema gerado pela atividade pecuária e outras atividades similares. Após muita investigação, Andersen chega à conclusão de que o veganismo é o caminho mais viável para evitar futuros eventos climáticos de proporções catastróficas.

⁸²<http://portugalmundial.com/2014/03/onu-recomenda-mudanca-global-para-dieta-sem-carne-e-sem-laticinios/#>

Duas matérias publicadas no portal G1 de O Globo⁸³, no ano de 2015, também mencionam os impactos ambientais causados pela atividade agropecuária, além de abordar os efeitos negativos do consumo de carne para a saúde humana. A primeira versa sobre o mesmo relatório da ONU, mas ressalta uma pesquisa realizada por pesquisadores brasileiros em 2009, que teve como conclusão que a pecuária pode ser responsável por quase 50% das emissões de gases do efeito estufa. No segundo artigo, o foco é o relatório da OMS (Organização Mundial de Saúde), que relacionou o consumo de carne vermelha e embutidos a um maior risco de desenvolvimento de câncer em seres humanos. Este artigo se inicia com a seguinte colocação: “associações vegetarianas e veganas afirmaram nesta segunda-feira (26) que a publicação de um relatório que relaciona o consumo de carne vermelha e embutidos ao risco de câncer legitima sua luta em favor de dietas alternativas à alimentação com carnes”.

Apesar de existirem veganos que aderiram ao estilo de vida justamente em função da causa ambiental e por questões de saúde, como as acima citadas, a pedra fundamental do movimento é libertação animal. Não por isso a cadeia produtiva que engloba a produção e mercado passa despercebida. Interromper a cadeia de produção acaba sendo um dos focos de luta dos ativistas veganos. De acordo com o site Sociedade Vegana⁸⁴, a “proposta principal do veganismo consiste em atuar como uma força de mercado” (Sociedade Vegana, online, 2011). Neste texto, é explicado que toda a cadeia produtiva, desde os criadores (ou produtores), passando pelo processo de abate, transporte, comércio até os consumidores finais são responsáveis pela exploração animal, visto que, sem demanda não há necessidade da produção. “Se ninguém comprasse carne, leite e ovos não haveria quem os vendesse. Não haveria interesse por sua produção, seu transporte e sua comercialização (Sociedade Vegana, 2011)”. Por isso mesmo, o texto afirma que veganos impedem a continuidade da exploração animal mediante o boicote feito a produtos que contenham ingredientes de origem animal ou façam testes em animais. O site ainda faz uma convocação para que mais pessoas se tornem

⁸³<http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2015/10/vegetarianos-veem-luta-legitimada-apos-oms-ligar-carne-cancer.html>
<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2015/11/cerco-ao-churrasco-estudo-propoe-cortar-na-carne-contra-mudancas-climaticas.html>

⁸⁴ <http://sociedadevegana.org/textos-fundamentais/veganismo/>

veganas e difundam o veganismo, através de campanhas saudáveis e informativas, com o objetivo de alcançar a libertação animal.

A libertação, ou abolicionismo animal, é a luta que visa garantir o direito de todos os animais livrando-os de todas as formas de exploração humana. No livro *“Libertação Animal”*, lançado em 1975, Peter Singer argumenta que é necessário desenvolver um posicionamento ético em relação aos animais, assim como ocorreu com outros movimentos libertários em séculos anteriores. O autor se refere à luta contra o racismo, para traçar um paralelo com o especismo, isto é, o “preconceito” contra outras espécies:

“A analogia entre especismo e racismo aplica-se, na prática assim como na teoria, na área da experimentação. O especismo visível conduz à realização de experiências dolorosas noutras espécies, defendidas com base no seu contributo para o conhecimento e possível utilidade para a nossa espécie. O racismo visível conduziu à realização de experiências dolorosas noutras raças, defendidas com base no seu contributo para o conhecimento e possível utilidade para a raça que fez as experiências. Na Alemanha sob o regime nazi, cerca de duzentos médicos, alguns deles conceituados no mundo da medicina, tomaram parte em experiências com prisioneiros judeus, russos e polacos. Milhares de outros médicos sabiam destas experiências, algumas das quais constituíam tema de conferências realizadas em academias médicas. No entanto, os registros mostram que os médicos ficaram impávidos perante os relatórios verbais de outros médicos relativos à inflicção de lesões horríveis a "raças inferiores", prosseguindo depois a discussão acerca das lições médicas que se poderiam retirar delas, sem que ninguém esboçasse o mais leve protesto sobre a natureza das experiências” (Peter Singer, 1975).

Assim como ocorreu no exemplo acima citado, em que pessoas foram subjugadas e consideradas inferiores por questões raciais, a utilização de outras espécies para testes e demais atividades que desconsideram a sentiência dos animais ocorre livremente em várias partes do mundo. A sentiência, em linhas gerais, é a capacidade de sentir. Uma definição mais abrangente pode ser encontrada no site da ANDA (Agência de Notícias de Direitos Animais):

“A sentiência é a capacidade de ser afetado positiva ou negativamente. É a capacidade de ter experiências. Não é a mera capacidade para perceber um estímulo ou reagir a uma dada ação, como no caso de uma máquina que desempenha certas funções quando pressionamos um botão. A sentiência, ou a capacidade para sentir, é algo diferente, isto é, a capacidade de receber e reagir a um estímulo de forma consciente, experimentando-o a partir de dentro” (ANDA, 2016)⁸⁵.

⁸⁵ <http://www.anda.jor.br/25/10/2016/senciencia-animal>

Dessa forma, a senciência é a pedra fundamental para a argumentação ética em prol dos animais. Moraes (2009) ressalta que a luta pela libertação animal ganha força na década de 1970, na Europa e, posteriormente, no resto do mundo. Ela destaca duas principais formas de ativismo: a ação direta e a ação de conscientização. Na forma de ação direta, Moraes informa que as principais diretrizes são: “1. libertar animais em situação de abuso; 2. promover danos econômicos a quem lucra com a exploração animal. 3. revelar as atrocidades cometidas contra os animais. 4. não ferir animal algum, humano ou não-humano”.

Essa é a forma de ação da ALF (*Animal Liberation Front*), um dos principais “grupos de ativistas” dos direitos dos animais com atuação em diversos países⁸⁶. Nas ações de conscientização, a autora destaca a “divulgação do vegetarianismo e promoção de protestos contra a exploração animal” com o objetivo de abolir o especismo. Ela argumenta que os ativistas que lutam pelo abolicionismo animal não priorizam a capacidade de raciocínio nas outras espécies, mas sim de sentir e interagir com o meio em que vivem, “características que constituem a senciência inerente à todos os animais, humanos ou não”.

Podemos observar que nos últimos anos, ambas as formas de ação vêm se expandindo. O Caso Royal, abordado anteriormente neste trabalho, ilustra bem a ação direta, já que consistiu justamente em retirar animais que sofriam prováveis maus tratos do instituto de pesquisa. No que se refere à ação de conscientização, podemos ter certeza que a internet e a web 2.0 se tornaram excelentes meios de propagar a luta pela abolição animal, haja visto a imensa quantidade de websites, canais no Youtube, fanpages, grupos e perfis pessoais no Facebook, Twitter, Instagram, entre outros, que fazem ciberativismo em prol do veganismo diariamente.

Nesse momento, duas perguntas se fazem necessárias! Em primeiro lugar, poderia o veganismo ser considerado um novo movimento social, que vem crescendo e usufruindo da facilidade, baixo custo e potencial de divulgação trazidos pela web 2.0, assim como o feminismo, a luta contra o racismo, a luta contra a homofobia e outros movimentos libertários? Um segundo questionamento se faz igualmente necessário, o ciberativismo realizado através das redes sociais realmente funciona? Estariam esse ciberativistas contribuindo

⁸⁶ O ALF é um coletivo com estrutura similar ao Anonymous.

para que, através da desconstrução cultural e combate a antigos hábitos, novas configurações subjetivas estejam emergindo? Passemos então a uma discussão sobre essas questões!

4.2.2 Veganismo: um novo movimento social?

Valença, Carbonai e Colvero (2014), entendem o veganismo como um movimento social. Para os autores o “veganismo propõe uma total quebra com os valores socialmente instituídos sobre o consumo e socialização dos animais como mercadoria”. Dessa forma, as pessoas que aderem ao veganismo acabam por combater o próprio sistema de construções sociais no qual estão inseridas. Isto se dá através de um posicionamento político contra aquilo que é instituído como normal ou aceitável. Os autores identificam a tática do boicote a produtos com insumos animais, praticada por todos os veganos, como uma ação coletiva. O boicote seria uma forma de resistência ao sistema, sem o uso de violência. Desse modo, a ação coletiva de boicote por parte do grupo vegano, torna-se uma prática política, uma expressão de participação política.

Além disso, os autores apontam outras características que poderiam identificar o veganismo como movimento social. Para isso recorrem a Sell (2006), que argumenta sobre a “teoria dos novos movimentos sociais”, afirmando que os movimentos sociais atuais trabalham na busca por uma modificação na estrutura da sociedade, através da construção de uma identidade de grupo, reivindicação de interesses e de luta por mudanças culturais de forma antiinstitucional. Com base nisso, Valença, Carbonai e Colvero (2014) afirmam que este pensamento:

“[...] vai de encontro exatamente com a proposta do veganismo, que: possui caráter antiinstitucional; a defesa de uma identidade específica; e buscam mudar a estrutura da sociedade, já que a forma como a sociedade vê os animais sencientes não humanos é especista e esse pensamento ser mudado é ponto de partida das ações do veganismo em prol da defesa dos animais, isso muda toda uma questão do significado que a carne representa simbolicamente” (Valença, Carbonai e Colvero, 2014).

Nesse contexto, assim como o movimento feminista, o movimento contra racismo e homofobia e o movimento ambiental, o veganismo, configura-se como uma luta contra a opressão de outros seres. Através da ideologia que combate o especismo, está a busca por novos valores e mudanças concretas na cultura e

sociedade, isto é, o veganismo busca “mais do que direitos, mas uma renovação cultural, pela mudança no pensamento especista no caso vegan, transformando os valores e estrutura da sociedade (Mattos, Carbonai e Colvero, 2014) ”, assim como outros “novos movimentos sociais”.

Antonia Marcia Artico afirma que os “movimentos sociais quase sempre estão dispostos a mudar a realidade hegemônica e, diante da realidade digital atual, contam com novos atores: os ciberativistas” (Artico, 2015 pp. 67-68). Essa autora vai discorrer sobre veganismo como um movimento social contra-hegemônico, isto é, que luta contra a hegemonia estatal e corporativa, ao combater a exploração de animais não humanos para fins de consumo humano. Como forma de pensamento hegemônico em nosso cotidiano, nos deparamos justamente com o especismo, ou seja, a crença de que outras espécies podem, e devem ser dominadas por humanos para fins de alimentação, vestuário, entretenimento e outros. Isto posto, sabemos que o veganismo irá atuar justamente na direção contrária desse pensamento hegemônico, através de várias formas de ativismo.

“A contra-hegemonia seria um comportamento crítico por parte dos movimentos sociais que vão em direções opostas às dos poderes dominantes, sendo esse comportamento inerente ao movimento abolicionista vegano” (Artico, 2015, p. 106).

Como uma forma das formas de comportamento crítico e atuação contra-hegemônica, (Artico, 2015), ela ressalta os boicotes praticados pelos veganos. Como já mencionado anteriormente, os boicotes são feitos a produtos que contenham ingredientes de origem animal e que sejam testados em animais, além de atividades que envolvam, aprisionamento e/ou sofrimento animal, como zoológicos e rodeios, por exemplo. Artico também destaca as ações diretas, como as promovidas pela ALF ao libertar animais aprisionados, como uma forma de atuação contra-hegemônica. Esse tipo de intervenção acaba por desafiar o pensamento hegemônico difundido pelas grandes corporações, de que outras espécies de animais podem ser utilizadas para fins de testes e pesquisas em prol do benefício humano. Por fim, Artico destaca as ações ativistas de organizar e divulgar manifestações, palestras, cursos e eventos com a temática do veganismo, bem como a divulgação via redes sociais de informações sobre a causa, divulgação de produtos, receitas, artigos científicos, acontecimentos relacionados

a avanços nas leis em prol de animais, entre outros como características do veganismo como movimento social contra hegemônico:

“As ações diretas, a desobediência civil, o boicote e tantas outras formas de ativismo abolicionista vegano são eventos bastante pluralizados e dotados de um comportamento crítico, uma vez que buscam questionar paradigmas de uma sociedade, incitando-a a um debate acerca das questões que os move. Essa conduta do movimento vegano o torna um movimento social contra hegemônico dotado de demandas próprias e diversas, que, em alguns momentos, são dirigidas somente à sociedade, em outros, somente às empresas privadas ou ao poder público nas suas várias esferas de atuação. Por ser um movimento social bastante diversificado em suas reivindicações, o veganismo abolicionista conta com uma gama extensa de estratégias de comunicação no intuito de se fazer enxergar” (Artico, 2015, p. 113).

Artico (2014, 2015) e Duarte & Collaço (2016) destacam ainda o papel fundamental que a Internet, as redes sociais e, mais especificamente, os grupos de Facebook desempenham na propagação e ciberativismo do movimento vegano, e consequentemente na atuação contra hegemônica.

4.2.3 Veganismo: práticas ciberativistas

Até aqui discutimos algumas ações e práticas ciberativistas que tiveram grande repercussão no Brasil, alguns conceitos, ações e propostas básicas do veganismo e a classificação deste como um movimento social de resistência, ou contra hegemônico. Como vimos, as principais táticas do ativismo vegano como o boicote, as ações diretas e as ações de conscientização são amplamente utilizadas com o objetivo de conseguir a libertação animal e encontram um “terreno” fértil e abundante na internet e nas redes sociais.

Podemos começar nossa análise destacando apenas alguns, entre inúmeros, websites ligados à libertação animal e ao veganismo:

1. Agência de Notícias de Direitos Animais (<http://www.anda.jor.br/>) - apresentando-se como o maior portal de notícias sobre animais no mundo, a ANDA tem como missão inspirar um relacionamento ético entre humanos e demais animais e ressalta como valores a compaixão, sustentabilidade, direito dos animais e veganismo, entre outros. No portal, é possível encontrar artigos com notícias da causa animal de várias partes do mundo, notícias sobre leis e conquistas nesta área,

entrevistas sobre veganismo, divulgação de eventos, chamada para assinatura em petições ou votações sobre temas ligados à causa animal, entre outros recursos disponibilizados no site.

2. Vista-se (<https://vista-se.com.br/>) – apresentando como o maior portal vegano do Brasil, no Vista-se encontramos diversas notícias ligadas ao veganismo, artigos e entrevistas sobre o mesmo tema, receitas, loja de produtos veganos, disponibilização on-line de livros e filmes sobre a causa. Além disso, Fábio Chaves, o fundador do portal, faz transmissões ao vivo, abertura de fórum através de chat no portal e chamadas para o ativismo sempre que surge algum caso grave envolvendo animais.
3. Presunto Vegetariano (<http://presuntovegetariano.com.br/>) – um dos blogs de receitas veganas mais acessados e presente em várias outras redes sociais (como Facebook, Twitter, Instagram, Youtube e Google +).

Cada um à sua maneira, estes três sites fazem ciberativismo através de seus endereços HTTP e de redes sociais como o Facebook, Youtube e Twitter. Seja ao divulgar notícias de conquistas na causa, publicar entrevistas sobre temas ligados ao veganismo ou disponibilizar receitas veganas, eles estão lutando em prol do abolicionismo animal, utilizando-se majoritariamente de ações de conscientização para fazer com que a informação chegue a mais pessoas e essas possam refletir sobre suas formas de interagir com os animais e o mundo. Assim como estes, existem outros sites, páginas, canais e perfis que propagam o veganismo fazendo ciberativismo.

Algumas fanpages do Facebook, com destaque em ativismo são as dos próprios sites descritos acima, além das já mencionadas anteriormente neste trabalho, *O Holocausto Animal* e *Jota Caballero*. Este último também disponibiliza um canal no Youtube, onde fala sobre a causa animal⁸⁷:

No Youtube destaco ainda mais dois canais de ativismo. Através da culinária, temos, o canal *Viewganias* e relacionado a cosméticos e estética veganas,

⁸⁷ <https://www.facebook.com/pelofimdoespecismo/?fref=ts>
<https://www.facebook.com/ativistajotacaballero/?fref=ts>
<https://www.youtube.com/channel/UCd2IFmKNu9uj9lSen3yu3Dw>

o *Maquiando sem Crueldade*⁸⁸. Uma observação simples nos mostra que essas *fanpages* e canais mantêm alta interatividade com seus seguidores, debatendo e trocando ideias ao longo das publicações, como em uma relação entre amigos.

Em sua maioria, o ciberativismo realizado nestes locais virtuais têm por objetivo ações de conscientização, como informar e trazer mais simpatizantes para a causa. O portal Vista-se, por exemplo, disponibiliza para que se assista gratuitamente documentários como “Terráqueos” (“Earthlings”, 2005), Blackfish (2013), “Cowspiracy: o segredo da sustentabilidade” (2014), além dos nacionais “A carne é fraca” (2005) e “A engrenagem” (2012), produzidos pelo Instituto Nina Rosa⁸⁹.



Figura 13 - Exemplo de ciberativismo com grande circulação nas redes sociais

⁸⁸ https://www.youtube.com/channel/UCc9M8_pF78tYblW8nMHXUqg

<https://www.youtube.com/user/maquiandosemcrudad>

⁸⁹ <http://www.institutoninarosa.org.br/site/>



4 COISAS QUE ACONTECEM COM OS ANIMAIS QUANDO VOCÊ BEBE LEITE.

- 1. VACAS ESTUPRADAS**
As vacas são inseminadas artificialmente de forma sistemática para estarem sempre grávidas, assim, produzem mais leite.
- 2. BEBÊS MORTOS**
Os filhotes que nascem machos não têm valor comercial na indústria do leite, por isso, são mortos assim que nascem ou criados para **carne de vitela**.
- 3. VIDA MISERÁVEL E SOFRIMENTO**
Pela produção anormal de leite que a indústria exige, as vacas recebem hormônios e sofrem de mastite, uma **inflamação mamária** que causa muita dor e deixa rastros de **pus no leite** que é vendido.
- 4. VACAS MORTAS**
Ao contrário do que muita gente pensa, todas as vacas exploradas para o leite são mortas no fim. **Não existe asilo de animais na indústria.** A carne delas é considerada de segunda e geralmente é utilizada em hambúrgueres e outros embutidos.

Isso vale também para queijos, iogurtes e derivados.

**NÃO TOME LEITE.
TOME UMA ATITUDE.**
WWW.SEJAVEGANO.COM.BR

Figura 14 - Exemplo de ação de conscientização utilizada no ciberativismo

Já nos grupos do Facebook, e mais recentemente do Whatsapp, é possível observar o desenrolar de ações de conscientização e de ação direta com frequência. Um dos maiores grupos, intitulado simplesmente de Veganismo, contava em 2016 com quase 50 mil membros. Existem centenas de grupos de Facebook ligados ao veganismo no Brasil. Alguns dos mais movimentados são Ogros Veganos (direcionado a alimentação), Ogros Vegans (alimentação, dúvidas e discussões sobre veganismo em geral), Trolls Veganos (humor e ativismo), Troll Ajuda (grupo criado para ajudar pessoas na transição para o veganismo), Junk Food Vegan (investigação de produtos veganos), entre muitos outros. Nesses grupos, os membros publicam dúvidas, debatem aspectos do veganismo, divulgam eventos veganos, publicam receitas, compartilham os links com matérias dos sites de notícias e discutem ações de ativismo presencial e no ciberespaço. Duarte & Collaço (2016), acrescentam que esses grupos reforçam os laços de convivência e união entre veganos:

“No ambiente digital, os ativistas são livres para manifestarem suas opiniões e divulgar sua forma de vida. Há diversos grupos de veganos e vegetarianos, alguns reúnem pessoas de todo Brasil, mas há também os grupos por cidades, principalmente as capitais. Embora, esses integrantes se reúnam em suas respectivas cidades, de tempos em tempos, no ciberespaço eles constroem um

laço mais forte, se comunicam muitas vezes por semana ou por dia. E há os grupos no WhatsApp, em que eles conversam o tempo todo, estão em interação constante. Essas ações causam um fortalecimento da identidade desses personagens, conseqüentemente um fortalecimento da comunidade vegana” (Duarte & Colaço, 2016, p. 13).

Um exemplo de ação que sai das redes sociais para as ruas é relatado por Artico (2014), a respeito da iniciativa “Sopão Vegano 2013”. Após terem participado de uma iniciativa maior, com outros grupos de pessoas, no ano de 2012, o grupo de estudantes da USP que distribuiu sopão vegano para pessoas em situação de rua decidiu repetir a ação de forma independente. Os estudantes envolvidos na ação faziam parte do grupo no Facebook, intitulado VEGANUSP – Veganos e Vegetarianos da Universidade de São Paulo. Eles criaram então um grupo específico para a ação, com o objetivo de incluir outras pessoas, captar doações, organizar o preparo e distribuição das refeições, envolvendo direta e indiretamente mais de 500 pessoas e configurando o que Artico chamou de autonomia social. Ela destaca essa ação como um movimento contra hegemônico, no qual os próprios envolvidos se unem, sem intervenção ou ajuda estatal ou institucional, para resolver um problema emergencial (neste caso, a fome), formando um grupo sem hierarquia e marcado pela horizontalidade de participação. A utilização dos recursos como grupos e eventos disponíveis no Facebook é fundamental para esse tipo de ação, pois permite a comunicação de forma descentralizada e a participação horizontalizada:

“A rede social facebook foi utilizada para disseminar a ideia do sopão vegano e convocação de todas as pessoas interessadas em participar e isso se deu por meio de um evento criado nesta rede. Por intermédio da ferramenta „eventos” no facebook, as pessoas foram chamadas a participar da maneira que pudessem ou acreditassem ser a melhor. O grupo trocou ideias, experiências e promoveu a inclusão de pessoas veganas e não veganas no evento e assim chegou-se à conclusão da ação. É uma estratégia de atuação bastante simples, onde o meio principal para que ela existe é a internet e o acesso a rede social facebook. Especificamente, essa estratégia consistiu em unir voluntários para atuar em prol do sopão e tendo como pano de fundo o veganismo” (Artico, 2014).

A autora ressalta ainda que esta ação levou a criação de um coletivo para ações permanentes no sentido de alimentar pessoas em situação de rua. A publicação em sites como o Vista-se e ANDA, entre outros, deu ainda mais visibilidade à ação. Com o objetivo de traçar um paralelo entre movimentos sociais contra hegemônicos, veganismo e ciberativismo, ela ressalta:

“Essa visibilidade que veio por intermédio do ativismo na rede social facebook, vai fortalecendo a ação – e agora, coletivo - e contribuindo, principalmente, para divulgação do veganismo enquanto uma alternativa possível para diminuir a fome no mundo, visto que os alimentos de fontes vegetais conseguem suprir as necessidades de nutrientes do corpo humano” (Artico, 2015).

Duarte e Collaço (2016), endossam o pensamento de que o ativismo, online e off-line, vem fazendo com que o movimento ganhe força, se expanda e aumente suas ações. Elas explicam que a luta presencial por mudanças na legislação sobre direitos animais (vários ativistas participam de votações nas câmaras, assembleias e Senado, pressionando, vereadores, deputados e senadores), o apelo pelo menor consumo de carne através de atos, manifestações e campanhas em revistas, ônibus, outdoors aliado a programas como a “Segunda sem carne” da SBV⁹⁰ e os próprios programas “solidários de distribuição de comida vegana para pessoas em situação de rua”, como o descrito acima, ajudam a difundir e popularizar o veganismo.

Já no espaço online, elas destacam a formação de uma “rede de solidariedade” que divulga a ideologia vegana e ajuda pessoas simpatizantes da causa e em transição para o veganismo, através da divulgação de listas de produtos e empresas veganos (o grupo Troll Ajuda, entre outros, possui uma lista constantemente atualizada), divulgação de filmes, artigos, documentários, palestras, feiras e demais eventos. Vários festivais e feiras veganas importantes são divulgados, principalmente, através de eventos no Facebook e compartilhamento nos grupos veganos e perfis pessoais de seus membros. Esse é o caso do Veg Borá, no Rio de Janeiro⁹¹, que reúne diversos empreendedores veganos do ramo alimentício, de cosméticos, produtos de higiene pessoal e etc. O evento é mensal, acontece em um bairro diferente da cidade em cada edição e destina parte do lucro das vendas de produtos à doação para Ongs e santuários de animais.

⁹⁰ A proposta da Campanha Segunda Sem Carne é, que se retire as carnes da alimentação às segundas para reduzir e conscientizar sobre os impactos gerados pelo consumo de carne (para os animais, a saúde humana e o meio ambiente). A campanha existe em 35 países e ocorre no Brasil desde 2009 com parceria entre a Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB) e diversas prefeituras do Brasil. <http://www.segundasemcarne.com.br/>

⁹¹ Fan page <https://www.facebook.com/Vegborarj/?fref=ts> e exemplo de evento <https://www.facebook.com/events/102517530255283/>

Entre as principais ações diretas e de conscientização que ocorrem dentro destes grupos podemos destacar algumas modalidades já abordadas, como o boicote a produtos e marcas, a divulgação de informações referentes ao veganismo em geral (produtos, receitas, notícias, avanços nas leis, denúncias), divulgação de eventos, o conclave para ativismo presencial (como ocorreu no Caso Royal e no Caso do Rodoanel) e o conclave para ciberativismo. Além disso, o ciberativismo também se faz presentes em ações como:

1. O compartilhamento em massa de um link ou imagem (como a chamada para votar contra o rodeio e vaquejada). Soma-se a isso pedidos de envio de mensagens e e-mails (bem como a divulgação destes) para deputados, senadores ou quem seja o alvo da ação.
2. A invasão de post com mensagens ativistas (no mesmo caso contra a vaquejada e rodeio como patrimônio cultural, foi levantada a ação #vetatemer, em que ciberativistas lotaram as publicações oficiais do então presidente da república com mensagens contra a aprovação do PL e utilizando a citada hashtag).
3. A negatificação de uma fanpage que esteja desafiando os pressupostos abolicionistas. Isso ocorreu, por exemplo, em 2015 quando a rede de lanches Subway (frequentada por veganos pois oferece alguns lanches sem insumos animais), publicou em sua fanpage uma propaganda de humor com bacon na mesma época do acidente com as porquinhas do Rodoanel. Imediatamente, centenas de ciberativistas deixaram mensagens contra a publicação e começaram a qualificar a página com uma estrela. As *fanpages* do Facebook têm qualificação de 1 a 5 estrelas. Este tipo de ação visa diminuir a cotação da página podendo ameaçar o consumo de produtos e serviços.
4. A troca de imagem de perfil e de capa como forma de protesto ou de chamar atenção para algum acontecimento ou luta da causa. Na época do acidente do Rodoanel, como citado anteriormente, vários ciberativistas trocaram suas fotos pela imagem “libera os 22”, referindo-se ao frigorífico Rajá, que insistiu em manter 22 dos animais acidentados em seu interior para fins de abate.
5. A chamada para ações presenciais. Novamente, serve como exemplo a luta contra o PL que visava tornar a vaquejada e rodeios patrimônios

culturais imateriais. Além de todas as ações ciberativistas, ocorreram protestos presenciais em diversas cidades do Brasil.

Um dos aspectos frequentemente discutidos nos grupos veganos são os boicotes. Existem, inclusive, grupos como o SAC Vegano e Junk Food Vegan, direcionados a pesquisar e divulgar listagens e respostas do serviço de atendimento ao consumidor para que todos tomem conhecimento dos produtos “liberados”. Como no Brasil, existem ainda poucas empresas 100% veganas, em muitos casos, os veganos acabam por consumir produtos vegetarianos estritos disponibilizados por empresas que não fazem testes em animais, mas comercializam outras linhas de produtos com insumos animais. No caso de empresas envolvidas com testes disponibilizando produtos “veganos”, estes tendem a ser boicotados, embora suscitem alguma discussão no interior dos grupos, como voltaremos a ver adiante. Em 2016, foi possível observar, em diversos grupos, o conclave para o boicote dos produtos Phebo/ Granado após a venda de uma parte dos lucros da referida empresa para uma estrangeira acusada de fazer testes em animais. Outra discussão acalorada sobre boicote deu-se em relação a maionese “vegana”, lançada pela empresa Hellmann’s nos Estados Unidos. Apesar do produto ser vegetariano estrito, é fabricado por uma empresa que está ligada a testes em animais, para uma grande parte dos veganos, isso impossibilita totalmente a utilização do produto pelos abolicionistas.

“No Facebook, os veganos dispõem de dezenas de páginas de orientações de consumo que funcionam como SAC (Sistema de Atendimento ao Consumidor), produtos de alimentação, vestuário, calçados, vitaminas e cosméticos, essas páginas servem como guia para juntar as informações colhidas a respeito das empresas. A exemplo do site People for the Ethical Treatment of Animals (PETA), no Brasil temos o Projeto Esperança Animal (PEA) que disponibiliza uma lista das empresas que testam e as que não testam em animais, porém para os veganos essas informações não são suficientes, pois além de não testar em animais, não pode conter nenhum ingrediente de origem animal na formulação do produto, assim como não patrocinar a exploração animal. Exemplificando, uma empresa que tem um frigorífico e resolve fazer um produto vegano (uma empresa de salsicha resolve lançar uma salsicha vegana), eles irão boicotar, pois a empresa promove sofrimento animal, não basta lançar um produto que tecnicamente não tem ingredientes de origem animal. No Brasil temos um caso emblemático que é das empresas de cerveja, todas em teoria não possuem ingredientes de origem animal, mas todas as empresas brasileiras de cerveja financiam rodeios, portanto, todas estão na lista negra. Esses grupos no Facebook servem como uma rede de solidariedade para reunir essas informações, pois é bem trabalhoso, então cada membro escreve e pesquisa sobre alguma empresa e eles reúnem todas as

informações nas comunidades, para ao final, chegar a conclusão se é ou não cruelty free” (Duarte & Collaço, 2016, p. 7).

Algumas ações diretas como intervenções em caso de maus tratos e abatedouros irregulares também podem ser iniciadas nos grupos. Um caso emblemático para a causa em 2016 foi o dos Bois de Forquilha⁹², no qual 60 bovinos foram abandonados em São José, Santa Catarina. O caso foi noticiado em mídias tradicionais e digitais. Durante as negociações para o resgate, alguns animais pereceram e apenas 39 foram resgatados. Os envolvidos diretamente neste caso utilizaram alguns grupos para discutir possibilidades, ações e pedir doações para os animais. Uma fanpage foi criada no Facebook e uma arrecadação de doações financeiras foi iniciada no site de *crowdfunding* Vakinha.com.br.

Vale ressaltar que, diferindo das ações do coletivo ALF (Animal Liberation Front, ou Frente de Libertação Animal), as ações diretas envolvendo ciberativistas veganos membros de grupos no Facebook do Brasil são acompanhadas e negociadas por advogados, políticos e ativistas da causa animal tal qual ocorreu nas negociações com o frigorífico Rajá e no caso dos bois de Forquilha. Cabe diferenciar o tipo de ação pois nas que se iniciam nos grupos, tudo é feito com base na lei. Já o ALF é um coletivo composto por células e grupos independentes de pessoas, similar ao Anonymous, que realiza ações não violentas, mas que podem sofrer sanções legais já que, diversas vezes incluem a invasão e retirada de animais, documentos e dados. Artico (2015) afirma que:

“[...] a ALF frequentemente é classificada por governos e indústrias de muitos países como uma organização terrorista, equiparando-a, inclusive, a algumas bastantes conhecidas, como a al-Qaeda. Isso acontece porque a ALF surgiu há aproximadamente quarenta anos na Europa, e atua em prol da defesa dos direitos animais. Não há uma estrutura hierárquica, sua proposta é atuar por meio de células espalhadas ao redor do mundo, que ajam de forma clandestina e autônoma. Qualquer pessoa pode se tornar um ativista da ALF, desde que siga os preceitos propostos [...] as investidas da ALF costumam causar enormes estragos financeiros aos locais de onde os animais são retirados. Na ação direta, diferentemente da desobediência civil e do boicote, os manifestantes estão sujeitos a sofrer severas sanções legais. Muitos ativistas acabam encarcerados por longos anos. Por esse motivo, é necessário que os ativistas da ALF tomem uma série de cuidados antes de agir” (Artico, 2015).

Para evitar desfechos como processo ou aprisionamento e ações que possam prejudicar os animais envolvidos, os ciberativistas dos grupos de

⁹² Fanpage no Facebook <https://www.facebook.com/boisdeforquilhas/?fref=ts>

Facebook no Brasil, costumam primeiramente, denunciar uma situação irregular (por exemplo, um abatedouro clandestino) trazendo-a para discussão no grupo. Dessa forma são discutidos fatores legais que envolvem a situação, formas possíveis de intervenção, como proceder com denúncia formal, pedido de voluntários para auxílio nos procedimentos burocráticos, articulação para o resgate dos animais envolvidos, pedido de lares temporários para os animais, organização para captação de recursos e, nos casos necessários, chamada para ciberativismo como forma de pressionar instituições e autoridades na resolução do caso. Outras formas de ação discutidas nos grupos são as intervenções urbanas com objetivo de conscientização, a distribuição de alimentos veganos para pessoas em situação de rua, a convocação e organização de protestos ou manifestações em instituições do Estado, entre outras possibilidades.



Figura 15 - Exemplo de manifestação no veganismo⁹³

É claro que a convivência nesses grupos nem sempre é pacífica e existem vários pontos de divergência entre os membros de diversos grupos. A proposta de interseccionalidade no veganismo é uma das pautas de maior conflito e acabou, inclusive, por gerar uma grande cisão entre os maiores grupos veganos no Facebook no ano de 2015.

O termo, muito utilizado no feminismo, refere-se “à intersecção entre diversas opressões: de gênero, raça e classe social” (Anunciada, 2015). Dentro do veganismo, a discussão está relacionada principalmente ao fato dos veganos

⁹³ Foto de <http://www.anda.jor.br/01/11/2012/ativistas-fazem-protesto-silencioso-no-dia-mundial-do-veganismo>

interseccionais rejeitarem o uso de analogias entre o especismo, o feminismo e o racismo e exigirem “recortes sociais em todos os casos de especismo” (Prava, 2015). Um exemplo disso é a discussão sobre sacrifícios rituais para fins religiosos. Enquanto uma boa parte dos veganos luta abertamente pelo fim dos sacrifícios focando exclusivamente no direito dos animais, os veganos interseccionais, ou veganos sociais, explicam que é necessário fazer um recorte social para que não se incorra em preconceito contra as religiões de matriz africana.

Prava (2015) explica que essa diferença de pensamento ocorre no âmbito da estratégia utilizada no ativismo vegano em comparar o especismo com as opressões humanas, como na utilização dos termos holocausto animal e escravidão animal. Para ele “o veganismo é abolicionista e interseccional na sua origem pois é a favor de toda libertação animal, os humanos são animais também, portanto todo vegano deve se dispor a combater todas opressões independente de espécie”.

Dessa forma, os veganos interseccionais acreditam que as comparações entre opressão animal e humana podem ser ofensivas aos humanos historicamente oprimidos e causar rejeição imediata à ideia do veganismo. Na outra vertente, os veganos abolicionistas, acreditam que essas analogias facilitam o desenvolvimento da empatia pelo sofrimento animal. Ao se colocar no lugar do outro, por exemplo, no que se refere à escravidão, que foi socialmente aceita durante séculos, as pessoas podem desenvolver maior compaixão e posicionamento ético em relação aos animais.

“Ser oprimido não dá de forma alguma o direito de oprimir e isto ocorre muitas vezes no discurso interseccional” (Parva, 2015). Este é o discurso mais comumente utilizado pelos abolicionistas, que entendem que o veganismo é a única causa em que os animais são os protagonistas e assim deve continuar. Desse modo, eles acusam os interseccionais de acreditarem que é preciso resolver primeiramente as opressões humanas para, posteriormente, libertar os animais. No outro extremo, os interseccionais os acusam de elitistas pois ignoram os recortes sociais de classe, gênero, etnia.

Essa discussão foi responsável pelo desentendimento e cisão de dois dos grupos de Facebook com maior número de participantes e alta movimentação de publicações: Veganismo e Trolls Veganos, e em consequência disso foram criados

os grupos Veganismo Social e Veganismo de Verdade para acolher separadamente as discussões dos interseccionais e dos abolicionistas. Os grupos acabam mantendo ligação por conta de membros que fazem parte de vários deles. A discussão ideológica se manteve constante nos anos de 2015 e 2016 a respeito de vários temas dentro do veganismo, suscitando muitas reflexões e debates acalorados entre os membros de diversos grupos.



Figura 16 - Meme satirizando as relações nos grupos veganos

Existem outros temas e comportamentos que são alvos de discussão e atrito dentro dos grupos com certa frequência. Uma das críticas é feita ao que os veganos chamam de “protetores de cães e gatos”, já que ainda são considerados especistas por consumirem carne de outros animais, mas atuam no resgate e reabilitação de cães, gatos, e eventualmente, alguns outros animais como cavalos, pássaros e etc. Não raro, eventos para arrecadação financeira em prol de cães e gatos resgatados envolvem a venda de churrasco, galinhada e outros pratos que incluem animais no cardápio. Para os veganos, o veganismo é o único movimento que protege todos os animais sem distinção de espécie, os protetores de animais no sentido estrito.



Figura 17 - Exemplo de ciberativismo contra o especismo

Outra questão comumente discutida são os ovolactovegetarianos. Para os veganos, apenas cortar as carnes de animais do prato não é suficiente, visto que a indústria de produção de ovos e leite é tão cruel quanto a do abate e tudo que é produzido por vacas, galinhas e abelhas não é visto como necessário para alimentação humana. Desse modo, há também um forte ciberativismo no sentido de impulsionar essas pessoas em sua transição para o veganismo. Nos grupos do Facebook, a expressão “cada um tem seu tempo”, referindo-se ao tempo pessoal de cada um para atingir o veganismo, costuma ser devolvida com a expressão “os animais não podem esperar”. Assim, há uma forte pressão para que a transição não seja muito extensa, mas há também a solidariedade dos membros em auxiliar essa transição fornecendo receitas, informações sobre produtos, informações sobre estabelecimentos veganos e todo o necessário para acolher os que estão em transição.

Durante participação e observação realizada nos grupos e páginas ciberativistas veganos nos anos de 2015 e 2016, foi possível perceber que existem vários desentendimentos do ponto de vista ideológico e prático no dia a dia do vegano. Além das citadas acima, existem ainda divergências sobre: 1. marcas a serem boicotadas, 2. sobre o consumo ou não de alimentos que possam conter traços de leite, ovos e derivados – os traços podem ser encontrados por conta de alimentos diferentes serem processados nas mesmas máquinas mesmo após

lavagem, os traços não são ingredientes e por isso não geram demanda, 3. sobre veganismo x naturebismo - uma corrente de veganos acredita que é necessário excluir produtos industrializados, em geral, por questões de saúde enquanto boa parte dos veganos brada que veganismo é pelos animais e não pela saúde, 4. sobre o uso de medicamentos e vacinas, já que vários desses têm ovos e leite em sua composição e vários outros temas que vão se construindo nas discussões e reflexões dos membros desses grupos.

Apesar de todas as possíveis divergências, é extremamente necessário ressaltar que, em momentos de acontecimentos extremos que requerem ações para salvar animais, todas essas diferenças são imediatamente abandonadas e todos se unem em prol da causa em um trabalho conjunto de resgate, acolhimento, doações, ciberativismo e tudo que for necessário para a libertação animal.

Vivenciar o cotidiano dos grupos veganos no Facebook, observando ou participando das mais diversas discussões, nos leva a um exercício de autorreflexão sobre nossas próprias formas de perceber, lidar com e ser no mundo. É possível observar vários processos de desconstrução cultural no tocante a uma ruptura com hábitos de consumos já introjetados em nossa configuração subjetiva. O ciberativismo nos grupos veganos conduz a uma transformação na percepção da realidade por trás dos discursos tradicionais e das propagandas de TV. Questionar e refletir sobre o sistema, desenvolver empatia, respeito e um posicionamento ético em relação aos animais e “veganizar-se” são as palavras de ordem do veganismo.

4.2.4

Veganismo: o emergir de uma nova consciência

Até aqui pudemos entender o veganismo como um novo movimento social contra hegemônico que rompe com padrões sociais, culturais e até mesmo pessoais, na busca pelo abolicionismo ou libertação animal. A ruptura com a ordem antes estabelecida, vai acontecendo na proporção em que mais informações sobre os maus tratos envolvidos na exploração animal e diversas formas de abuso cometidos pelo ser humano vão ficando mais claras. Desde meados da década de 2000, isso ocorre principalmente através do ciberativismo. O veganismo é um movimento com alto engajamento político e ativista na defesa dos direitos dos animais e vem despertando curiosidade, debates, conquistando novos

simpatizantes e trazendo mudanças relativas ao consumo, transformações nos modos de ver e se relacionar com o mundo e até nos modos de ser/estar no mundo:

“Suas práticas, valores e vivências estão amparados por uma moralidade ética que concerne também a escolha alimentar. Mas, suas escolhas ultrapassam a alimentação e começam a dar novos sentidos ao seu ser-no-mundo e a partir daí sua identidade é reformulada e passa-se a adotar relações sociais e culturais em torno desta filosofia” (Duarte & Collaço, 2016, p. 3).

Em linha similar de pensamento, Trigueiro (2013) considera que o veganismo já surge como um tipo de ativismo em rede, que através do ato do consumo - ou da falta dele, se nos lembramos dos boicotes - passa a ser um modo de reflexão e de construção identitária. A autora acredita que o veganismo favorece uma prática de consumo reflexivo:

“[...] principalmente quando são analisados os interesses e as ações que o produzem: a) uma avaliação crítica da relação humanidade-animidade na atualidade; b) uma mobilização política, sob a forma de ativismo, que incorpora novos processos de subjetivação e redefinição de estilos de vida e consumo, e, por fim, c) um posicionamento ético que busca repensar as formas segundo as quais devemos viver” (Trigueiro, 2016, p. 238).

Desse modo, ela argumenta que o veganismo seria um tipo de política de vida já que, além de levantar questionamento éticos, como o da senciência animal, leva os que aderem à causa a refletir e mudar o “estilo de vida e percepção do mundo”. Ela explica que a preocupação com as questões éticas, o controle do consumo e a transformação da própria filosofia de vida configuram um engajamento político que contribui para a produção de um eu reflexivo e novos arranjos identitários, configurando processos de subjetivação, “não necessariamente atrelados às identidades coletivas tradicionais (partidos, sindicatos, etc.), mas voltados para as formas atuais de individuação, preocupações com o corpo, a saúde e os posicionamentos éticos” (Trigueiro, 2013 p. 250)”. Nesse sentido, ela ressalta que todo o processo de transição para o veganismo inclui um minucioso trabalho de busca por informações sobre produtos e demais atividades para excluir e boicotar as que estejam ligadas à exploração animal:

“Diante disso, a construção de um estilo de vida vegano exige daqueles engajados nesse movimento um constante monitoramento de suas ações e de suas práticas,

principalmente no que concerne ao consumo de alimentos, roupas e produtos de um modo geral. Isto significa que para transmutar os postulados éticos em prática cotidiana é exigido um alto grau de atenção e de reflexividade por parte dos sujeitos com relação aos seus modos de interação com e no mundo” (Trigueiro, 2013, p. 251).

Esse monitoramento sobre produtos e práticas é feito, principalmente, a partir das informações disponibilizadas nos sites, blogs e redes sociais confirmando que as novas tecnologias de informação são uma parte importante do movimento vegano. A importância do ciberativismo para a expansão do veganismo e as mudanças de ordem subjetivas apontadas pelas autoras acima pode ser verificada em vários relatos do livro *“Voz Veg: o depoimento de 100 pessoas em busca da libertação animal”*, organizado pela jornalista e ativista Vanessa Stelzer, em 2016⁹⁴.

O livro é uma coletânea de 100 depoimentos de veganos e vegetarianos, sobre como e porque optaram por essa mudança em suas vidas. Nesses relatos podemos destacar que, além da questão do respeito pelos animais, os entrevistados atribuem sua motivação para mudar seus hábitos à reflexão pessoal, motivos religiosos, motivos ligados à saúde, impactos ambientais e convívio com animais. Como agentes desencadeadores do “estalo” para a mudança, os depoimentos apontam o convívio com pessoas veganas, a participação em palestras, o acesso à documentários – dentre os quais “Terráqueos”, “Cowspiracy” e “A carne é fraca”, são os mais citados - maior acesso à informação, pesquisas na internet e participação nos grupos veganos do Facebook.

Este último é o ponto que mais nos interessa neste trabalho. Como pudemos ver, o ciberativismo para a divulgação do veganismo é cotidiano. As possibilidades trazidas pelos avanços tecnológicos são um facilitador do processo de disponibilização de informação em larga escala. Uma pesquisa realizada na Austrália, em 2016, revela que 28% dos participantes se interessou por veganismo através da Internet e suas redes sociais⁹⁵. Sites como o Vista-se, por exemplo, disponibilizam os documentários citados e outros para assistir gratuitamente. No Youtube, é possível encontrar, além dos documentários, diversas palestras, como

⁹⁴ O livro pode ser adquirido através de contribuição no site <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/livro-voz-veg>. A renda obtida será revertida para abrigos, protetores e Ongs de proteção aos animais.

⁹⁵ <http://www.veggietal.com.br/pesquisa-pessoas-vegnas/>

por exemplo, as do abolicionista Gary Francione⁹⁶, um dos ícones internacionais do veganismo na atualidade. Os blogs, páginas e perfis pessoais no Facebook e outras redes sociais são responsáveis por publicação constante de links e imagens sobre o veganismo. Por fim, os grupos veganos são permeados por um forte ciberativismo e têm como uma das características principais a forte interatividade entre seus membros.

É possível perceber essa influência do ciberativismo em vários relatos do livro *“Voz Veg o depoimento de 100 pessoas em busca da libertação animal”* (Stelzer, 2016). Nos 100 depoimentos, são vários os discursos de despertar para uma nova forma de consciência a partir de vídeos (documentários), palestras, ativismo presencial e ciberativismo. Grande parte dos participantes se refere à Internet e à facilidade de informação como motivadores ou facilitadores para “adotar” esse estilo de vida, são feitas pelo menos 25 menções diretamente ao ciberativismo nas páginas especializadas e nos grupos veganos. Destaco alguns trechos dos depoimentos para ilustrar como o ciberativismo está trazendo mudanças para as formas de enxergar e lidar com o mundo, a partir da divulgação de informação e acolhimento em comunidades virtuais.

Uma das perguntas feitas durante a coleta dos depoimentos era sobre o que levou os entrevistados a adotar o estilo de vida ovo-lacto-vegetariano, vegetariano estrito ou vegano. Documentários como “Terráqueos” e o portal vegano Vista-se são mencionados por diversos participantes:

Daniel de Castro Caldas, 31 anos, São Paulo-SP, Técnico Judiciário

Federal, vegano:

“Em agosto de 2012, após ver a campanha “Me faça voltar a comer carne”, do **Vista-se**, que trazia um trecho de dez minutos do documentário **“Terráqueos”**. Fui vegetariano por duas semanas, e logo depois me tornei vegano” (Stelzer, 2016 p.38).

Ewerton Braga, 29 anos, Juiz de Fora-MG, Gestor de T.I., vegano:

“Como mencionei anteriormente, comecei como ovo-lacto em 2008 após assistir documentários (A carne é Fraca e **Terráqueos**⁹⁷), e após convívio com pessoas veganas e acesso a informação, vi que uma mudança era necessária, foi quando me tornei vegano” (Stelzer, 2016 p. 161).

⁹⁶ https://www.youtube.com/channel/UC_qKzDKiOkCjkz0JK11BufA

⁹⁷ Grifos meus.

Os grupos veganos no Facebook são mencionados diversas vezes nos depoimentos. Cada grupo, com suas características e modos de conscientizar, parecem impulsionar os participantes a refletir sobre seus próprios hábitos, rever conceitos e modificar suas relações com o mundo.

Ricardo Vanderley dos Santos Silva, 29 anos, Araraquara-SP, Operador de Processo de Produção, vegetariano estrito:

“Eu não possuo religião e nem sou uma pessoa espiritual, mas o que me influenciou e me ajudou no começo foram alguns textos hindus. Passei 11anos estagnado sendo ovolacto, mas o que me ajudou a virar vegetariano estrito e está me levando a passos largos para o veganismo é sem dúvida a **comunidade Trolls Veganos**. As verdades fortes e o humor da página em muito estão me ajudando a sair da hipnose coletiva em relação a este assunto. No momento sou vegetariano estrito, mas sei que em breve serei vegano. **Essa página foi a melhor coisa que já me aconteceu no facebook**” (Stelzer, 2016 p. 11).

Cristina Medeiros, 27 anos, Taubaté-SP, Analista de Investimentos, vegana:

“Amigos começaram a postar sobre a segunda sem carne, aí aderi e fui pesquisando sobre vegetarianismo. Nisso, achei o documentário do Paul McCartney, vi outros sobre abates e parei total com a carne. Depois disso comecei a frequentar grupos vegetarianos na Internet e observar a crítica ao leite e ao ovo. Procurei mais informações e parei também. Entrei então em **grupos de veganismo**, aí conheci a filosofia e passei a aplicar a tudo na vida, cosméticos, limpeza, etc” (Stelzer, 2016 p.28).

Hélio Del Poente Simon, 47 anos, São Paulo-SP, Pet Sitter, vegetariano estrito:

“Para mim, o consumo de alimentos de origem animal, principalmente as carnes, sempre foi um incômodo. Nunca fui um apreciador voraz de carnes, comia por ser um hábito, costume, tradição alimentar, e na minha família não era diferente, infelizmente. Ainda as pessoas, em sua maioria, se alimentam de carne. No meio do ano passado, através das **redes sociais**, mais especificamente através do **Facebook**, me permiti pesquisar e assistir alguns vídeos à respeito do assunto, sobre a crueldade que os animais são submetidos, principalmente os animais na indústria da carne e do leite, a exploração humana praticada contra os animais a séculos em vários segmentos, etc. Depois dessa dura e triste empreitada, depois de descobrir o quão cruel os seres humanos são para os animais, decidi que não iria mais compactuar com esse holocausto, então em julho do ano passado (2015) me tornei vegetariano e em setembro (2015) vegetariano estrito, atualmente estou em processo de adaptação com relação aos produtos de origem animal nos segmentos de higiene pessoal, limpeza etc” (Stelzer, 2016 p. 169).

Um relato bem completo com alusão à importância dos grupos no Facebook, é o de **Aline dos Santos Barbosa (30 anos, São Paulo-SP, Professora, vegana)**:

“Em 2005, virei ovolactovegetariana e me mantive assim até 2015, quando conheci os grupos de veganismo pelo Facebook. Até então meu contato era apenas com pessoas ovolactos também, e por isso acreditava que o veganismo era algo quase que inatingível. Após conhecer **o grupo do Facebook Ogros Veganos**, pude notar que vegano comia pão, massas, lanches, doces e tudo que eu gostava, e que por falta de conhecimento, achava o vegano não comia. A partir disso, comecei a entrar em mais grupos como o **Troll Ajuda e Cozinha Vegetal**, fui me aprofundando e vendo que o meu estilo atual era uma hipocrisia com os animais e com minha saúde. Ainda relutei por algumas semanas, mas, eu organismo começou a rejeitar leite, queijos e seus derivados, e em fevereiro de 2015 me tornei vegana convicta” (Stelzer, 2016 p. 71).

Aline ainda relata as maiores dificuldades no processo de transição para o veganismo:

“O social, sem dúvida. Porque a alimentação a gente se adapta facilmente. Morando em São Paulo é possível comer muito bem de tudo. Existem diversos restaurantes com opções veganas pela cidade e você encontra facilmente produtos para diversificar a dieta. Mesmo em lugares mais distantes, você pode se alimentar bem com arroz, feijão, verduras e frutas. Já a parte social, você leva muito tempo - quando consegue - para acostumar. As pessoas estranham, ainda mais para quem viveu por 10 anos comendo queijos, ovos entre outras coisas que nem imaginava que eram de origem animal. É uma mudança muito bruta não ir mais a zoológicos, aquários, não usar mais bolsas e sapatos de couro, todo o estilo de vida do veganismo choca as pessoas e você passa a ser alvo de muitas críticas e julgamentos, muitas vezes ofensivos. É preciso muita paciência, maturidade e convicção para seguir no mundo em que vivemos atualmente” (Stelzer, 2016 p. 71).

Outros dois depoimentos abordam a questão das dificuldades na escolha por este estilo de vida. Enquanto Kamila acha fácil ser vegana e aposta no ciberativismo para trazer mais pessoas para o veganismo, Joice se diz frustrada com a falta de empatia das pessoas e por algumas dificuldades que a escolha e ruptura com os modelos padrão trazem para o cotidiano:

Kamila Feldenheimer, 27 anos, Bauru-SP, Publicitária e Cozinheira, vegana:

“Não só acho fácil, como faço apologia ao estilo. Meus amigos dizem que eu prego como se fosse um pastor de igreja. Eu vendo comida vegetariana na minha cidade e ajudo os amigos e clientes que querem se tornar veganos. Às vezes

coloco vídeos sobre veganismo no Youtube, e sempre estou enchendo o Facebook com o assunto” (Stelzer, 2016 p. 144).

**Joice de Oliveira Fogassi, 34 anos, Porto Alegre-RS, Esteticista,
Maquiadora e Micropigmentadora, vegana**

“Minha maior dificuldade é tentar a empatia das outras pessoas. Às vezes é frustrante demais perceber que alguém não aceita ou simplesmente se nega a pensar e tentar mudar, por mais empenho que eu tenha para explicar o veganismo ou vegetarianismo... Costumo dizer que vivo as margens da " sociedade tradicional", as vezes é solitário. E quanto a alimentação, para alimentação vegana mais saudável no dia-a-dia ainda são lugares muitos específicos que podemos confiar e são poucos. Ainda passo muitas horas do meu final de semana na cozinha para deixar marmitas prontas. E também o fato de produtos veganos e aprovados com selo de produto 100% veganos não estarem nas prateleiras dos grandes supermercados” (Stelzer, 2016 p.167).

Por fim, outro depoimento interessante mostra que idade não é um empecilho para mudar totalmente alguns hábitos, valores e filosofia de vida. Ao que parece estar aberto para investigar e refletir sobre as informações disponibilizadas nos grupos é o suficiente para despertar para o veganismo:

Elizabete Salsa, 55 anos, Ubatuba-SP, Advogada, vegana:

“Começou com a namorada do meu filho, que era vegetariana ovo-lacto. Meu filho também aderiu. Como o vegetarianismo só foca dieta, eu neste período, não tive contato com a questão moral que envolve a exploração animal, e continuei com a minha dieta que incluía carnes e derivados, e ele com a dieta ovo-lacto. Anos mais tarde, uns 5 anos, procurando receitas para fazer para meu filho, entrei num grupo de Veganismo, tive contato com os direitos dos animais e o Abolicionismo. Foi bem rápido. Em menos de um mês participando do grupo, já decidi iniciar a transição, adotei a dieta vegetariana estrita imediatamente, depois fui atrás de trocar produtos de limpeza, etc...e seguir no ativismo. Acho que por conta de trabalhar com a área jurídica, para mim foi bem fácil entender os fundamentos do Veganismo e os Direitos dos Animais” (Stelzer, 2016 p. 107).

Depoimentos similares aos recolhidos no livro *Voz Veg*, podem ser encontrados com frequência nos comentários das fanpages ciberativistas como o Vista-se, Holocausto Animal, ANDA, Jota Caballero e nos grupos veganos do Facebook. São inúmeros os depoimentos que associam a transição para o veganismo ao ciberativismo, e principalmente, a vivência nos grupos do Facebook. Com base nos depoimentos do livro *Voz Veg*, e observação participante em websites, fanpages e grupos sobre veganismo entre 2015 e 2016, é possível

perceber que muitos veganos atribuem a mudança pessoal ao grande volume de informação e ativismo sobre veganismo na Internet. A Internet possibilita um enorme avanço na causa vegana já que faz com que as informações possam ser disseminadas com grande facilidade e propicia uma interação fácil e rápida entre ativistas veganos.

Podemos considerar o ciberespaço como um novo local de vivências, interação e troca de conhecimento que proporciona, aos que nele transitam, desfrutar de experiências tão concretas quanto se estivessem off-line. A partir de um simples toque na tela de um telefone, podemos nos conectar com dezenas, centenas, milhares de pessoas, informações, diferentes modos de vida, diferentes visões de mundo. É sabido que muitos estudiosos da condição humana acreditam que nossa subjetividade é socialmente construída, isto é, o tempo, o espaço, as formas de ver e ser no mundo e a tecnologia de cada época influenciam nossos processos de subjetivação.

Para Nicolaci-da-Costa, a subjetividade pode ser entendida “como o conjunto de todos os aspectos cognitivos e afetivos bem como de todas as crenças, usos de linguagem e habilidades sociais, conscientes ou não, que são internalizados pelos membros de um determinado grupo social em função de sua exposição aos valores, comportamentos e visão de mundo do grupo ao qual pertencem”. Esta autora, argumenta que assim como a Revolução Industrial do século XVIII possibilitou o surgimento da configuração subjetiva característica do homem moderno, a Revolução Digital vem estimulando uma nova organização subjetiva nos homens e mulheres desta época (Nicolaci-da-Costa, 2002).

Ora, se encontramos na Internet, e mais especificamente nas redes sociais, novos espaços de obtenção de informações, convivência e troca cotidiana podemos supor que, assim como as interações e acontecimentos fora da Internet podem nos levar a autorreflexão e influenciar modos de ver e lidar com o mundo, o que acontece nos grupos do Facebook pode igualmente propiciar um processo de transformação intensa.

Neste capítulo pudemos perceber o desabrochar de uma nova forma de consciência no que tange aos direitos dos animais. É claro que defensores da causa animal se fizeram presentes em diversos momentos de nossa história, mas pela primeira vez observamos um movimento tão forte, interligado e constituído por milhares de pessoas de diversos lugares do mundo. Esta nova consciência que

emerge, entende os animais como nossos semelhantes e detentores dos mesmos direitos a vida, a liberdade e a felicidade. O veganismo é o principal representante dessa transformação subjetiva, cultural e social. Obviamente, não podemos atribuir somente a Internet e ao ciberativismo uma transformação ideológica tão grande, mas podemos sim dizer que estes têm sido importantes veículos de propagação dos ideais, de disponibilização de informações e de relacionamentos e interações que levam o outro a refletir sobre seus hábitos e sua forma de estar no mundo e mudar. Dentro dos grupos veganos no Facebook, a ruptura com o sistema tradicional vigente e a transição para um novo posicionamento ideológico carregado de mudanças pessoais ocorre diariamente.

5 Considerações finais: impactos do ciberativismo no dia a dia

Ao longo de todo conteúdo apresentado, fica claro perceber como o dia a dia na Internet e nas redes sociais acaba trazendo transformações na vida de seus usuários. Isso ocorre nas situações mais simples como publicar uma foto de cartão de crédito destruído por um cãozinho em página de humor com temática animal - a fanpage *Catorio Reflexivo* - e receber uma resposta inesperada da empresa administradora do cartão⁹⁸. Essa fanpage tem milhares de seguidores e após a publicação da foto da cachorrinha Belinha com o cartão destruído, a Nubank enviou novo cartão e um brinquedinho para a cachorrinha e ganhou a simpatia e reconhecimento desses seguidores. Além da excelente estratégia de marketing, é possível perceber o quanto algumas empresas estão atentas no que acontece nas redes sociais.

Dessa forma, em nossas incursões diárias acabamos travando contato com acontecimentos leves e bem-humorados, mas também com assuntos de grande seriedade e gravidade. Notícias boas, assim como notícias preocupantes circulam nas diversas páginas e perfis do Facebook, Twitter e Youtube, e nos aplicativos para celular Instagram e Whatsapp.

A importância das redes sociais é tamanha que o Facebook possibilitou, inclusive, o reconhecimento legal de união estável em um processo de requerimento de pensão em 2016. O juiz entendeu que o status de relacionamento na rede social indicava a união estável entre a requerente e o falecido companheiro (Zauli, 2016).

Pudemos observar então como as redes sociais da web 2.0 desempenharam importante papel de conexão entre pessoas e transmissão de informações durante manifestações no Brasil e no mundo, entre os anos de 2011 e 2013. Diante do controle de governos totalitários e táticas de bloqueio à veiculação de informações, mídias como o Facebook, Twitter e Youtube, entre outras, foram utilizadas para organização e convocação de protestos sem interferência das autoridades de cada país.

⁹⁸<http://exame.abril.com.br/marketing/noticias/nubank-da-presente-para-cachorro-que-comeu-cartao-do-dono>

Os movimentos sociais em rede, como vimos no capítulo 2, perceberam o grande potencial dessas ferramentas e também investiram em divulgar, debater e chamar para ação os simpatizantes às suas causas. A rapidez de transmissão de dados e ausência de territorialidade faz com que muitas dessas causas pulem em segundos de uma instância local para um âmbito global de problematização e luta, transformando-as em lutas “glocais”.

Além da divulgação e organização para manifestações, pudemos observar um crescimento exponencial do ciberativismo. Em vários momentos deste trabalho fica claro que as formas de ciberativismo vem causando preocupações à organizações empresariais e à classe política no Brasil. Apesar das petições online, por exemplo, não terem ainda um reconhecimento oficial por parte do governo, elas se tornaram uma forma de expressar a opinião pública e causam um certo alvoroço entre os membros do governo. Na época do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, a hashtag do Twitter #ImpeachmentDay, ficou no topo dos assuntos mais comentados nas redes sociais nacionais⁹⁹. Uma petição pedindo novas eleições gerais começou a circular quase que imediatamente após a consumação do impeachment¹⁰⁰: A expressão individual com críticas em cada perfil, as críticas em páginas oficiais, os memes e até os “vomitaços” (uso do *emoji* de vômito no Facebook para exprimir nojo pelas ações do governo) e outras, causaram preocupação em organizações do Estado e grandes corporações¹⁰¹. A própria mídia tradicional passou por momentos de instabilidade e desconfiança por parte do público, já que as redes sociais permitiram que cidadãos comuns e mídias alternativas como o Ninja contestassem a veracidade de fatos e conteúdos veiculados em rádio, TV e jornais.

O hacktivismo se expandiu e também marcou presença forte em ações as mais diversas, ganhando atenção das mídias de massa tradicionais. O coletivo Anonymous, foi responsável por vários atos de desobediência civil e gerou preocupação aos governantes. Diante de tantas mudanças em nosso cotidiano e um frequente aumento do ciberativismo, surgiram alguns questionamentos tais como que leva à atuação dos ciberativistas, quais seriam as expectativas e

⁹⁹ <http://veja.abril.com.br/brasil/impeachment-tem-reacao-nas-ruas-e-nas-redes-sociais/>

¹⁰⁰ https://secure.avaaz.org/po/brasil_fora_temer_loc/?pv=86

¹⁰¹ <http://extra.globo.com/noticias/brasil/paginas-de-michel-temer-do-pmdb-no-facebook-sao-almos-de-novo-vomitaco-19287227.html>

motivações ao veicular informações na Internet e como esta prática impacta as vidas das pessoas que se deparam com tais publicações. As lutas em prol dos direitos dos animais podem estar afetando a vida de homens e mulheres da atualidade? Seriam capazes de ocasionar mudanças de hábitos na própria vida e no próprio engajamento político das pessoas que os recebem?

Com esses questionamentos, chegamos ao objeto de estudo principal deste trabalho: o ciberativismo no movimento vegano. Como vimos, as redes sociais, principalmente na web 2.0, vem facilitando o ativismo em prol do veganismo. A partir da divulgação de vídeos, textos, realização de campanhas contra maus tratos e a favor da libertação animal, campanhas contra zoológicos e aquários marinhos, campanhas pela libertação de animais de abate, campanhas pelo uso de produtos que não testem em animais, campanhas contra rodeios, campanhas contra o consumo de carne, leite e ovos, entre outras, em perfis pessoais do Facebook, Twitter, Youtube, páginas e grupos do Facebook, cada vez mais pessoas se deparam com uma nova forma de ver e se relacionar com o mundo. Pelo que pudemos ver, muitas parecem questionar o próprio modo de viver e pensar da cultura na qual nascemos inseridos, aquela que explora os insumos animais até o fim, e fazendo uma transição para um novo modo de pensar e enxergar, não somente os animais, como também a própria sociedade e cultura.

Vale ressaltar que, além do levantamento bibliográfico realizado para a elaboração deste trabalho, foi realizada também uma extensa observação e participação em grupos veganos do Facebook durante os anos de 2015 e 2016. Durante este período, por questões relativas ao próprio ciberativismo, muitos desses grupos utilizaram as ferramentas de privacidade disponibilizadas no Facebook para resguardar a comunidade de eventuais processos e exclusão do grupo de acordo com as políticas do site. Dessa forma, passaram de grupos públicos para grupos fechados. Optei por resguardar esses grupos e destacar trechos de falas publicados no livro *Voz Veg: o depoimento de 100 pessoas em busca da libertação animal* (Stelzer, 2016) para ilustrar a importância do ciberativismo feito nos grupos de Facebook e seus impactos sobre a vida de pessoas que travam contato com eles.

Nos grupos pude observar publicações diversas que versavam sobre pedidos de ajuda para resgate de animais destinados ao abate, discussões filosóficas sobre veganismo, esclarecimentos de dúvidas sobre produtos de

alimentação, higiene, vestuário, chamadas para ativismo online e presencial, troca de receitas veganas, muitos depoimentos sobre as dificuldades da fase de transição para o veganismo envolvendo relatos sobre dificuldades com familiares, namorados (as), amigos além de vários depoimentos de amigos que resolveram aderir ao veganismo após serem tocados por publicações de cunho ciberativista. Os grupos acabam por se tornar comunidades nas quais os membros se sentem seguros para desabafar, buscar apoio nos demais e tirar dúvidas. Tornaram-se espaços de convivência diária com companheiros de causa, e porque não, amigos.

A discussão sobre a ética envolvida no veganismo e os relatos de membros de grupos e seguidores de páginas relacionadas ao tema levam a crer que o ciberativismo vem funcionando como uma das formas de produção de novas subjetividades. Os relatos destacados do livro “*Voz Veg*” deixam claro que a convivência nos grupos veganos é um agente motivador e facilitador para completar a transição para o veganismo.

Em um trabalho com pretensões de investigação tão amplas e ainda em constante desdobramento, certamente, vários conteúdos acabaram por ficar fora do escopo da investigação. Como colocado anteriormente, sabemos que estamos no meio de um processo de grandes transformações. Nesse sentido, a função do investigador é observar, registrar e levantar questionamentos buscando melhor compreender este momento. Em alguns anos, dependendo do ritmo das mudanças tecnológicas e já com um certo distanciamento, talvez possamos definir melhor este novo homem da era tecnológica. No momento, somos atravessados por todas essas transformações em nossa sociedade, cultura e em nossas vidas pessoais.

6 Referências bibliográficas

AMORIM, F; MARCHESAN R. **Por 15 votos a 5, comissão do Senado aprova relatório a favor de impeachment**, 06 mai. 2016. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/06/votacao-do-impeachment-na-comissao-do-senado.htm>. Acesso em 09 mai. 2016.

ANUNCIADA, P. **Feminismo interseccional**: um conceito em construção, 29 set. 2015. Disponível em <http://blogueirasnegras.org/2015/09/29/feminismo-interseccional-um-conceito-em-construcao/> . Acesso em 18 set.2016.

ARIOCH, D. **A história do veganismo**, 05 ago. 2016. Disponível em <https://davidarioch.com/2016/08/05/a-historia-do-veganismo/>. Acesso em 15 ago.2016.

ARTICO, A. M. **Ciberativismo e estratégias comunicacionais nos movimentos abolicionistas veganos**, 2015. Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Midiática da Universidade Paulista – UNIP. Disponível em https://www.unip.br/ensino/pos_graduacao/strictosensu/comunicacao/download/comunic_antoniamarciartico.pdf. Acesso em 18 ago.2016.

_____. **Comunicação e ciberativismo nos movimentos vegaboliconistas**, 2014. Disponível em <http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/Antonia-Marcia-Artico.pdf>. Acesso em 18 ago.2016.

BAUMAN, Z. **Globalização**: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BARROS, L. **O Hacktivismo no Desenvolvimento da Internet**, 16 ago. 2013. Disponível em <http://www.anonymousbrasil.com/coluna/o-hacktivismo-no-desenvolvimento-da-internet/>. Acesso em 14 mai. 2016.

BECK. U. **Risk Society**. Londres: Sage, 1992.

BRINGEL, B. Ativismo transnacional; o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 16, p. 185-215, 2011.

BRUNO, F. Quem está olhando? Variações do público e do privado em weblogs, fotologs e reality shows. In: **Contemporânea**, vol. 3, n. 2, pp. 53-70, 2005.

CAMPI, M. **Hacktivismo pode mudar a política no Brasil**, 04 fev. 2011. Disponível em <http://exame.abril.com.br/tecnologia/hacktivismo-pode-mudar-a-politica-no-brasil/>. Aceso em 03 jun. 2016.

CASTELLS, M. (1999) **A sociedade em rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001, 5 edição.

_____ **A galáxia da Internet:** reflexões sobre Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____ Internet e sociedade em rede. In: MORAES, D. (Org.) **Por uma outra comunicação:** mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____ **Redes de indignação e Esperança:** movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2013.

CORRÊA, C.S. & JOBIM E SOUZA, S. Subjetividade indignada: movimentos em rede e a afirmação da democracia. **Revista Polis e Psique**, vol. 4 n. pp. 21-40, 2014.

CRUZ, K. **Ciberativismo versus cibermanipulação – Anonymous:** quem está por trás dessa máscara? 29 jul. 2013. Disponível em <https://sociotramas.wordpress.com/2013/07/29/ciberativismo-versus-cibermanipulacao-anonymous-quem-esta-por-tras-dessa-mascara/>. Acesso em 29 mai 2016.

D'ANDRÉA, C.F.B., ALCÂNTARA, L.M. Movimentos sociais na web 2.0: a experiência da ocupação Dandara. **Revista de Ciências Humanas**, vol. 9, n. 2, p. 291-301. Julho/Dezembro, 2009.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: Deleuze, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34. p.223-230. 1992.

DI LUCCIO, F. **Do Iluminismo à Web Semântica:** reflexões sobre a comunicação com base em uma única língua, 2010. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DINIZ, I. G. F.; CALEIRO, M. Web 2.0 e ciberativismo: O poder das redes na difusão de movimentos sociais. **Revista Científica do Departamento de Comunicação Social da UFMA**, São Luís - MA, Janeiro/Junho de 2011 - Ano XIX - Nº 8.

DUARTE F. R. & COLLAÇO, J. H. L. **Veganismo no Ciberespaço**, 2016. VIII Encontro Nacional de Estudos do Consumo, IV Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo, II Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo. Universidade Federal Fluminense, nov 2016. Disponível em:

http://www.enec2016.sinteseeventos.com.br/resources/anais/7/1475764153_ARQUIVO_Trabalho_ENEC_Final_DUARTE&COLLACO.pdf. Acesso em 03 jan.2017.

ESPINOSA, B. **Tratado Político**. São Paulo: Editora W.F.H. Martins Fontes, 2009.

FONTANELLA, F. **Nós somos Anonymous:** anonimato, trolls e a subcultura dos imageboards, 2010. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010. Disponível em:

<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-1964-1.pdf>. Acesso em 20 mai. 2016.

GABEIRA, F. **Mídia Ninja e o futuro desfocado**, 16 ago. 2013. Disponível em <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,media-ninja-e-o-futuro-desfocado-imp-,1064592>. Acesso em 9 set. 2013.

GOHN, M. G. (Org.) **Movimentos sociais no início do século XXI**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2003.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Vozes, 2010.

GOHN, M.G.; BRINGEL, B.M. (Orgs.) **Movimentos sociais na era global**. São Paulo: Vozes, 2012.

GOMES, W. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 27, Ago. 2005.

GOMES, H. S. **Sites permitem que 'ativistas de sofá' auxiliem nas manifestações**, 21 jun. 2013. Disponível em <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2013/06/sites-permitem-que-ativistas-de-sofa-auxiliem-nas-manifestacoes.html>. Acesso em 30 jun. 2013.

HARDT, M e NEGRI, A. **Multidão: Guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

JESUS, J. G. Psicologia social e movimentos sociais: uma revisão contextualizada. **Psicologia e Saber Social**, vol.1 n. 2, pp. 163-186, 2012.

LANDIM, P. **Eleição faz amigos de anos se bloquearem e romperem laços nas redes sociais**, 12 out. 2014. Disponível em <http://odia.ig.com.br/eleicoes2014/2014-10-12/eleicao-faz-amigos-de-anos-se-bloquearem-e-romperem-lacos-nas-redes-sociais.html>. Acesso em 12. Out 2014.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LEVY, S. **Hackers: heroes of the computer revolution**. Sebastopol: O'Reilly Media. 2010.

LUPION, B. **Frenesi do abaixo-assinado pela internet desafia a classe político**, 11 mar. 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,frenesi-do-abaixo-assinado-pela-internet-desafia-a-classe-politica,1007154,0.htm>. Acesso em 15 ago. 2016.

MACHADO, J. A. S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais, 2007. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, nº 18, p. 248-285, jul./dez. 2007.

MACHADO, M. B. **Entre o controle e o ativismo hacker: a ação política dos Anonymous Brasil**, 2015. *História, Ciências, Saúde* vol 22, Rio de

Janeiro. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v22s0/0104-5970-hcsm-22-s1-1531.pdf>. Acesso em 10 jan.2016.

MALINI, F.; AUTOUN, H. **@ internet e # rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Editora Sulina, 2013.

MATSUURA, S. **Ciberativismo mostra sua força no Brasil**, 17 jun. 2013. Disponível em <http://oglobo.globo.com/tecnologia/ciberativismo-mostra-sua-forca-no-brasil-8720932>. Acesso em 18 jun. 2013.

MAZOTTE, N. **Mídia NINJA**: um fenômeno de jornalismo alternativo que emergiu dos protestos no Brasil, 25 jul. 2013. Disponível em: <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-14113-midia-ninja-um-fenomeno-de-jornalismo-alternativo-que-emergiu-dos-protestos-no-rio-de->. Acesso em 25 ago. 2013.

MEDEIROS, P. M. **Ciberespaço, Democracia e Globalização**: uma análise do ciberativismo do Avaaz, 2011. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1413-1.pdf>. Acesso em 25 mai.2016.

MEDEIROS, J. S. **Considerações sobre a esfera pública**: redes sociais na internet e participação política. TransInformação, Campinas (25) 1 pp. 27-33 (Ensaio) jan./abr., 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v25n1/a03v25n1>. Acesso em 21 abr.2014.

MELLUCI, A. **Challenging Codes**: Collective Action in the Information Age. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1996

MORAES, D. **O ativismo digital**. Biblioteca on-line de ciências da comunicação, 2001. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-ativismo-digital.html>. Acesso em 19 abr. 2014.

MORAES, C. O. **O movimento de libertação animal**: Histórico, motivações e vivências, 2009. Disponível em <http://www.guiavegano.com.br/vegao/libertacao-animal-2/artigos/libertacao-animal/o-movimento-de-libertacao-animal-historico-motivacoes-e-vivencias>. Acesso em 21 out. 2016.

NASI, L.; RADDATZ, V. L. S. **Ciberativismo: espaço de comunicação e militância na Internet**, 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1536-1.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2016.

NASSIF, F. **Mídia Ninja e Casa Fora do Eixo**: a explosão do novo, 07 ago. 2013. Disponível em <http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/midia-ninja-e-casa-fora-do-eixo-a-explosao-do-novo>. Acesso em 10 set. 2013.

NICOLACI-DA-COSTA, A. **Novas tecnologias digitais: a construção da subjetividade contemporânea**. Disponível em http://www.novamerica.org.br/Revista_digital/L0110/rev_emrede.asp. Acesso em 16 dez. 2016.

_____. Revoluções Tecnológicas e Transformações Subjetivas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Vol. 18 n. 2, pp. 193-202, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v18n2/a09v18n2.pdf> . Acesso em 30 abr. 2013.

_____. Ciberespaço: nova realidade, novos perigos, novas formas de defesa. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 23, nº2, pp. 66-75, 2003.

_____. Primeiros Contornos de uma nova “configuração psíquica”. **Cad. Cedes**, v. 25, n.65, p. 71-85, 2005.

_____. Internet: uma nova plataforma de vida. In: NICOLACI-DACOSTA, A.M. (Org.). **Cabeças digitais: o cotidiano na era da informação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio e Loyola, 2006

_____. O campo da pesquisa qualitativa e o Método de Explicação do Discurso Subjacente (MEDS). **Psicologia: Reflexão & Crítica**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 65-73, 2007.

PARMA, I. **Ciberativismo no Facebook: Avaaz e a petição de cassação do mandato do senador Renan Calheiros**, 2013. Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social na Universidade Feevale. Novo Hamburgo, 2013. Disponível em https://www.academia.edu/13295962/CIBERATIVISMO_NO_FACEBOOK_AVAAZ_E_A_PETI%C3%87%C3%83O_DE_CASSA%C3%87%C3%83O_DO_MANDATO_DO_SENADOR_RENAN_CALHEIROS. Acesso em 15 ago. 2016.

PRADO A. L. **Negócios faturam com onda de produtos para veganos**, 30 ago. 2016. Disponível em <http://exame.abril.com.br/pme/negocios-faturam-com-onda-de-produtos-para-veganos/>. Acesso em 19 set. 2016.

PRAVA, J. C. **Veganismo Abolicionista X Veganismo Interseccionalista:**

Desentendimento dentro do movimento vegano 29. Out. 2015. Disponível em <https://medium.com/@juliocesar/veganismo-abolicionista-x-veganismo-interseccional-3979af96b39e#.23sj01mpq> . Acesso em 30.oct 2015.

PROPHETARUM, C. **O ciberativismo e a ferramenta de cidadania que são as petições online**, 14 set. 2012. Disponível em <https://movv.org/2012/09/14/o-ciberativismo-e-o-ferramenta-de-cidadania-ativa-que-sao-as-peticoes-online/>. Acesso em 30 ago. 2015.

PERUZZO, C. M. K. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”(?). São Paulo: **Dossiê Matrizes**, Ano 7 – nº 2 jul./dez. 2013.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009

REGO, B. P. C. **Cidadania Digital e Redes Sociais: A ampliação do horizonte cívico a novos mecanismos de participação política referente ao tema Cidadania e Redes Sociais**. Portugal: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, [2012?] Disponível em

<http://cfcul.fc.ul.pt/projectos/cidadania/coloquio/Comunicacoes/BrunoRego.pdf>. Acesso em 30 jul. 2014:

RIGITANO, M. E. C. **Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente**, 2003. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rigitano-eugenia-redes-e-ciberativismo.pdf>. Acesso em 02 out. 2013.

ROMÃO-DIAS, D. **Nossa plural realidade: um estudo sobre a subjetividade na era da Internet**. 2001. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. **Brincando de ser na realidade virtual: uma visão positiva da subjetividade contemporânea**. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ROSSI, T.J.N. **Novas formas de defesa na Era dos Excessos**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SAMUEL, A. W. **Hactivism and the Future of Political Participation**. Cambridge, HarvardUniversity, 2004. Disponível em: <http://www.alexandrasamuel.com/dissertation/pdfs/Samuel-Hactivism-frontmatter.pdf>.

SCHERER-WARREN, I. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 1989.

_____. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. Sociedade e Estado, Brasília, v.21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2016

SELL, C. E., (2006) **Introdução à sociologia política: política e sociedade na modernidade tardia**. Ed. Vozes, RJ.

SENNETT, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SIBILIA, P. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SILVA, F. W. **O. Petições Online e Mobilização: O Caso das Petições sobre Marco Feliciano**. 7 Simpósio nacional da associação brasileira de cibercultura – ABCiber, 2013. Disponível em http://www.abciber.org.br/simposio2013/anais/pdf/Eixo_4_Politica_%20Inclusao_Digital_e_Ciberativismo/25685arq04729851323.pdf . Acesso em 10 set. 2015.

SILVEIRA, S. A. Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. **REVISTA USP**, São Paulo, n.86, p. 28-39, junho/agosto 2010. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13811>. Acesso em 15 ago. 2015.

SINGER, P. **Libertação animal**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1975.

STAVENHAGEN, R. (1971). "**Decolonizing applied social sciences**". Human Organization, vo1.30, nA, pp .333-357

STELZER, Vanessa. **Voz Veg**: O depoimento de 100 pessoas em busca da libertação animal. São Paulo, 2016. Disponível em <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/livro-voz-veg>. Acesso em 29 dez. 2016.

TILLY, C. **Movimentos sociais como política**, 2010. Disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6562/5289>. Acesso em 29 ago. 2015.

TRIGUEIRO, A. **Consumo, ética e natureza**: o veganismo e as interfaces de uma política de vida. Revista Internacional Interdisciplinar **INTERthesis**, Florianópolis, v.10, n.1, p. 237-260, Jan./Jun. 2013. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/1807-1384.2013v10n1p237/24902>. Acesso em 20 out. 2015.

TURKLE, S. **Life on the screen**: identity in the age of the Internet. New York: Touchstone, 1995.

_____ **Alone Together**: why we expect more from technology and less from each other. New York: Basic Books, 2011.

VALENÇA, F. M. L.; CARBONAI, D. & COLVERO, R. B. **Novos atores em movimento: o veganismo como prática política**, 2014. Disponível em:

http://aucip.org.uy/docs/v_congreso/ArticulospresentadosenVcongresoAucip/AT1-ActoresSociales-SindicatosygruposdeInteres/Mattos-Carbonai-Colvero_Novosatores.pdf. Acesso em 09 set. 2016.

VIEIRA, T.A.S. Mídia Ninja entre a tecnologia, a política e a prática profissional. **Razon y palabra**: Primera Revista Electrónica en Iberoamerica Especializada en Comunicación, n. 85. México 2013-2014. Disponível em

http://www.razonypalabra.org.mx/N/N85/V85/05_Scharlau_V85.pdf. Acesso em 06.jun 2014.

VEGH, S. **Classifying forms of online activism: the case of cyberprotests against the World Bank**. In: MCCAUGHEY, M., AYERS, M.D. (ed.). Cyberactivism: online activism in theory and practice. London: Routledge, 2003.

WINKLER, I. O uso das novas tecnologias por redes de mobilização civis no Brasil: reflexões sobre possibilidades e riscos à luz da Teoria Crítica da Tecnologia. **Anais do III EnEO**. Florianópolis, 2010.

WRAY, Stefan. **Electronic Civil Disobedience and the World Wide Web of Hacktivism**. Disponível em: <http://switch.sjsu.edu/web/v4n2/stefan>. Acesso em 23 jun.2016.

ZAULI, F. **Justiça do RN decide que status em rede social comprova união estável**, 05 mai. 2016. Disponível em http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2016/05/status-em-rede-social-comprova-uniao-estavel-de-mulher-com-homem-morto.html?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=g1. Acesso em em 20 out. 2016.